BAKER TILLY
Building on Success
bakertilly.com.pt
PUB

ET CETERA

DIGITAL AFTERLIFE
A tecnologia pode fazer-nos "viver" para sempre? ● P4

ECONÓMICO MADEIRA
Projeto do novo hospital segue para Lisboa em março
● P8

N.º 1922 | 2 fevereiro 2018

JE

O Jornal Económico

www.jornaleconomico.pt

Diretor Filipe Alves | **Diretor Adjunto** Shrikesh Laxmidas | **Subdiretor** Ricardo Santos Ferreira
Diretor de Arte Mário Malhão | Preço €2,90 (cont.) | Semanário, sai às sextas

Justiça vai passar acórdãos de Rangel a pente fino

Existem suspeitas de venda de decisões judiciais e alguns acórdãos já foram analisados. Mas a investigação poderá abranger centenas de outras decisões assinadas pelo juíz Rui Rangel, sabe o JE. ● P4

ENTREVISTA

"Não percebo se há uma real vontade de combater o branqueamento"

O advogado João Medeiros faz um balanço negativo da nova lei de prevenção do branqueamento de capitais. Em entrevista, o sócio da PLMJ considera que a nova legislação, que entrou em vigor em agosto, é demasiado complexa e pormenorizada, a ponto de a sua eficácia ficar comprometida. "Não temos uma lei. Temos um verdadeiro código", sublinha. ● P32

Acionistas do BCP preparam 'board' mais pequeno

O Millennium BCP vai ter um conselho de administração mais pequeno e com mais independentes, apurou o JE. Nuno Amado deve ser reconduzido como CEO e Mexia deve sair do banco. ● P20

Carris investe 150 milhões em novos autocarros

Até 2021, a empresa gerida pela Câmara de Lisboa prevê comprar 430 autocarros e 30 elétricos. ● P24

ENSAIO DE ANDRÉ BARATA

E se deixássemos a produtividade para as máquinas? ● P12

PROTEÇÃO DE DADOS

Saiba tudo o que muda com a nova lei a partir de maio ● Especial

PS E PSD

Estamos a caminho de um Bloco Central em 2019? ● P6

PUB

BARÓMETRO EY
EY Building a better working world ey.com
Página 31

PUB

BASF
We create chemistry

PERSPETIVA

AVENIDA DA LIBERDADE

Em frente é o caminho

FILIPE ALVES
Diretor

O Jornal Económico nasceu em setembro de 2016, como uma evolução do antigo "OJE", cuja equipa foi reforçada com várias dezenas de profissionais vindos do extinto "Diário Económico" e de outros meios de comunicação social. Foi uma fusão de equipas compostas por pessoas apaixonadas pelo jornalismo e pela missão que este deve desempenhar numa sociedade aberta e plural. Foi uma junção de esforços para criar um semanário económico de referência, que contribua para um Portugal mais próspero, equitativo e competitivo.

O nosso credo é simples e constitui um *back to basics*. Acreditamos que o jornalismo existe para informar o público com verdade e rigor, de modo a que os nossos leitores possam tomar decisões esclarecidas e bem informadas. E os nossos números, tanto na circulação em papel como no online, mostram que esta aposta compensa, pois de dia para dia temos cada vez mais leitores fiéis. São resultados que nos enchem de esperança em relação ao futuro e nos dão coragem e alento para continuarmos o nosso caminho num mercado muito difícil.

Procuramos, além disso, inovar continuamente. Nas próximas semanas, daremos um importante passo para reforçar a sustentabilidade do nosso projeto e melhor servir os nossos leitores, com o lançamento de uma nova plataforma para acesso aos nossos conteúdos digitais *premium*. Os subscritores da edição digital do Jornal Económico terão à sua disposição aquela que será eventualmente a plataforma mais simples e intuitiva do mercado português, através da qual poderão aceder com mais facilidade a todos os conteúdos reservados a assinantes. O jornalismo de qualidade tem custos e o futuro da imprensa vai depender da capacidade de monetizar os seus conteúdos. Nenhum setor de atividade sobrevive se oferecer de graça aquilo que produz e a comunicação social não é exceção. Daí a importância deste projeto inovador, que vamos apresentar em breve.

Mas este será apenas o primeiro de muitos projetos que o Jornal Económico vai lançar este ano. Teremos novos conteúdos digitais, alguns reservados a assinantes e outros abertos ao público em geral. Teremos novas áreas temáticas e conteúdos inovadores, úteis para consumidores, investidores e empresas. Vamos continuar a inovar, de modo a melhor servirmos quem nos lê. A si, caro leitor, o nosso muito obrigado pela sua preferência. ●

Nas próximas semanas, vamos lançar uma nova plataforma para acesso aos nossos conteúdos digitais premium. Os subscritores da edição digital do JE terão à sua disposição aquela que será a plataforma mais simples e intuitiva do mercado português

ESTA SEMANA COM O SEU JE

Com esta edição do Jornal Económico, não perca o número de fevereiro do Económico Madeira e o Especial sobre a nova lei da Proteção de Dados, bem como a revista "Briefing" (em bancas selecionadas).

PRIMEIRA MÃO

4 Conheça os últimos desenvolvimentos sobre a Operação Lex, a investigação judicial que pôs em cheque várias figuras da Justiça, do desporto e dos negócios. Saiba o que está em causa nesta operação que tem como visados Rui Rangel e Luís Filipe Vieira.

ECONOMIA & POLÍTICA

6 Estamos a caminho de um novo Bloco Central em 2019?

10 Como os turistas estão a ir à carteira dos portugueses

ENSAIO

12 E se deixássemos a produtividade às máquinas?

MUNDO

14 Catalunha a caminho de novas eleições parlamentares

EMPRESAS

18 Portos: guerra entre concorrentes chega à Justiça

20 Acionistas do BCP preparam lista com menos administradores

22 Botton e João Lopes Raimundo juntam-se ao LACS, o novo "cluster criativo"

24 Carris investe150 milhões em novos autocarros e elétricos até 2021

26 GEFCO Portugal cresceu 15% em 2017

MERCADOS & FINANÇAS

28 Bancos portugueses em contra-relógio para cumprir DMIF II

ADVISORY

32 "Não percebo se há uma real vontade de combater o branqueamento" diz João Medeiros Sócio da PLMJ

UNIVERSIDADES & EMPREGO

34 MBA português é o primeiro do mundo em experiência internacional

MEDIA & COMUNICAÇÃO

36 Portugueses criam troféu para Ronaldo levantar

DESPORTO

38 Choveram milhões neste mercado de inverno

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Associação dona do Montepio vai ter 12 anos para adaptar-se a novas regras

Novo código estabelece que a supervisão financeira das grandes associações mutualistas vai ser feita pela ASF, o regulador dos seguros. O regime transitório vai durar 12 anos, mas terá de ser entregue um plano de adaptação imediatamente.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

A Associação Mutualista Montepio Geral vai passar a ter a supervisão financeira da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Isto decorre da revisão do Código das Associações Mutualistas, que foi revisto pelo Governo e que entrará hoje em consulta pública, para recolha de contributos. O novo quadro estabelece que as associações mutualistas de maior dimensão – definidas por, cumulativamente, recolherem cinco milhões de euros em quotizações e terem 25 milhões de euros em fundos – ficarão sob a supervisão financeira da ASF.

Depois da entrada em vigor do código revisto, estas grandes associações mutualistas terão um período transitório de 12 para se adaptarem às novas regras prudenciais do regime de supervisão.

No entanto serão obrigadas a apresentar um plano detalhado com todas as etapas do processo de adaptação, que será analisado pela ASF, que acompanhará a sua execução. O código prevê que a ASF esteja em posição de pedir estes planos de adaptação até cinco meses após a entrada em vigor do código.

O quadro a aprovar define, também, que neste período transitório a ASF terá o poder de exigir auditorias às associações e informações pormenorizadas para aferir, entre outros, o cumprimento de rácios de provisões técnicas e de capital. Os rácios que serão a bitola a seguir são os previstos para o setor segurador. A ASF analisará, ainda, o sistema de governação e os riscos a que as associações possam vir a estar expostas.

As contas destas associações mutualistas de maior dimensão terão de passar a ser oficialmente certificadas por um revisor oficial.

Estão previstas sanções para o incumprimento dos planos de adaptação, mas também para o caso de, no final, o plano de adaptação não ser cumprido. E, aí, o código vai ser taxativo e obrigar a que exista um equilíbrio técnico financeiro, pelo lado da receita ou pela despesa. Isto quer dizer que, existindo um desequilíbrio, os associados terão de pagar quotas mais elevadas ou ver os benefícios reduzidos, até se atingir o equilíbrio.

Uma centena de associações mutualistas registadas

O Governo tem registadas 101 associações mutualistas e calcula que, na sua generalidade, não cumprirão os requisitos para serem consideradas de grande dimensão, por apresentarem valores muito abaixo dos definidos, ficando, apenas, na tutela do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Aliás, o ministério de José António Vieira da Silva será sempre a tutela, só no caso da supervisão financeira essa dimensão ficará a cargo da ASF.

O governo terá já uma ideia clara do universo das associações mutualistas, mas o compromisso que assume é que, 60 dias depois de o novo código entrar em vigor, comunicará à ASF quais as entidades que cumprem os requisitos que as tornam associações mutualistas de grande dimensão.

Mas para as mais pequenas – cumulativamente para as grandes associações, as regras são gerais – haverá também mudanças, procurando reforçar a participação dos associados, reforçar os deveres para com a tutela e reforçando os mecanismos de equilíbrio dos planos oferecidos aos associados.

O novo código prevê que os associados participem mais na vida das associações, inclusive através de novos órgãos, com a função de verificar a ação dos dirigentes escolhidos. Mas não só: a escolha dos dirigentes será subordinada ao cumprimento de critérios de idoneidade e poderão ser responsabilizados – inclusive financeira e criminalmente – pelas suas ações. Verão também os mandatos limitados a um máximo de três, com a duração de quatro anos cada, como acontece nas instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

Escolha dos dirigentes será subordinada ao cumprimento de critérios de idoneidade e poderão ser responsabilizados – inclusive financeira e criminalmente – pelas suas ações. Verão também os mandatos limitados a um máximo de três

Solução que já vem do PSD

Esta solução de a ASF ficar com a supervisão financeira das associações mutualistas tinha já sido noticiada pelo Jornal Económico e era uma ideia que vinha já do anterior governo. A 20 de Maio de 2015, a então ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, esperava levar a Conselho de Ministros uma proposta do novo Código das Associações Mutualistas em que passava a ser a ASF a assegurar a supervisão das associações mutualistas, mas tal não aconteceu porque a autoridade dos seguros insistia em que as associações – como a Mutualista Montepio Geral – teriam de se transformar em seguradoras. A solução deste governo, encontrada com a ASF, que também participou nos trabalhos de revisão do código, passam por alterar os estatutos da própria ASF, incluindo no seu âmbito as associações mutualistas.

No caso do Montepio, caberá à ASF avaliar os produtos financeiros da associação mutualista, que, mesmo sendo destinados aos associados, são vendidos aos balcões da caixa económica, o que tem gerado polémica. No caso destes produtos existia, na prática, um vazio legal que fazia com que não fossem objeto de supervisão por nenhuma entidade.

O Ministério das Finanças também participou nos trabalhos de revisão do código. ●

Cristina Bernardo

PRIMEIRA MÃO

OPERAÇÃO LEX

Justiça vai passar acórdãos de Rangel a pente fino

Justiça suspeita de venda de decisões judiciais. Alguns acórdãos com estes indícios já foram analisados. Mas investigação poderá vir alargar escrutínio a centenas de sentenças assinadas por juiz.

LÍGIA SIMOES
lsimoes@jornaleconomico.pt

As decisões judiciais que contaram com a participação do juiz desembargador Rui Rangel e da sua ex-mulher Fátima Galante, também magistrada do Tribunal da Relação de Lisboa, arriscam ser passadas a pente fino pela Justiça. Fonte judicial revelou ao Jornal Económico que este trabalho de escrutínio terá já sido iniciado nos processos com suspeitas de intervenção destes magistrados a troco de vantagens patrimoniais, no âmbito da investigação a Rangel que teve origem na extracção de uma certidão da Operação "Rota do Atlântico".

Segundo a mesma fonte, a decisão de avaliação de todos os processos com intervenção de Rui Rangel poderá partir do titular deste inquérito, denominado "Operação Lex", que investiga suspeitas de crimes de tráfico de influência, corrupção, recebimento indevido de vantagem, branqueamento e fraude fiscal. Uma mega avaliação de centenas de acórdãos assinados por Rangel que poderá, pois, ser ditada pelo o procurador-geral adjunto Paulo Sousa, coordenador do Ministério Público no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que está em representação da procuradora Geral da República neste Tribunal superior da hierarquia dos Tribunais Judiciais de Portugal.

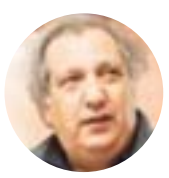
"Ainda que em representação da Senhora Procuradora Geral da República tem a sua autonomia para todas essas decisões venham a ser escrutinadas", avança a mesma fonte. E realça: "este trabalho já terá sido feito, antes das buscas, nos casos em que há suspeitas de vantagens patrimoniais para influenciar decisões de outros juízes de direito".

Esta fonte não adianta quais as decisões judiciais de Rui Rangel que já foram investigadas desde que foi aberta, em 2016, uma investigação ao juiz desembargador Rui Rangel, com origem numa certidão do processo "Rota do Atlântico" que tem como principal suspeito José Veiga. Mas nos últimos meses não terá passado ao lado dos investigadores algumas decisões judiciais com alegadas promessas que Rui Rangel terá feito a diversos empresários de que poderia influenciar a sentença. Em causa estão decisões que têm José Veiga como principal arguido.

Uma dessas decisões é o chamado caso João Vieira Pinto, onde Veiga, juntamente com os ex-dirigentes do Sporting, foram condenados com penas de prisão em setembro de 2012, numa decisão que acabou por ser parcialmente revogada em julho de 2013 pela Relação de Lisboa (absolveu ao maioria dos arguidos e apenas manteve a sentença de João Pinto, substituindo-a pelo pagamento de uma indemnização ao Estado). No radar do MP esteve também um processo pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa que envolveria José Veiga.

Duas decisões o mesmo protagonista: José Veiga que, segundo a investigação terá transferido cerca de 300 mil euros para contas bancárias do filho do advogado José Santos Martins, tido pela investigação como um alegado testa-de-

ARGUIDOS DETIDOS



JOSÉ SANTOS MARTINS
Advogado

Terão passado pelas contas do amigo de Rui Rangel, e do seu filho, vários depósitos provenientes do Congo. Na Operação "Rota do Atlântico", depois, numa busca ao advogado, foram encontrados talões de depósito em nome do juiz - sempre abaixo dos 10 mil euros (para evitar alertas de branqueamento) e emails de Rangel a pedir milhares de euros ao amigo advogado.

BERNARDO SANTOS MARTINS
Filho

É filho de José Santos Martins. Na Operação "Rota Aatlântico", PJ encontrou centenas de milhares de euros depositados em nome do jovem sem motivo aparente. Destinatário seria Rui Rangel. O jovem confrontado pelos investigadores disse que foio pai, que usava a sua conta do filho para receber dinheiro com origem numa empresa da esfera de José Veiga.

RITA FIGUEIRA
Ex-companheira

É mãe da filha mais nova de Rui Rangel e jurista na Câmara de Lisboa. Também arguida na Operação Lex, é suspeita de ter ocultado dinheiro em contas bancárias. Integra a lista dos cinco detidos, no processo que investiga crimes de branqueamento de capitais, fraude fiscal, tráfico de influências, recebimento indevido de vantagens e corrupção.

OCTÁVIO CORREIA
Oficial de justiça

Funcionário judicial do Tribunal da Relação de Lisboa, que, alegadamente, ocultou parte dos rendimentos ao fisco. Considerado próximo de Rui Rangel, Este oficial de justiça teria interferência nos sorteios do Tribunal da Relação para atribuir alguns processos a Rui Rangel. Facilitaria os acórdãos e também faria parte do esquema e Rita Figueira, mãe da filha mais nova do juiz.

JORGE BARROSO
Advogado

É apontado como o mediador de um pedido ao juiz Rangel para exercer a sua influência num contencioso fiscal Este processo fiscal, segundo o filho de Luís Filipe Vieira, diz respeito ao IRS de 2010 do presidente do SLB. Tiago Vieira diz que imposto foi pago "integralmente", mas que o pai "discordou da liquidação" e reclamou junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.

ARGUIDOS NÃO DETIDOS

RUI RANGEL
Juiz desembargador

É suspeito de ocultardo rendimentos nas declarações de IRS entre 2012 e 2015 com o auxílio do advogado José Martins, o filho deste, e de outras pessoas próximas que aceitaram depositar o dinheiro nas suas contas bancárias. Há ainda suspeitas de venda de decisões judiciais em favor das partes. Não foi detido, porque o Estatuto dos Magistrados Judiciais o impede até marcação de julgamento.

TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS

Restituição de IRS de Luís Filipe Vieira na mira do Ministério Público

Tiago Vieira diz que não está em causa nenhuma dívida de IRS do seu pai. Mas sim a restituição do imposto pago por Luís Filipe Vieira, num processo de contencioso fiscal.

LÍGIA SIMÕES
lsimoes@jornaleconomico.pt

O filho do presidente do Sport Lisboa e Benfica (SLB) garantiu nesta quarta-feira, 31 de janeiro, que não tem nenhuma dívida fiscal e revela que o contencioso pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Sintra respeita ao IRS do seu pai, que terá sido "pago em excesso". É a reacção de Tiago Vieira às suspeitas de tráfico de influências que estão na base da constituição de Luís Filipe Vieira como arguido.

Em causa estão valores superiores a 1,6 milhões de euros, com o presidente do Benfica a reclamar a restituição de imposto. Mas a Justiça suspeita de uma tentativa de obtenção de uma decisão favorável nos tribunais, através da influência do juiz Rui Rangel.

Tiago Vieira assegurou, em comunicado, que o pai não tem nenhuma dívida para com o Estado, mas sim um reembolso de imposto. E dá conta que o processo fiscal respeita ao IRS de 2010 de Luís Filipe Vieira, que "discordou" da liquidação do imposto processada pelo Fisco quanto à tributação de mais-valias obtidas. Por isso, o líder dos encarnados avançou com uma reclamação para os tribunais.

A posição de Tiago Vieira surge na sequência das suspeitas da investigação do processo que tem o juiz desembargador Rui Rangel como um dos principais suspeitos, a denominada "Operação Lex" que levou à constituição de 12 arguidos, entre os quais Luís Filipe Vieira.

O Jornal Económico noticiou na edição online de 30 de janeiro que na mira da Justiça está uma dívida de IRS de Tiago Vieira superior a um milhão de euros e a tentativa para o juiz Rui Rangel exercer a sua influência para obter uma decisão favorável dos tribunais, segundo fontes próximas ao processo. As mesma fontes asseguram ainda que são estas as suspeitas de tráfico de influência que estão a ser investigadas no âmbito da "Operação Lex", que teve origem numa certidão extraída da "Operação Rota do Atlântico" que, entre outros, investiga José Veiga.

Já o "Correio da Manhã" noticiou nesta quarta-feira, 31 de janeiro, que "em causa está, para já, uma cunha que o líder dos encarnados meteu ao juiz Rui Rangel para que este intercedesse junto de outros magistrados, a favor do filho Tiago, que tinha uma decisão pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra".

Tiago Vieira garante: "é falso que o processo referido e pendente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra tenha a ver comigo, sendo também totalmente falso que diga respeito a uma dívida fiscal que tenha com a autoridade tributária, o que demonstra toda a falta de rigor da informação respeitante a esta investigação".

Segundo Tiago Vieira, o processo fiscal em causa diz respeito ao IRS do seu pai, Luís Filipe Vieira, referente ao ano fiscal de 2010, e trata-se de um contencioso sobre uma verba que, assegura, "foi integralmente paga" por Vieira, enquanto contribuinte.

Tiago Vieira explica aqui que o pai, "em 2010, declarou todos os rendimentos auferidos e discordou da liquidação de imposto" processada pelo fisco. O presidente do SLB tem "um entendimento diferente" quanto à aplicação no tempo da tributação das mais-valias mbiliárias. E, por isso, avançou com uma ação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra no valor de imposto superior a 1,6 milhões de euros .

"O meu pai aguarda que o Tribunal se pronuncie em definitivo sobre este processo e que lhe seja restituído o valor de imposto que, na sua opinião, foi liquidado em excesso", conclui.

Rui Rangel e a ex-mulher Fátima Galante, ambos juízes desembargadores, são os principais alvos da "Operação Lex". Investigação tem indícios de que, em acórdãos que proferiram, terão vendido decisões judiciais em favor das partes. Sobre estes juízes recaem ainda suspeitas por branqueamento de capitais e fraude fiscal.

Risco de nulidade de decisões

Se Rangel for culpado de vender sentenças, estas podem ser anuladas Juiz e colega continuam em efectividade de funções e adepto do Benfica até tem hoje sessões de trabalho no Tribunal da Relação.

Se o caso que envolve o juiz Rui Rangel e a sua ex-mulher Fátima Galante chegar a julgamento, e os magistrados forem condenados por ter vendido as suas sentenças, estas podem mais tarde vir a ser anuladas, mesmo depois de terem transitado em julgado. Ou seja, obriga-se à repetição dos respectivos julgamentos através dos chamados recursos extraordinários de revisão de sentença. Isto caso sejam descobertos novos factos ou meios de prova que suscitem graves dúvidas sobre a justiça da condenação ou absolvição.

FÁTIMA GALANTE
Juíza desembargadora

Sobre a ex-mulher de Rui RangelSobre ela recaem suspeitas de corrupção e branqueamento. Fazia, alegadamente, fazia acórdãos depois assinados pelo ex-marido. Operação Lex" terá sido antecipada, nesta terça-feira, pois Galante estava a uma semana de ser nomeada juíza conselheira do Supremo Tribunal de Justiça. Também não foi detida devido ao seu esatuto de juíza.

LUÍS FILIPE VIEIRA
Presidente do Benfica

É suspeito de crime de tráfico de influências por ter pedido ao juiz Rui Rangel que intercedesse num processo fiscal superior a 1,6 milhões de euros do filho que Tiago Vieira desmente ser seu. Em troca, Vieira terá prometido a Rangel um cargo na direção do clube e na futur Universidade do Benfica. PGR confirmou que Luís Filipe Vieira é um dos 12 arguidos, mas o advogado João Correia continua a negar.

FERNANDO TAVARES
Vice-presidente do Benfica

Dirigente do cube é suspeito de crime de tráfico de influências (a que se juntam outros crimes económicos conexos), por causa da ligação a Rui Rangel, de quem foi apoiante em 2012 quando o juiz se candidatou à liderança do Benfica contra Luís Filipe Vieira. Buscas da passada terça-feira estenderam-se ao gabinete do vice-presidente do clube.

JOÃO RODRIGUES
Advogado

Ex-presidente da FPF foi o 12.º arguido constituído na noite de terça-feira à chegada de um voo de Luanda. É suspeito de tráfico de influências (e crimes conexos). Investigação suspeita que, em 2015, quando representava Álvaro Sobrinho, tenha subornado Rui Rangel para que o juiz apreciasse um recurso do antigo líder do BES Angola. Rangel foi o relator do acórdão da relação que levantou o arresto de imóveis de Sobrinho.

ALBERTINO FIGUEIRA
Advogado

Pai de Rita Figueira, mãe de uma das filhas de Rui Rangel, que foi detida no âmbito da Operação Lex. Há semelhança da filha e de outras ex-companheiras de Rui Rangel terá servido de testa de ferro para ocultar dinheiro em contas bancárias, cujo destinatário seria o juiz desembargador.

BRUNA AMARAL
Ex-namorada de Rui Rangel

Integra a lista de 12 arguidos do processo quetem o juiz Rui Rangel e a ex-mulher Fátima Galante como principais suspeitos devido a pedidos e promessas de intervenção do juiz desembargador a troco de vantagens patrimoniais para influenciar decisões de outros juízes de direito. É apontada como uma das testas de ferro de Rangel para ocultação de dinheiro em contas bancárias.

ECONOMIA & POLÍTICA

APROXIMAÇÃO ENTRE ANTÓNIO COSTA E RUI RIO

A caminho de um novo "Bloco Central" em 2019?

Rio não descarta a hipótese de uma aliança com o PS. Mas o "interesse nacional" que o líder do PSD quer assegurar pode custar-lhe votos em 2019.

JOANA ALMEIDA
jalmeida@jornaleconomico.pt

A vitória de Rui Rio nas diretas dos sociais-democratas veio abrir a porta a uma aliança entre os dois partidos mais votados nas eleições dos últimos anos – Partido Socialista (PS) e Partido Social Democrata (PSD). A possibilidade causou desconforto à esquerda e os politólogos contactados pelo Jornal Económico acreditam que, a menos que esta solução governativa resulte de "um pacto secreto", como em 1983, apenas vai alimentar o sentimento antipartidário e favorecer os partidos fora do 'arco da governação'.

"É estranho que um partido que quer ganhar as eleições legislativas venha assumir que não se importa de aliar-se ao partido da oposição para formar um Governo maioritário", considera André Freire, politólogo e professor do ISCTE-IUL. "A sensação com que se fica é de que Rui Rio está a assumir a derrota e se está a candidatar já ao segundo lugar nas próximas eleições", sustenta.

André Freire critica a atitude "pouco galvanizadora" do novo líder dos sociais-democratas, embora Rui Rio não tenha esclarecido em que condições seria feita esta aliança – através de uma coligação ou de um acordo de incidência parlamentar. O professor universitário defende que esta solução governativa "obscurece as diferenças entre partidos e torna difícil perceber o que quer a direita e o que quer a esquerda". A opinião é partilhada por António Costa Pinto, politólogo e investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que acredita que uma aliança entre o PS e o PSD levaria a que as diferenças entre os dois partidos se tornassem menos claras.

Costa Pinto lembra que até Pedro Passos Coelho tomar posse como primeiro-ministro, a perceção social era de que não havia um distanciamento muito grande entre a direita e a esquerda. A barreira ideológica que os distingue viria a tornar-se mais nítida quando o PSD se coligou com o CDS e acabou por se consolidar com os acordos do PS com os partidos à esquerda. "O Bloco Central viria apagar essas diferenças".

"Esta ideia abriria espaço para novos partidos à direita e serviria apenas para dar votos à esquerda", realça António Costa Pinto

A ameaça à 'Geringonça'

Um eventual regresso do Bloco Central veio alarmar o Partido Comunista Português (PCP) e o Bloco de Esquerda (BE). O secretário-geral do PCP, Jerónimo Martins, convocou o Comité Central do partido e denunciou a possível "retoma formal ou informal de projetos reacionários" e o "recrudescimento do populismo e das conceções antidemocráticas que lhe estão associadas". Já a coordenadora do BE, Catarina Martins, acusou Rui Rio de ser "a voz da direita conservadora" que "quer voltar ao Bloco Central" e ao "monopólio do negócio".

"É normal que os partidos de esquerda que sustentam o Governo se tenham mostrado preocupados, sabendo que o acordo da chamada 'geringonça' é só até ao fim desta legislatura", considera Adelino Maltez, politólogo e professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa. "Depois disso, o PS vai ter de enfrentar as urnas e caso venha a ganhar – o que não chegou a acontecer nas eleições de 2015 – pode haver lugar para a uma renegociação do acordo", explica.

Também o CDS-PP veio mostrar que não quer ser deixado de fora na corrida às legislativas de 2019. Durante as jornadas parlamentares do partido, a líder centrista, Assunção Cristas, sublinhou que, no próximo ano, o que importa é conseguir um bloco de centro-direita com a maioria de deputados.

"Os partidos estão, de alguma forma, a tentar marcar a sua posição", afirma Costa Pinto, considerando que "é pouco provável" que a ideia governativa avance. "Rui Rio abriu essa possibilidade de uma forma hipotética, num contexto de eleições internas no partido, mas entretanto veio corrigir as suas declarações. Rui Rio estaria a ser suicida se considerasse essa proposta antes de ir as eleições", argumenta.

Além disso, o investigador sublinha que essa forma governativa iria servir de "terreno fértil para o populismo". Exemplo disso foi, segundo Costa Pinto, a Alemanha, em que o impasse deixado pelas eleições gerais alemãs de setembro, obrigou a chanceler Angela Merkel a ter de negociar uma coligação com os sociais-democratas do SPD, dando à extrema-direita o lugar de maior partido da oposição.

"Trata-se de uma aliança que faz sentido em situações extraordinárias, num contexto de grave crise económica e financeira ou em contexto de guerra. Salvo essas exceções, não há qualquer incentivo ao Bloco Central e o líder socialista, António Costa, não mostrou grande interesse em que tal aconteça. Esta ideia abriria espaço para novos partidos à direita e serviria apenas para dar votos à esquerda, tendo em conta que seriam a alternativa política no país", sublinha Costa Pinto.

Apesar de considerar que as circunstâncias em que ocorreu o bloco central de 1983 "não são em nada comparáveis", Adelino Maltez reconhece a possibilidade de o PS e o PSD virem a encetar negociações para o renascimento desta solução governativa. O professor catedrático acredita, no entanto, que a existir um acordo, será um "pacto secreto" entre os dois parti-

Foto cedida Arquivo Psd

Fotos: Cristina Bernardo

COLIGAÇÃO PS/PSD

A experiência única de 1983-85 foi breve mas cumpriu objetivos

O PS de Soares venceu as legislativas de 1983 sem maioria absoluta. Crise económica impulsionou acordo de governação com o PSD de Mota Pinto.

GUSTAVO SAMPAIO
gsampaio@jornaleconomico.pt

As eleições legislativas de 25 de abril de 1983 resultaram na vitória do Partido Socialista (PS), liderado por Mário Soares, com 36% dos votos e 101 deputados. O segundo mais votado foi o Partido Social Democrata (PSD) de Carlos Mota Pinto, com 27% dos votos e 75 deputados. Seguiram-se a Aliança Povo Unido (APU) de Álvaro Cunhal (líder do Partido Comunista Português, coligado na APU com o Movimento Democrático Português), com 18% e 44 deputados, e o Centro Democrático Social (CDS) de Francisco Lucas Pires, com 12% dos votos e 30 deputados.

A democracia portuguesa dava os seus primeiros passos, assolada por mais uma crise económica que obrigou à intervenção do Fundo Monetário Internacional e subsequente programa de austeridade. No horizonte estava também a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE). Pelo que Soares optou por não formar um Governo minoritário. De forma a garantir a necessária estabilidade política num período especialmente conturbado e fundamental para o futuro do país, o PS coligou-se com o PSD e formou o Governo do "Bloco Central", apoiado por uma maioria absoluta no Parlamento.

Há outro elemento contextual a ter em conta: após a morte de Sá Carneiro, em dezembro de 1980, o Governo da Aliança Democrática (AD) começou a desintegrar-se gradualmente até à demissão de Francisco Pinto Balsemão do cargo de primeiro-ministro, em dezembro de 1982, ao mesmo tempo que Diogo Freitas do Amaral também abandonou a presidência do CDS. O Presidente da República, Ramalho Eanes, decidiu então dissolver o Parlamento e convocar eleições legislativas.

Entretanto o PSD e o CDS escolheram os seus novos líderes, Mota Pinto e Lucas Pires respetivamente. Ao passo que Soares conseguiu impor a sua estratégia no interior do PS (mesmo sem o apoio de Salgado Zenha, Vítor Constâncio e António Guterres) que consistia em formar um "grande projeto nacional interpartidário". Em 1983, a eventual conquista de uma maioria absoluta parlamentar era algo mirífico.

A relação entre Soares e Mota Pinto facilitou o estabelecimento do "Bloco Central". Aliás, já tinham coincidido no I Governo Constitucional (1976-78), chefiado por Soares e no qual Mota Pinto viria a substituir António Barreto no cargo de ministro do Comércio e Turismo. No entanto, as negociações entre PS e PSD foram muito duras e Mota Pinto chegou a ameaçar desistir do acordo.

A situação de emergência nacional foi o grande pilar do "Bloco Central". Na apresentação do programa do Governo, Soares alertou desde logo para a "gravíssima crise económico-financeira com que o país se debate" e sublinhava a necessidade de "um programa de gestão conjuntural de emergência". Tradução: aumentos de impostos e preços de bens sociais, congelamento dos investimentos públicos, cortes nos subsídios de Natal, desemprego a crescer e escudo a desvalorizar. Coube então ao ministro das Finanças, Ernâni Lopes, a missão essencial de impôr a aplicação do programa de austeridade.

A experiência do "Bloco Central" foi única e breve, terminando em novembro de 1985, por causa de desentendimentos entre os dois partidos. Apesar da fraca popularidade, conseguiu equilibrar as contas públicas e colocar o país no trilho da adesão à CEE. ●

dos. "Caso se venha a formar um bloco central, este deverá partir de um acordo prévio entre o PSD e o PS, do qual só se tomará conhecimento depois das eleições legislativas de 2019", defende.

Já Adelino Maltez considera que a constituição de um novo bloco central seria de "bom senso". "Um pacto de regime permitiria ter uma democracia pluralista, como o próprio presidente Marcelo Rebelo de Sousa já veio defender", refere. O professor catedrático considera que essa solução governativa iria permitir uma discussão dinâmica sobre temas considerados essenciais, em oposição com a "democracia doente e muito processual" que temos hoje. "Uma coligação entre o PS e o PSD iria permitir a revisão da Constituição e discutir temas como as políticas de segurança e a luta contra a corrupção", sustenta. ●

Em 1983, a eventual conquista de uma maioria absoluta parlamentar era algo mirífico. [...] A situação de emergência nacional foi o grande pilar do "Bloco Central"

OBJETIVO

A Justiça a funcionar

JOÃO MARCELINO
Jornalista

Uma parte da sociedade portuguesa, com muito poder na comunicação social e também bem organizada nas redes sociais, não quer um verdadeiro combate ao grande mal que nos tem afetado nas últimas décadas: a corrupção e o tráfico de influências. Foram demasiadas décadas de 'cunhas', de 'jeitinhos', de "favorzinhos", de "veja lá, amigo, o que pode fazer", do humilde "preciso da sua ajuda". E deu nisto, porque nem a grande corrupção nasce de geração espontânea. O crime precisa, como qualquer atividade bem sucedida, de aumentar a sua base de recrutamento.

Infelizmente, não foi investimento em vão.

Até chegar a José Sócrates, que pode um dia vir a ser consagrado como o Cristiano Ronaldo da modalidade, apareceram protagonistas suficientes e em todos os quadrantes. Do PS ao PSD. Do Governo às câmaras. Dos bancos às telecomunicações. Dos clubes às IPSS e Segurança Social. Do MP aos juízes. Só por desonestidade intelectual se pode descortinar enviesamento no funcionamento da Justiça nos últimos anos, sobretudo se a compararmos com a paralisação quase absoluta que se seguiu à euforia da entrada do país na esfera da "Liberdade", após 1974. E numa altura em que a Justiça mostra que se investiga a si própria!

Confesso: tenho esperança no Portugal que parece estar a ser construído sobre as ruínas dos robalos de Armando Vara, das lixeiras a céu aberto que permitiram o aparecimento de traficantes de influências que arruinaram empresas porque levaram a sua ignorância para os Conselhos de Administração à custa do dinheiro dos bancos.

Esta semana, a primeira em que escrevo aqui, no Jornal Económico, foi paradigmática. No processo Fizz, em que um ex-procurador, Orlando Figueira, se senta no banco dos réus. No Lex, que visa os juízes Rui Rangel e Fátima Galante, também toca em dois advogados, e de passagem volta a beliscar o Benfica ao requisitar Luís Filipe Vieira. Na investigação necessária, por muito que tivesse parecido caricata, às ações do competente ministro Mário Centeno, ontem arquivada (e agora é só seguir o que Rui Rio bem ensinou: o futebol longe da política, sff). Na notícia de que dois ex-secretários de Estado do PS, José Magalhães e José Conde Rodrigues, são suspeitos de terem utilizado cartões de crédito do Estado em benefício pessoal.

Uns mais, outros menos, todos estes casos fazem parte do caldo de cultura que se desenvolveu em Portugal.

Há muitos motivos para olharmos com apreço para a ação da atual PGR, Joana Marques Vidal, que tem estado a fazer tecnicamente o que deve, pouco intimidada pela consideração da ministra Francisca Van Dunem, em recente entrevista, de que o mandato ao leme da investigação deve ser "longo e único". Se tiver que ser, seja. Mas convém lembrar que o PGR, seja quem for, não será escolhido apenas pelo Governo. Será proposto. Quem nomeia é o Presidente da República – e será um erro tomar por adquirido que Marcelo Rebelo de Sousa promulgará o nome do Governo sem as necessárias garantias de independência e sem a ponderação política adequada. ●

Leia a versão integral em www.objetivo.jornaleconomico.pt

Há muitos motivos para olharmos com apreço para a ação da atual PGR, Joana Marques Vidal

ECONOMIA & POLÍTICA

SINDICATOS

Greves travadas não afastam mais tensão laboral

José Manuel Ribeiro/Reuters

As paralisações previstas na Autoeuropa e na TAP foram abandonadas, mas surgiu novo aviso de greve na CP. A agitação laboral está mais próxima.

NUNO MIGUEL SILVA
nmsilva@jornaleconomico.pt

A onda de greves que estava prevista para o início deste ano parece estar contida, para já, mas a ameaça de agudização dos conflitos laborais continua a pairar. Ainda no fim-de-semana passado, Arménio Carlos, secretário-geral da central sindical CGTP, em entrevista à "Antena 1" e "Jornal de Negócios", deixava no ar a promessa de agravamento das formas de luta dos trabalhadores se o Governo não responder às suas reivindicações e ceder às pressões das entidades patronais.

O caso mais badalado de agitação laboral nos últimos meses tem sido o da Autoeuropa, pela relevância que a construtora automóvel alemã tem para a economia nacional. No sábado passado, num artigo de opinião publicado no "Expresso", Markus Kemper, presidente do Conselho Diretor da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, sublinhava, com evidente conhecimento de causa, que "o conflito na Autoeuropa já causou estragos" e alertava: "convém evitar que esses estragos se tornem irreparáveis". O fantasma da deslocalização pode ser muito pesado, mas é certo que a fábrica de Palmela, que nos últimos anos tinha um currículo exemplar no conjunto das unidades industriais do construtor automóvel germânico, já não será vista da mesma forma quando se discutir a vinda para Portugal de um novo modelo automóvel para aqui ser construído. Talvez para não deitar mais gasóleo na fogueira, os sindicatos na Autoeuropa tenham abandonado a ideia de efetuar uma greve nesta sexta-feira, acatando, de momento, o novo horário de trabalho e o novo esquema de turnos ao fim-de-semana, razão inicial para toda esta luta. Mas o mal-estar permanece...

A TAP era outra empresa ameaçada pela greve, convocada pelo SNPVAC - Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil para os próximos dias 10, 11 e 12 de fevereiro, em cima das férias de Carnaval. Ontem, à hora de almoço, após dias de intensas conversações entre a comissão executiva da TAP e a direção do sindicato dos tripulantes de cabina, chegou-se a um acordo, vertido num protocolo, que terá de ser efetivado nos próximos meses, para não se repetir este cenário de paralisação na companhia aérea nacional.

"Decidimos dar um voto de confiança à TAP", explicou ontem Luciana Passo, presidente do SNPVAC, em declarações ao Jornal Económico. Ao fim de vários dias de negociações intensas, a administração da TAP "reconheceu que houve incumprimento" em diversas matérias reivindicadas pelo sindicato do pessoal de cabina, como as licenças de maternidade, os acidentes de trabalho ou os tempos de trabalho.

Assim, foi assinado entre a administração da TAP e a direção do SNPVAC um protocolo que prevê a renegociação dessas matérias durante as próximas semanas. O Jornal Económico sabe também que o acordo de empresa, que havia sido denunciado pela administração da TAP, se mantém em vigor, tendo o protocolo assinado entre as partes garantido que um novo acordo de empresa será negociado entre a TAP e o sindicato dos tripulantes até 31 de maio, passando a ter um tempo de vigência de três anos a partir da sua celebração, automaticamente renovável por um período idêntico.

"O balanço destas negociações acabou com este resultado. As negociações correram com rapidez, com transparência e, pareceu-nos, com honestidade. Por isso, a direção decidiu dar a cara e dar um voto de confiança à empresa, que é isso que é preciso neste momento e que todos queremos", explicou Luciana Passo. Mas, a presidente do sindicato dos tripulantes adverte: "é muito importante que continuemos em diálogo; vamos ver o que TAP vai fazer".

Desta forma, evitou-se *in extremis* uma greve marcada para o período das férias de Carnaval. A desconvocação da greve ocorreu um dia depois de Fernando Pinto ter deixado o cargo de CEO que ocupava há 17 anos, podendo ser considerada a primeira vitória do seu sucessor, Antonoaldo Neves.

Minutos depois de ter sido desconvocada a greve na TAP, surgia a notícia de uma nova greve, desta feita para todos os trabalhadores na CP, exigindo a negociação do regulamento de carreiras. A greve está marcada para dia 19 de fevereiro, mas, se for para a frente, terá efeitos na circulação dos comboios dos dias 18 e 20. Um sinal de que a paz laboral dos últimos dois anos dificilmente se repetirá e de que o setor dos transportes continua a ser um dos que tem os sindicatos mais ativos. ●

IGUALMENTE DESIGUAIS

'Big Brother is watching you'

MANUELA NIZA RIBEIRO
Presidente do Sindicato
dos Funcionários do SEF

Cena 1:

Um homem toma o pequeno-almoço à mesa de uma pastelaria enquanto lê o jornal. Termina e pede a conta. "Está pago por aquele senhor", responde o empregado apontando para a porta. Em pânico o homem corre, carteira na mão, chamando o outro: "Você não me desgrace!!"

Cena 2:

Gabinete sóbrio. Dois homens conversam animadamente sobre os tempos da escola que partilharam. Na despedida, um estende um envelope: "Toma lá dois bilhetes para o teatro". O outro olha desconfiado. "Não te preocupes. São dos mais baratinhos...".

Longe vai 1984, mas nunca como agora estivemos tão perto de viver a realidade de George Orwell e do seu Big Brother, com a agravante deste ser obra e criação de cada um de nós, que passou a assumir os papéis de polícia, juiz e jornalista. Os tribunais são as redes sociais onde o contraditório não existe e onde a condenação é feita sem apelo nem agravo. Criámos a justiça popular, o linchamento público e assistimos impávidos à destruição do carácter, das carreiras e das vidas das pessoas. Da era da informação passámos à era da maledicência, da vingança anónima, da efabulação, da perseguição e do medo.

Quem tem hoje coragem para falar livremente ao telemóvel, comentar algo, agir em plena liberdade sem pensar que talvez possa ser mal-entendido, descontextualizado ou mesmo punido? Dizer coisas como: "um dia destes dou cabo de ti" ou "tu matas-me", pode ser entendido como a confissão de uma qualquer culpa. Estar ou ser visto com, pode ser colocado na comunicação social como indício de cumplicidade ou até mesmo de corrupção.

Num mundo em que a informação transformou o tempo e o espaço no "aqui e agora" quem controla a informação que circula? Quem pode travar este *Grande Irmão* que teimamos em deixar que nos vigie dia após dia? Que é feito da presunção de inocência e da liberdade numa sociedade onde todos espiam todos? ●

A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

PUB

BiG

10x MELHOR BANCO

E NOVAMENTE **MAIS SÓLIDO**

PRÉMIO RELATIVO A 2016

CATEGORIA **MÉDIO**
OU **PEQUENO BANCO**

ATRIBUÍDO POR:
BANCA & SEGUROS 2017
Exame

Este prémio é da exclusiva responsabilidade da entidade que o atribuiu.

BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL

BiG. O banco que entende os seus valores.

ECONOMIA & POLÍTICA

INFLAÇÃO

O QUE ESTÁ A FICAR MAIS CARO EM PORTUGAL

A inflação média anual atingiu 1,4% em 2017. Com base nos indicadores do INE, o Jornal Económico fez uma análise mais fina e calculou a variação anual para os mais de 150 produtos e serviços para os quais o instituto disponibiliza índices. A subida mais expressiva foi nos serviços de alojamento, seguidos dos sumos e dos combustíveis. Claro que a inflação é uma média, e para que o valor global tenha ficado em 1,4%, outros produtos ficaram mais baratos – caso do vestuário, por exemplo.

PRODUTOS E SERVIÇOS QUE MAIS SUBIRAM DE PREÇO EM 2017
Variação homóloga, em %

11,78 Serviços de alojamento

9,14 Combustíveis líquidos

8,31 Férias organizadas

10,87 Água mineral, refrigerantes, sumos de frutas e de produtos hortícolas

4,95 Jornais e periódicos

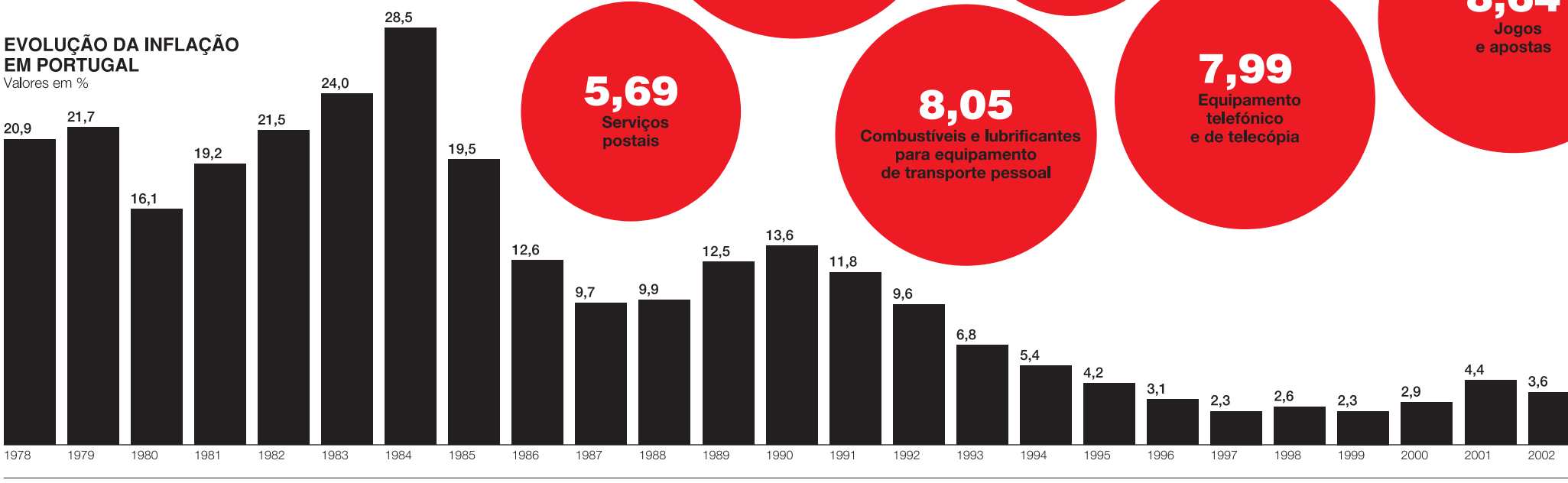
8,64 Jogos e apostas

5,69 Serviços postais

8,05 Combustíveis e lubrificantes para equipamento de transporte pessoal

7,99 Equipamento telefónico e de telecópia

EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO EM PORTUGAL
Valores em %



Fonte: INE (cálculos próprios), Eurostat, ...

INFLAÇÃO

Como os turistas estão a ir à carteira dos portugueses

O *boom* de visitantes estrangeiros anima a economia mas também provoca subidas de preços que os vencimentos dos portugueses não acompanham. A discrepância entre crescimento de salários e inflação ainda não é preocupante, mas os orçamentos e as poupanças familiares podem ser penalizados este ano.

JOÃO MADEIRA
joaomadeira77@gmail.com

Quem percorre os centros das principais cidades do país já se apercebeu que o *boom* de turistas não está apenas a afetar o mercado habitacional. Muitos estabelecimentos comerciais têm produtos – e preços – especialmente dirigidos para turistas. Só nos hotéis e nos restaurantes, os preços subiram 3,7% no último ano, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), e a moderação salarial que o país ainda regista torna difícil acompanhar estas subidas.

Durante anos, a inflação foi o menor dos problemas económicos do país. Portugal, como a Europa, viveu com oscilações de preços marginais ou até negativas, reflexo de uma economia deprimida. Agora, embora a inflação ainda esteja longe da meta de 2% definida pelo BCE, a recuperação económica está a provocar aumentos de preços que têm algum efeito na carteira dos portugueses, segundo os últimos dados do INE.

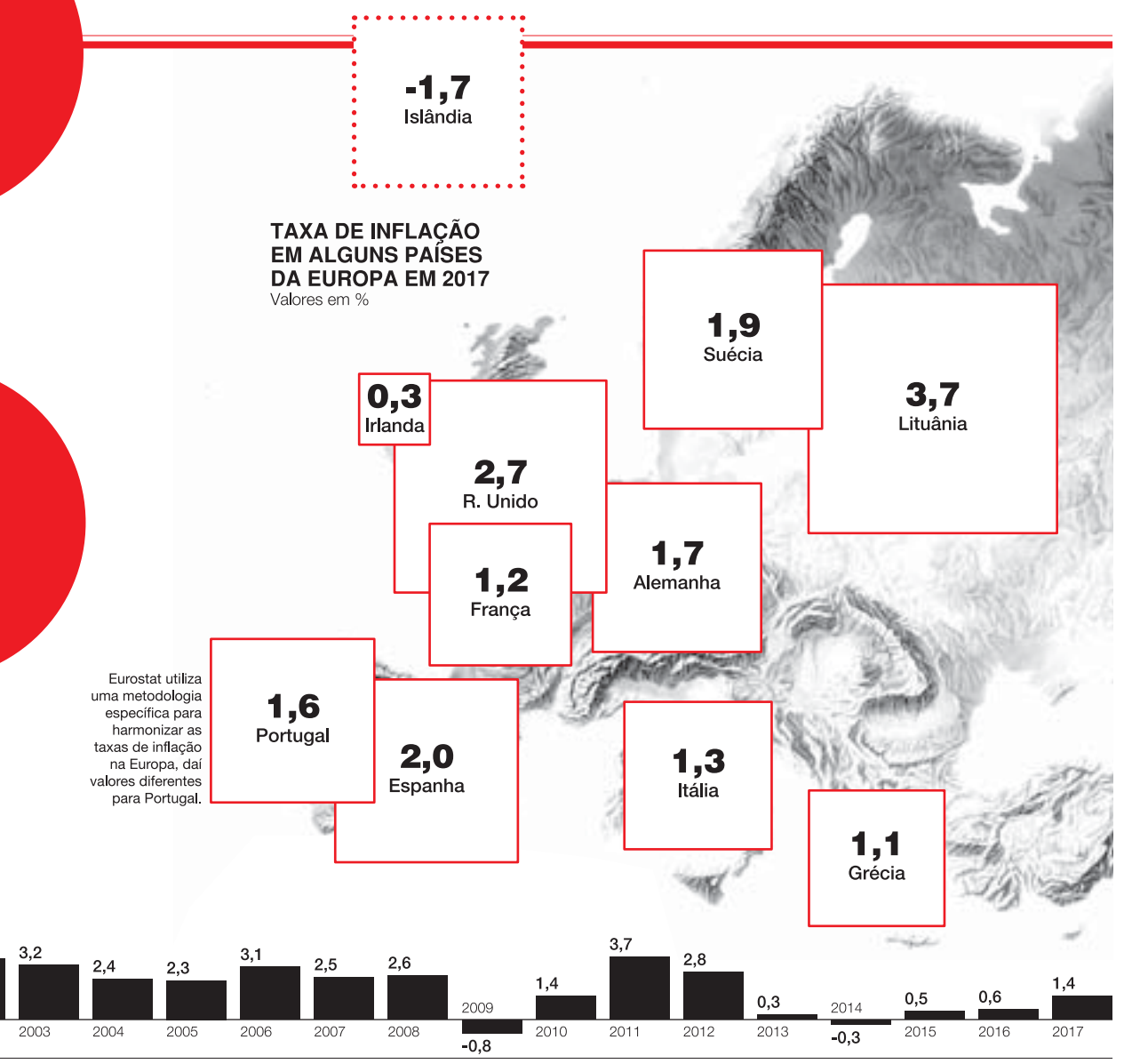
O organismo indicou que a inflação ficou em 1,4% no ano passado. Foi a primeira vez em cinco anos que a barreira simbólica de 1% foi ultrapassada, e um olhar mais fino sobre os dados do INE mostra que uma parte da pressão se deveu ao fenómeno do turismo.

O Jornal Económico calculou a variação de preços anual para os mais de 150 produtos e serviços para os quais o instituto de estatística disponibiliza índices. A subida mais expressiva deu-se na rubrica dos serviços de alojamento, com um encarecimento anual de quase 12%, reflexo da procura externa dirigida à economia nacional. Os pacotes de férias ficaram 8% mais caros.

Estes aumentos somam-se a outros que, não estando relacionados com o turismo, têm reflexo nas compras diárias das famílias. Os sumos aumentaram 11% e os combustíveis 9%, segundo os cálculos do Jornal Económico. Claro que a inflação é uma média, e para que o valor anual tenha ficado em 1,4%, houve outros produtos cujos preços desceram – foi o caso do vestuário e de muitos aparelhos eletrónicos.

Mas, depois do regresso a uma inflação mais "normal" em 2017, é provável que o ritmo acelere este ano. "Prevemos uma inflação média de 1,7% para 2018, um pouco acima do consenso e das previsões do Banco de Portugal e do registado no ano passado", adianta ao Jornal Económico Filipe Garcia, economista da IMF – Informação de Mercados Financeiros.

Esta previsão tem como cenário de base a continuação do crescimento em Portugal, "ainda que um pouco mais lento", bem como do bom momento económico na zona euro. "À medida que o desemprego continua a cair, é de esperar uma leve pressão em alta nos preços, no que também deverá contribuir a disseminação dos efeitos da subida dos preços do petróleo e combustíveis. O turismo e a imigração deverão continuar a crescer, puxando pelos preços em 2018", continua o economista.



Infografia: Mário Malhão | mmalhao@jornaleconomico.pt

A aceleração dos preços coincide com o primeiro ano em que as famílias não vão beneficiar de um aumento generalizado do rendimento disponível por via fiscal. No ano passado, a sobretaxa de IRS foi eliminada para todos os contribuintes e, este ano, apesar de as mudanças neste imposto levarem a uma maior progressividade e redução da carga fiscal para muitas famílias, esse efeito não vai sentir-se de forma imediata, só nos reembolsos de 2019.

A nível de juros dos empréstimos, a bonança do ano passado também não deve voltar. "Em 2017 muitas famílias ainda beneficiaram de um ligeiro aumento do rendimento disponível através da descida das taxas de juro do crédito à habitação, o que não deverá repetir-se este ano", explica Filipe Garcia.

Os funcionários públicos, que tiveram uma reposição de salários no primeiro ano de mandato do Governo, não tiveram qualquer atualização salarial no ano passado ou este ano. No setor privado, embora haja mais emprego, os novos postos de trabalho estão a ser criados com remunerações mais baixas.

Quer tudo isto dizer que as famílias vão perder poder de compra em termos reais, devido a uma subida da inflação acima dos salários? Eduardo Silva, gestor da XTB, desvaloriza esse cenário. "O factor cambial pode atenuar esse impacto, que seria sempre mínimo", diz o economista, lembrando que "na fase expansionista da política monetária o poder de compra real é sempre beneficiado", por via da redução das taxas de juro.

Caso houvesse incrementos quer de salários quer da inflação, isso sim seria mais penalizador do poder de compra, já que levaria a uma subida dos juros do BCE e por essa via dos empréstimos das famílias. "Os valores atuais de inflação relativamente ao crescimento de salários não representam uma discrepância que deva ser considerada um fator de preocupação", sustenta.

Contudo, isto não quer dizer que as famílias portuguesas não tenham de adaptar-se a uma economia com um peso crescente de estrangeiros com mais poder de compra. Como frisa Filipe Garcia, além dos turistas há um outro fenómeno crescente que está a ter efeitos nos preços: o da chegada de imigrantes. "Este fluxo migratório é um pouco diferente do habitual, chegando a Portugal cidadãos de países europeus e da América Latina para gozar a reforma ou, sobretudo no caso de cidadãos provenientes do Brasil e Venezuela, para desenvolver carreira mas que já têm algum conforto material inicial. Este fenómeno, a par do turismo, poderá levar a uma subida mais sustentada nos preços ao consumo, nomeadamente no comércio e serviços, bem como na habitação". Essa subida de preços poderá assim provocar uma maior segmentação no consumo. "É provável que haja um mercado de bens e, sobretudo serviços, com caraterísticas e preços mais direcionados ao turismo e outro ligado ao resto da população".

Por outro lado, lembra o economista, a inflação tem também efeitos em quem tem poupanças nos bancos: o dinheiro aplicado em depósitos vai ter mais um ano de perda real porque as taxas de juro continuarão abaixo da inflação. "Os aforradores terão de investir noutros produtos além dos depósitos se pretenderem não ter uma perda real dos valores das poupanças em 2018", alerta. ●

Este ano, apesar das mudanças no IRS levarem a uma maior progressividade e redução da carga fiscal para muitas famílias, esse efeito só vai sentir-se nos reembolsos de 2019

ESTADO DE EXCEPÇÃO

#Notmetoo

SOFIA AFONSO FERREIRA
Consultora de Comunicação

No programa "Um Portugal em ideias", de Pedro Santana Lopes, é preciso abusar de uma lupa para encontrar o pequeno capítulo "E a promoção de igualdade homens e mulheres" (Eixo 2: "Um Estado melhor – Investir bem nas políticas sociais", pontos 126, 127 e 128), onde é brevemente mencionado o apelo à maior participação política das mulheres, acesso aos cargos de decisão, eliminação das desigualdades salariais e promoção de uma cultura de não violência. Entalado entre os capítulos "Ter sempre presente a inclusão social" e "A promoção dos direitos das crianças", uma pessoa tem de ter cuidado para não deixar escapar aquelas dezoito linhas.

Na moção de estratégia global "É hora de agir", de Rui Rio, o vencedor das eleições e novo líder do maior partido da oposição, nem usando uma lanterna se encontram referências à ala feminina, excepto no último parágrafo do documento de 56 páginas: "Contamos com o contributo das Mulheres Social-democratas, que constituem uma alavanca de mobilização e renovação do PSD." Ficamos sem saber nesta enigmática frase que mobilização e renovação é esperada das social-democratas, se é esperado ocuparem cargos de topo ou se basta baterem palmas para o sucesso do partido.

A política nacional tarda em compreender o que a economia já percebeu há muito – que a próxima grande força profissional e económica está do lado delas.

Nas economias mais prósperas, as mulheres dominam 2/3 do orçamento familiar, a nível mundial, e 85% das compras do consumo familiar são decididas por elas. Em Portugal constituem uma participação cada vez mais forte no mercado laboral, são a maioria (60%) dos alunos no ensino superior e estão perto também de atingirem a maioria na investigação científica. Pese embora a qualificação superior das mulheres, estas continuam a auferir salários mais baixos nas mesmas funções, 17,8% de diferença salarial, bastante acima da média europeia.

É por isso que agora assistimos na televisão a anúncios a carros e detergentes protagonizados por modelos masculinos semi-nus, mas na Assembleia da República tarda a chegar a representação efectiva e mudanças nas leis e na sociedade para colmatar velhos problemas como a violência doméstica ou o feminicídio.

As mulheres no PSD constituem 48% do partido. Ora, com programas destes, se os candidatos fossem avaliados apenas por elas teriam chumbado ambos nas urnas. Se contam com as mulheres social-democratas enquanto alavanca do sucesso do partido, é melhor incluírem-nas, a começar por convidar umas quantas para redigirem os próximos programas para não tornarem a cometer erros grosseiros deste calibre. Isto nem a um meio piropo chegou, cavalheiros. ●

A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

No período de ressaca após as eleições internas no PSD, decidimos escrutinar as propostas dos dois candidatos. Chumbaram ambos no assédio político à ala feminina

ENSAIO

PENSAR DEVAGAR

E se deixássemos a produtividade às máquinas?

ANDRÉ BARATA
Filósofo, Universidade da Beira Interior

William Baumol, economista que esteve próximo de vencer o Nobel, tornou-se conhecido do grande público por ter descrito um certo comportamento da evolução dos salários que ficou conhecido por "doença de custos de Baumol".

O que Baumol começou por notar é que há actividades produtivas mais susceptíveis a incrementos de produtividade do que outras, algumas, na verdade, insusceptíveis de quaisquer ganhos de produtividade. Contudo, quando as actividades com incrementos de produtividade aumentam por isso os seus salários, também as outras actividades, mesmo se insusceptíveis de ganhos de produtividade, tenderão a acompanhar o aumento salarial.

É célebre o exemplo limite que Baumol dá para ilustrar a situação — A execução de um quarteto de cordas de Mozart demora exactamente o mesmo tempo e implica o mesmo número de instrumentistas agora como há duzentos anos. Pura e simplesmente, não é possível aumentar a produtividade de uma interpretação musical. Contudo, os salários não deixaram de acompanhar aumentos registados no todo da economia, tornando cada vez mais dispendioso levar a palco um quarteto de cordas.

O que se paga por um *smartphone* paga cada vez menos quantidade de horas de trabalho de um instrumentista com anos de estudo e prática. E isto, que é válido emblematicamente para uma interpretação musical, é igualmente válido para grande parte do sector de serviços. Também os serviços de saúde, de educação e, em geral, todos os que implicam estar com outros, desde massagistas a barbeiros, não podem ser apressados como discos postos num gira-discos a altas rotações. E não é diferente para todas as actividades de natureza criativa, seja artística, literária ou científica.

Com a identificação deste fenómeno, Baumol ofereceu uma explicação de como as economias desenvolvidas registam uma tendência de queda nos ganhos de produtividade por o seu crescimento se sustentar cada vez mais no sector de serviços. E como bónus deu ainda uma boa resposta a todos os que acham que o Estado não é bom gestor porque não é capaz de incrementos de produtividade. Na medida em que as actividades que cabe ao Estado gerir são, por regra, desse tipo, é claro que o Estado deixa de poder ser responsabilizado pela sua falta intrínseca de produtividade.

Contudo, esta linha de argumentação pode ser parcial, mas significativamente contestada. Não é verdade que o sector dos serviços não seja passível de grandes incrementos de produtividade. Por alguma razão, muitos serviços do Estado social são apetecíveis para uma gestão privada. E mesmo o exemplo emblemático da interpretação musical não é imune à rentabilização — as interpretações ao vivo tendem a ser substituídas por interpretações gravadas que, em seguida, são reproduzidas industrialmente. Algo semelhante acontece, por exemplo, nas universidades com a possibilidade de aulas à distância ou de cursos gravados acedidos em plataformas online. Ou na área da saúde com certos exames de diagnóstico médico mais comuns a poderem dispensar os próprios médicos.

Só um núcleo duro das actividades de serviço permanece impermeável à lógica dos incrementos de produtividade, mas esse torna-se tão caro que tenderá a transformar-se em luxo, de bens raros excepcionalmente fruídos. Será assim com interpretações ao vivo de música erudita ou "*lectures*" de catedráticos, ambas deixadas para momentos extraordinários. Segundo esta linha de raciocínio, o importante nem é que tudo se industrialize, mas que a parte que não consegue acompanhar o imperativo da maior produtividade não tenha um papel e um peso mais do que marginal no todo da economia, mesmo que esta prossiga a tendência de assentar sobretudo no sector de serviços. E assim economias muito desenvolvidas têm ao seu alcance uma cura para a "doença" de Baumol.

Podemos considerar que o trabalho intrinsecamente indiferente à produtividade é um bem social e, portanto, um direito que deve poder ser fruído pela sociedade em geral

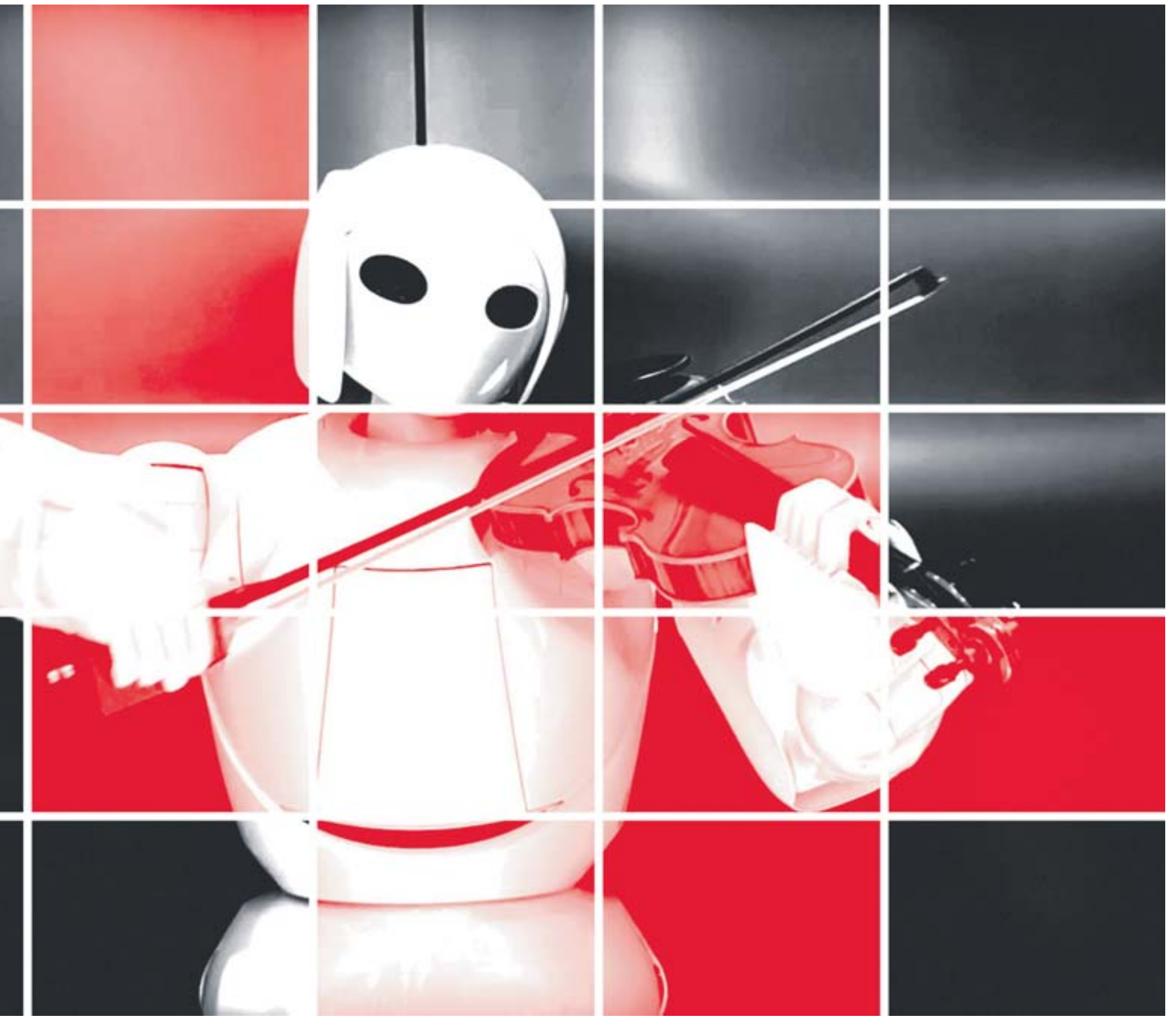
Competir com as máquinas, com o tempo e, nesses termos, também com os outros, fazer da produtividade a regra de vida, é dar-nos uma vida de máquinas

Mas será que é isto que devemos desejar para o futuro? Não serão justamente as actividades que mais resistem aos incrementos de produtividade as mais afins à vida social? E então não deveríamos fazer tudo para evitar confiná-las a uma alta roda do luxo raro, que não desce ao comum dos mortais? Nesse caso, a "doença" de Baumol deveria curar-se não pela raridade mas pela contaminação. Caso para dizer: venha de lá então uma epidemia de Baumol.

Se há que diferenciar o trabalho que se quer e o trabalho que não se quer humanamente, o trabalho que se deve conservar para as pessoas e o que se pode (e deve) deixar aos robots, tal diferença deve ser encontrada precisamente no que poderíamos baptizar como "critério de Baumol" — portanto, na relação com a possibilidade de incrementos de produtividade, e já não apenas na verificação do facto de haver ou não exploração associada ao trabalho, como sempre foi o coração da reivindicação sindical.

Mas o que tem de tão especial esse trabalho impermeável à produtividade? As pessoas são seres intrinsecamente temporais, mais facilmente comparáveis a peças musicais, como a que menciona Baumol, do que a objectos como jarras deixadas em mesinhas de canto sem que lhes mudem as flores. Não só cada pessoa, mas ela e as suas relações, os casais, as famílias, as comunidades não são o que são sem uma referência ao seu futuro e ao seu passado, a um tempo seu portanto. Duram como as jarras, mas, além disso, são temporais. Alongando a comparação, são como duetos, quartetos, orquestras inteiras, embora com muito mais improvisação que um quarteto de cordas de Mozart, cujo final já conhecemos. Sartre bem dizia que só captamos a essência de uma pessoa na sua biografia, como quem diz: depois de interpretada uma vida.

Tudo isto abona a favor da ideia de que as actividades laborais que respeitam este critério de Baumol são mais humanas, tanto mais humanas se tão intrinsecamente temporais quanto as pessoas. E devem ser resgatadas da escassez a que estão condenadas num tempo de obsessiva universalização da lógica da produtividade. Podemos mesmo considerar que este trabalho intrinsecamente indiferente à pro-



dutividade é um bem social e, portanto, um direito que deve poder ser fruído pela sociedade em geral.

Se precisamos de tempo para sermos o que somos (ou queremos ser), é claro que fazer-nos existir mais depressa é como pedir aos instrumentistas que façam o favor de estragar o quarteto de Mozart tocando-o em ritmo acelerado. E, no entanto, é precisamente o que cada vez mais se espera das pessoas nesta mitologia da produtividade que tudo acelera porque tempo é dinheiro.

O que vivemos hoje é realmente uma esquizofrenia. De um lado, a necessidade de trabalhar, compulsória; do outro, a inacessibilidade crescente a oportunidades de trabalho. O que seria razoável e justo era o trabalho ser mais livremente escolhido, por um lado, e mais acessível, por outro. Paradoxalmente, passa-se exactamente o oposto. Tornado tão inacessível e tão necessário ao mesmo tempo, as pessoas são pressionadas a aceitar qualquer trabalho e a não fazerem caso da diferença estimável entre trabalho desejável e trabalho indesejável, comprando uma competição absurda, e depressa perdida, com máquinas.

A tecnologia e a automação deviam, a cada novo progresso, começar a dispensar-nos do que máquinas podem fazer melhor, libertando-nos para as actividades que levam o seu tempo, indiferentes ao ditame da produtividade. Lamentavelmente, o cerco da actividade humana pela automação é paralelo ao cerco da actividade humana pela produtividade. Quanto mais aquela, mais se espera esta da vida das pessoas. Como se uma reacção de "*lashback*" ao efeito de Baumol exigisse que se fique em dívida para com a produtividade não alcançada. Quando deveria libertar.

Competir com as máquinas, com o tempo e, finalmente, nesses termos, também com os outros, fazer da produtividade a regra de vida, é dar-nos uma vida de máquinas. Contudo, fazer um caminho diferente é apenas uma questão de escolhas. Contra o trabalho compulsório, escolher garantir rendimento suficiente aos cidadãos para que o trabalho não seja uma condenação. Contra o privilégio de trabalho só para alguns, escolher alargar a ideia de justiça distributiva de forma a incluir nela o direito universal de acesso ao trabalho que satisfaz o critério de Baumol.

O trabalho desta natureza, longe de um luxo raro, alcançável apenas sob uma competição sobre-humana — na verdade apenas uma espécie de simulacro da ideia de uma produtividade incrementada —, deve ser um bem comum a que todos têm direito social. Não como fonte de rendimento, mas de realização.

É pois uma boa ideia para o futuro ir libertando o trabalho humano da batuta da produtividade. E para que se restaure uma economia mais humana há que deixar às máquinas o outro trabalho, da economia da produtividade. ●

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

MUNDO

Sergio Perez/Reuters

ESPANHA

Catalunha "a caminho de novas eleições" parlamentares

Questão dos SMS de Puigdemont "refreou o ímpeto" independentista, mas o anúncio da sua morte política pode ser prematuro.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
afsousa@jornaleconomico.pt

"Ainda é cedo" para anunciar a morte política de Carles Puigdemont, dirigente exilado do JuntsXCat e nome designado pela mesa do Parlamento catalão para assumir a presidência do governo da autonomia, mas – segundo disse André Pirralha, investigador português do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade catalã de Pompeu Fabra em entrevista ao Jornal Económico – "o mais provável é que haja novas eleições".

Essa morte política que André Pirralha considera prematura foi anunciada depois de, no início desta semana, uma televisão espanhola ter dado a conhecer o conteúdo de uma troca de SMS entre Puigdemont e Toni Comín, deputado e ex-conselheiro do seu gabinete. Nesta espécie de diálogo epistolar, o antigo presidente da Generalitat admitia que o processo independentista "terminou" e que "o plano de Moncloa [sede do governo de Mariano Rajoy] triunfa". Puigdemont dizia ainda que "os nossos sacrificaram-nos, pelo menos a mim", parecendo neste particular referir-se ao facto de o histórico deputado da Esquerda Republicana da Catalunha (ERC, parceira do JuntsXCat) Joan Tardà ter declarado numa entrevista ao jornal "La Vanguardia" que, "se necessário", será preciso "sacrificar Puigdemont para formar governo".

Mas "as coisas não são assim tão lineares", refere André Pirralha, a viver em Barcelona há nove anos: "a ERC é um partido muito disciplinado, onde houve sempre quem se opusesse ao apoio a Carles Puigdemont". Joan Tardà fez desde sempre parte dessa fação, mas nunca a conseguiu impor no interior do partido – e não será agora que o vai conseguir, segundo o investigador português.

Além do mais, essa linha mais dura – que sobreleva o óbvio: o independentismo é o único ponto de contacto entre os dois partidos em tudo o resto dissonantes – "não é apoiada pelo seu líder, Oriol Junqueras, que ainda está preso".

ERC não quebra confiança

"Junqueras apoia Puigdemont" em toda a linha, afirma André Pirralha, que chama ainda a atenção para o facto de que "o JuntsXCat nunca apoiaria um governo liderado pela ERC". Não, pelo menos, na circunstância do enquadramento político saído das eleições de 21 de dezembro, em que – para além da vitória de Pirro do partido Ciudadanos, liderado na autonomia por Ines Arrimadas – o JuntsXCat ficou em segundo lugar, à frente da ERC.

ANDRÉ PIRRALHA
Investigador, Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade catalã de Pompeu Fabra

No limite, "Puigdemont não vai ser nomeado" presidente do próximo governo da Catalunha, refere.

Claro que a questão dos SMS "veio refrear o ímpeto" da maioria independentista no Parlamento catalão, admite o investigador nascido em Lisboa, mas o 'nó górdio' em que está a situação política na autonomia já só pode ser desfeito, na sua opinião, com o recurso a novas eleições, "uma vez passada a questão da suspensão decretada pela mesa do Parlamento".

A grande questão é, neste quadro hipotético de marcação de novas eleições, a de se perceber se Puigdemont surgirá ou não como cabeça de lista do JuntsXCat ou se – como parece ser a única forma de resolver o impasse criado desde 1 de outubro, data do referendo à independência – ele próprio se considera, como diz nos SMS com Comín, "sacrificado", retirando-se da primeira linha da guerrilha política entre Barcelona e Madrid. André Pirralho é de opinião que, no limite, "Puigdemont não vai ser nomeado" presidente do próximo governo da Catalunha.

Outra dúvida que assalta os intervenientes, também sem uma resposta óbvia, é a de saber-se qual será o comportamento do Ciudadanos: se reforça a vitória de 21 de dezembro e assume a candidatura de Ines Arrimadas à Generalitat, ou se a sua vantagem individual face aos partidos independentistas se irá esfumar.

O partido tem conseguido manter-se à margem do imbróglio criado entre os independentistas e o governo de Rajoy, o que aparentemente é uma vantagem. Pelo menos fora da Catalunha: nas últimas sondagens, o Ciudadanos surge como potencial vencedor de eleições gerais em Espanha, ultrapassando os três partidos que, em junho de 2016, ficaram à sua frente: Podemos, PSOE e Partido Popular. Mas este fator pode ser, no caso da questão catalã, um detalhe importante: Mariano Rajoy pode temer, perante as sondagens que tem à disposição, dar mais protagonismo ao partido liderado por Albert Rivera, um catalão, o que poderia constituir um entrave à aceitação de novo ato eleitoral na autonomia.

Seja como for, como releva André Pirralha – e esse é um dos aspetos mais bizarros da crise catalã – o desenvolvimento dos acontecimentos dá-se "sem que exista qualquer linha direta entre Barcelona e Madrid", isto é, sem que as duas partes em confronto tenham sabido (ou querido) encontrar uma via de diálogo comum, o que tem robustecido a "'judicialização' do conflito", com evidentes danos para os dois lados. ●

PUB

Reservado o direito de admissão
Nunca como hoje os Órgãos de Fiscalização* das empresas tiveram um papel tão relevante.
O Audit Committee Institute está em mais de 30 países, promovendo a discussão e reflexão em torno dos temas relevantes e com impacto para Entidades de Interesse Público (EIP).
Se pertence a um Órgão de Fiscalização de uma EIP não hesite em fazer-se membro.
Saiba mais através do e-mail ptaci@kpmg.pt.
aci.kpmg.pt
KPMG
* Conselhos de Administração, Conselhos Gerais e de Supervisão, Conselhos Fiscais, Comissões de Auditoria, Comissões para as Matérias Financeiras, entre outros.
© 2018 KPMG Portugal – S.G.P.S., S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suiça. Todos os direitos reservados.

OPINIÃO

Todos por Todos

FERNANDO PACHECO
Economista

Os preços do lítio, paládio e outros metais raros estão em alta e põem em risco a produção dos novos produtos de consumo, do carro elétrico e híbrido aos telemóveis. São sobretudo metais, mas incluem também elementos que compõem as chamadas terras raras. Destas últimas pouco se ouve falar, mas o seu nome explica tudo: são raras, e a raridade faz o valor, além de que incluem elementos essenciais para as componentes da indústria aeronáutica e aeroespacial, lasers, magnetos e catalisadores. Mas mais importante que a subida dos preços e consequente aumento dos custos de produção, estima-se que mais de 90% das terras raras estejam na Ásia, sobretudo na China.

Esta é uma das razões que explicam a nova mensagem do presidente americano em Davos: se bem que a sua imagem da economia mundial não seja *Um por Todos, Todos por Um*, também não é *Um por Um*, os EUA. Ele não quer o isolamento dos EUA face à progressiva subida da China na cena internacional e a vulnerabilidade da economia mundial a um país que joga fora das regras da OMC. Ele é contra a China que reduz a sua pauta aduaneira dos mais de 40% de direitos para 4% e depois multiplica as barreiras não pautais e fica com a economia tão fechada como antes; o país que força a transferência de tecnologia para dar acesso ao seu mercado, e que o fecha mal assimila essa tecnologia.

Daí a sua intervenção de 26 de janeiro em Davos, o regresso ao multilateralismo e à abertura, e até à TPP, a Parceria Transpacífico, onde a presença dos EUA havia sido negociada – e assinada – por Obama e cuja retirada foi uma das primeiras ações de Trump como presidente. Se esta viragem estratégica do Hair Force One representa uma nova postura estratégica ou é uma manifestação da sua bipolaridade quando deixa o solo americano, veremos. Como disse Glenn Beck, comentador político e escritor americano, "I don't know which way to take Donald Trump. Only time will tell."

Jonathan Ernst/Reuters

Voltando ao tema de abertura, em dezembro foi publicada uma ordem executiva do presidente americano que ordenava a conceção de uma estratégia nacional para lidar com a dependência dos EUA em 23 minerais críticos. Na véspera havia sido publicada a US Geological Survey, dando conta que dos 23, em apenas dois – berílio e titânio – os EUA importavam menos de metade das suas necessidades e 20 eram de produção predominantemente chinesa. No tocante às terras raras, a China produz mais de 90%; mais, tão relevante como relançar a mineração é a falta da infraestrutura que a China tem para valorizar o minério, prejudicada pela volatilidade de preços destes materiais, parte desta por manipulação estratégica do mercado (adivinhe por quem) que prejudica o investimento. Por uma vez, Trump tem razão. Vamos ver se continua assim. ●

Lula da Silva e o Polvo Populista

JOSÉ FILIPE PINTO
Professor Catedrático

A decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região sobre o recurso interposto por Lula da Silva foi unânime. O coletivo agravou a pena. Assim sendo, como um eventual embargo à declaração dificilmente surtirá efeito, a decisão definitiva, a cargo do Supremo Tribunal de Justiça, não demorará. Tal como a ordem de prisão efetiva de Lula. Algo que o próprio já admite como provável e que deixará o Partido dos Trabalhadores (PT) órfão na corrida presidencial.

Aliás, talvez seja oportuno lembrar que a atual decisão da justiça só diz respeito a um processo. Outros estão na calha. Tal como a possibilidade de novas condenações.

Quanto à prisão de Lula, só não ocorreu mais cedo devido ao alarido social que provocaria se tivesse acontecido na sequência da decisão do juiz Sérgio Moro. O PT é um partido populista e, como tal, tem facilidade em trazer para a rua todos aqueles que ainda não perceberam – ou fingem não querer ver – que o populismo se serve do povo em vez de o servir. Uma realidade que, na América Central e do Sul, é quase centenária. Exemplos não faltam: Cárdenas no México, Perón e o casal Kirchner na Argentina, Chávez e Maduro na Venezuela, Rojas na Colômbia, Vargas e Goulart no Brasil...

A História já identificou a estratégia do líder populista quando chega ao Poder. Assim, começa por controlar a comunicação social para garantir o mediatismo de ações destinadas a colher junto das camadas mais desfavorecidas da população. Entretanto, a coberto das paredes dos gabinetes, a nova elite restrita vai tecendo o novelo que lhe permitirá fartos proventos. Uma estratégia a que não são alheios os grandes grupos económicos. Aqueles que o populismo identifica publicamente como a elite responsável pela exploração do povo.

O importante é que as camadas sociais mais baixas não se apercebam do conluio e continuem a idolatrar o chefe. Que considerem como ofensa a si as acusações de corrupção e de lavagem de dinheiro feitas ao líder. Que julguem os juízes e os sentenciem como alguém ao serviço dos grandes interesses nacionais e internacionais.

Ueslei Marcelino/Reuters

Uma massa acrítica e ainda abundante. Basta recordar que Lula deixou a presidência em 1 de janeiro de 2011 e, nesse ano, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, havia 22 milhões de brasileiros que, apesar de beneficiarem do Programa Bolsa Família, continuavam em extrema pobreza.

Quanto à elite que usufruiu do sistema, sabe bem a missão que lhe está confiada no momento atual. Por isso, coloca em causa as instituições. Incendeia a opinião pública através da opinião publicada. Chega mesmo a falar de uma Democracia em estado de suspensão. Tudo na tentativa de esconder o passivo populista. A fase da ética camarada. Aquela que tudo justifica na gestão da res publica.

O lulismo não terminou no final do mandato de Lula. Virou polvo. Na capacidade de disfarce. No poder envolvente dos tentáculos. Felizmente no Brasil já existe uma cidadania mais esclarecida. O Estado de Direito agradece. Ao contrário do populismo. ●

Trova do descontentamento que grassa

RITA GARCIA PEREIRA
Advogada

(À laia do quase tradicional *disclaimer* e antes da chuva de críticas que, muitas vezes a coberto do anonimato, os cidadãos se permitem disparar sobre a minha classe profissional, deixo a minha – única – declaração de interesses: sou advogada mas, essencialmente, sou cidadã e, enquanto tal, não posso aceitar que um colega meu, seja ele quem for, fique completamente desprotegido numa qualquer situação de doença grave, como não posso também conceder que se ponham em causa as reformas de todos nós, para as quais descontámos, sem direito a qualquer outra protecção que seja.)

Foi objecto de notícia a semana passada a que, erradamente, se apelidou de primeira manifestação de advogados, com cerca de 5 mil profissionais a expressarem o seu descontentamento com a falta de protecção de que gozam. Se para o público em geral, as razões são quase desconhecidas, os advogados sabem que não têm qualquer protecção na maternidade, na doença ou no desemprego, sendo que a única certeza que tinham, até há uns anos, era a de que teriam direito a uma reforma. Nem esta, ao que parece, está assegurada, não obstante todos estarmos obrigados a pagar uma dada contribuição, calculada sobre uma presumida retribuição (que muitos não auferem sequer), a qual reverte, não para o Estado, como muitos pensam, mas para uma Caixa privada, cujas regras são de constitucionalidade mais do que duvidosa. Desde logo, a circunstância de, ao contrário do que sucede com todos os demais cidadãos, os advogados reformados, cuja pensão foi calculada com base em fórmulas quase piramidais, poderem continuar a exercer e a auferir rendimentos sem nada mais descontarem. Mas, do mesmo modo, o facto de as contribuições terem sido exponencialmente aumentadas para os não reformados, invocando-se uma alegada solidariedade intergeracional que, infelizmente, tem tido sentido único.

Enquanto as condições se agravam para os advogados no activo, mantendo-se os mais velhos e reformados nos seus castelos e invocando que todos os que clamam por alguma justiça relativa são ignorantes ou ingratos, a Direcção da CPAS mantém um registo bipolar, ora nos incentivando a ter confiança no futuro, mesmo quando a luz no fundo do túnel pode ser a de um comboio na nossa direcção, ora dizendo verbalmente que um advogado que ganha menos de mil euros deve mudar de profissão, ainda que tal suceda por ter cancro, por exemplo, em ambos os casos no tom de condescendência de quem fala com ignaros.

É certo que, idealmente, não deveríamos perturbar os senhores na sua missão de procurar cobrar o incobrável e, na sua essência, mudar apenas o que permita manter tudo na mesma. Mas, verdade seja dita, há também sempre alguém que diz não. E fomos mais de cinco mil. ●

A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

A arte de andar aos círculos...

ANDRÉ ABRANTES AMARAL
Advogado

... à volta do mesmo erro.

No passado dia 25 de Janeiro acedi como habitualmente ao website do Jornal Económico e deparei-me com um título anunciando que o BCE está pronto para prolongar a política de estímulos à economia. Percorrendo o website vi logo de seguida a notícia que o Bankinter, um dos bancos mais sólidos a trabalhar em Portugal, já tem 400 imóveis em carteira por incumprimento de crédito. O valor rondará os 40 milhões de euros, o que não é pouco quando sabemos que o banco teve um lucro de 495 milhões em 2017.

Continuei a descer e li que a "avaliação bancária das casas sobe em Dezembro e aproxima-se do máximo de 7 anos" para, logo de seguida, me deparar com outro título: "ouro pode estar a caminho dos 1.400 dólares e renovar máximos de 2013". A razão subjacente a esta nova corrida é, de acordo com a mesma notícia, a inflação tão desejada pelos governos socialistas e procurada pelos estímulos do BCE, mas que come os rendimentos, principalmente os dos mais pobres que não se podem refugiar no ouro ou noutros locais sem inflação.

Entretanto, nesse mesmo dia este jornal dava uma boa notícia anunciando que "Portugal reembolsa 831 milhões de euros ao FMI". Claro que o facto desse reembolso ter sido planeado por Maria Luís Albuquerque, em Fevereiro de 2015, não vem agora muito ao caso, mas devia. Porque se viesse leríamos com mais cuidado a boa notícia do reembolso ao FMI com a fotografia de Centeno no topo e prestaríamos mais atenção às más notícias que referi em cima, que, por sinal, são de agora e não de 2009.

No passado dia 26 de Janeiro tive oportunidade de organizar uma tertúlia no Grémio Literário sobre a dívida pública no século XIX e as semelhanças com os dias de hoje. Os oradores foram Maria de Fátima Bonifácio e Rui Ramos, historiadores sobejamente conhecidos e verdadeiramente conhecedores da época em análise. Embora já soubesse que aquele século tinha sido negativamente marcado pela dívida, não deixou de ser deprimente ouvir os factos que comprovam o quanto um país não aprende, não quer aprender, com a história.

Bem sei que corro o risco de me repetir, mas é inevitável quando tudo se repete, seja o século XIX sejam os erros dos últimos 40 anos. Erros cometidos pelos que, quando a crise financeira se abateu sobre nós, foram os primeiros a apontar o dedo a esses mesmos erros acumulados e que juraram que não se podiam repetir, mas que agora os repetem, como nada se tivesse passado. Há aqui um "click" que falta que é o perceber que o Estado não serve para gerir favores pagos com dinheiro que nem sequer existe e que se cobra depois. A lógica do ganho imediato sem que nada se acrescente, o pouco valor que se dá ao interesse público apesar de ser o que mais se ouve à boca cheia são razões para a pasmaceira que se vive há séculos. ●

O autor escreve segundo a antiga ortografia.

Com o teu amo...

AGOSTINHO LOPES
Membro do Comité Central do PCP

"*Com o teu amo não jogues as pêras*" é um aforismo popular do tempo dos amos e servos, dos senhores e criados... Que tem conhecidas versões no século XXI, "Quem paga manda", ou o "bom aluno", etc. Expressões de uma cultura de subserviência. Uma cultura de classe, que as classes dominantes procuram infiltrar até ao tutano nas classes dominadas. Grande parte do charivari em torno da Autoeuropa é uma clara manifestação dessa "cultura"! De quem não tem espinha, ou a tem tão gelatinosa como a lesma...

Botou sentença Markus Kemper, empresário e presidente da Câmara de Comércio Luso-Alemã: "se outros investidores industriais internacionais em Portugal começarem a associar o país a problemas laborais e a falta de competitividade, poderemos ser rapidamente confrontados com deslocalizações ou investimentos noutros países" (Expresso, 27JAN18). Mas então só agora, com a luta na Autoeuropa, é que nasceram "problemas laborais" no país? Até hoje, as "mais de 400 empresas alemãs em Portugal", que refere, nunca deram por lutas dos trabalhadores portugueses? Ridículo! "Falta de competitividade"? Só se for falta de salários idênticos aos dos trabalhadores alemães (mais de 2000 euros ganham os da VW de Wolfsbourg!) com produtividades idênticas às dos trabalhadores portugueses. Tartufices de um capitalista alemão! Mas compreende-se, defende o capital alemão.

O que não se compreende nem aceita, é a cultura de servidão, reverenciadora e obrigada, de tanta opinião, que pensa (?) que não pode haver "agitação laboral", "instabilidade laboral", falta de "paz social", etc., senão os alemães vão-se embora, e é o fim do mundo! Extraordinário... Aparentemente, aceitam a luta, os direitos, as organizações – CT e sindicatos – dos trabalhadores... mas depois consideram que lutas, greves, e até mesmo as negociações, só nas empresas de capital português. Ou então nas de capital estrangeiro, mas tão pequeninas, tão pequeninas (aí uns 0,000000000... do PIB), que podem ir-se embora sem causar danos.

Os argumentos são de arrepiar. Fiquemos pelas "deslocalizações" e o exemplo da Opel de Azambuja. A deslocalização da Opel, em 2006. Não é por repetir uma mentira muitas vezes que ela passa a verdade. Mas continua a correr a mentira. Por muitos outros e outras, a jornalista do Diário de Notícias Joana Petiz, "Sim, a Autoeuropa devia pôr os olhos na Azambuja" (DN, 18JAN18). E, satisfeita, lá despacha o chorrilho, insistindo na mentira – ver desmentido: João Silva, sindicalista da Fiequimetal/CGTP, DN 24JAN18.

A chantagem da deslocalização. Qual é a justificação dessa gente para as dezenas de deslocalizações acontecidas? Foi a agitação laboral que empurrou para fora do país, entre muitas outras, a Ford, a Quimonda, a Lear, a Johnson Control, a Texas Intrument, a Delphi da Guarda e Ponte de Sor, a Renault, a Indelma/Alcoa, a Euronadel, a Bombardier, etc.? Foi? E já agora, expliquem como é que apesar de todas as lutas dos trabalhadores portugueses, incluindo greves gerais, ao longo de quatro décadas, o capital estrangeiro, continuou a vir parquear/pastar no país? Veio fazer turismo? ●

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

Grande parte do charivari em torno da Autoeuropa é uma clara manifestação de uma certa "cultura", de quem não tem espinha

EMPRESAS

PORTOS

Guerra entre concorrentes chega à justiça

Grupo Nosa Terra acusa o grupo multinacional Svitzer de uma denúncia caluniosa que levou a uma investigação feita pela Autoridade da Concorrência. Agora o processo vai continuar no DIAP.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

As empresas de serviços portuários do grupo galego Nosa Terra XXI que operam em Portugal fizeram uma participação criminal contra as empresas do principal concorrente, o grupo Svitzer, que faz parte da multinacional dinamarquesa Moller Maersk e é líder mundial em serviços de reboque. A acusação é de denúncia caluniosa, por causa das posições que terão sido assumidas por responsáveis pelas empresas do grupo Svitzer numa investigação feita pela Autoridade da Concorrência (AdC) – iniciada a meio 2015 e encerrada no final de 2016.

O processo "contra-ordenacional nº PRC/2015/10" da AdC tinha por meta a investigação de um "eventual acordo entre empresas com objeto ou efeito restritivo da concorrência", de acordo com o texto da decisão de arquivamento, consultado pelo Jornal Económico. Ou seja, as empresas juntavam-se para dividir o mercado, limitando a concorrência. Estavam em causa 12 empresas, entre as quais três empresas do grupo Nosa Terra XXI e outras três do grupo Svitzer. O problema é que o processo teve na sua origem "um pedido de dispensa de coima", ou seja, o processo terá sido iniciado por aquilo a que comummente se chama um "arrependido", ao abrigo do "programa de clemência", ou, como refere a denúncia, um instituto similar ao da brasileira "delação premiada", que não está prevista no ordenamento jurídico português. Prevê a lei que quem for o primeiro a denunciar "acordos ou práticas concertadas entre duas ou mais empresas concorrentes" pode beneficiar da dispensa ou da redução de coima. E o grupo Nosa Terra XXI diz que foi isso mesmo que o grupo Svitzer fez, que terá sido um dos denunciantes. Assim, depois de feita a investigação pelas autoridades e de arquivado o processo, decidiram fazer uma participação criminal, dirigido ao Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa.

O processo da "delação premiada"

Na participação criminal, a que o Jornal Económico teve acesso, as empresas Remolcanosa Portugal – Serviços Marítimos, Roboport – Sociedade Portuguesa de Reboques Marítimos e Tinita – Transportes e Reboques Marítimos, todas do grupo Nosa Terra XXI, acusam as empresas Svitzer A/S (com sede na Dinamarca), a Svitzer Portugal – Reboques Marítimos e a Svitzer Sines – Reboques Marítimos (esta uma unipessoal) de terem apresentado, a 8 de junho de 2015, um requerimento de dispensa ou de redução e coima, "por alegadas práticas anticoncorrenciais com vista à repartição do mercado nacional da prestação de serviços de rebocagem marítima".

"Em termos sumários, o sobredito requerimento de dispensa ou redução de coima trazia ao conhecimento da Autoridade da Concorrência uma alegada concertação entre empresas, com vista a uma pretensa repartição de mercados, o que influenciaria a determinação de preços a praticar pelas empresas", refere a denúncia. "Alegadamente, (…) as empresas dos grupos Nosa Terra XXI e Moller Maersk (…) haviam levado a cabo práticas violadoras do Direito nacional e europeu em matéria de concorrência", acrescenta.

Conta que a AdC fez uma investigação para saber se as "empresas envolvidas/denunciadas no dito requerimento de dispensa ou redução de coima haviam, ou não, celebrado acordos tendo em vista uma repartição do mercado", tendo concluído que "a denúncia era absolutamente infundada" e que não existiria, sequer, "fundamento (…) para a continuação do processo".

Neste processo, as três empresas do grupo Nosa Terra XXI pedem, também que seja levantado o segredo de justiça sobre o inquérito feito pela AdC, para saber quem terá sido o denunciante inicial, porque, nos termos da lei, os pedidos de dispensa ou redução de coima "são classificados como confidenciais e, bem assim, todos os documentos e informações apresentados para efeitos de dispensa ou redução de coima".

Próximo passo cabe ao DIAP

No final, as três empresas do grupo Nosa Terra XXI garantem que as empresas do grupo nunca concretizaram "um qualquer acordo ou prática concertada com as suas concorrentes", ou "tido sequer essa vontade", e que esses factos teriam de ser obrigatoriamente do conhecimento de quem fez a denúncia, porque, "enquanto parte das alegadas negociações, não podiam desconhecer que as mesmas inexistiam". Por isso, acusam que o requerimento das empresas do grupo Svitzer "não passou de uma manobra (ela própria anticoncorrencial) para denegrir a imagem" das empresas do grupo Nosa Terra XXI. "As consequências de tal procedimento poderiam, inclusivamente, levar ao possível afastamento [das empresas do Nosa Terra XXI], de forma irremediável, do mercado".

Dizem, também, que não se trata da primeira denúncia e que o grupo Svitzer já teria tido recorrido à justiça no caso do concurso para concessão a atividade de reboque no Porto de Aveiro, tendo apresentado queixa e iniciado um processo judicial, para depois desistir, depois de recursos, mas antes da sua conclusão.

Pedem, agora, que o DIAP instaure "o competente procedimento criminal", competindo ao Ministério Público definir como seguirá este processo.

O Jornal Económico tentou obter um comentário por parte dos responsáveis pelo grupo Svitzer, mas tal não foi possível em tempo útil. ●

As empresas do grupo Nosa Terra XXI acusam que o requerimento das empresas do grupo Svitzer "não passou de uma manobra (ela própria anticoncorrencial) para denegrir a [sua] imagem"

Processo de

Autoridade da Concorrência fez buscas e apreendeu 178 documentos. Fez também um interrogatório. No final, não foram encontrados indícios de crime e o processo foi arquivado.

Cristina Bernardo

investigação durou ano e meio

O processo "contra-ordenacional nº PRC/2015/10" da Autoridade da Concorrência (AdC) levou à abertura de um inquérito a 12 de junho de 2015. Tem por base "um pedido de dispensa de coima, relativo a alegadas páticas anticoncorrenciais com vista à repartição do mercado nacional da prestação de serviços de rebocagem marítima, entre janeiro de 2012 e 2015". Explica a AdC que, nos termos do tal acordo – e dos elementos que constavam da denúncia – "um conjunto de empresas concorrentes estaria a empreender uma estratégia de não concorrência e de cooperação de modo a repartir entre si os serviços prestados nos principais portos portugueses, evitando potenciais perdas resultantes do processo competitivo de luta por serviços e clientes em cada porto". Estavam em causa 12 sociedades, seis delas relacionadas com o grupo galego Nosa Terra XXI e três com o grupo Svitzer, que faz parte da multinacional dinamarquesa Moller Maersk e é líder mundial em serviços de reboque e salvamento marítimo. Estava também incluída na lista a APS –Administração dos Portos de Sines e do Algarve.

Buscas e apreensão de 178 documentos

As diligências de investigação incluíram a "busca, exame, recolha e apreensão e documentos", através de acções desenvolvidas a 13 julho de 2015 – um mês depois de iniciado o processo – a seis empresas e à APS. Foi também interrogado o sócio da empresa Aguanave.

No documento da decisão de arquivamento, consultado pelo Jornal Económico, a entidade presidida por Margarida Matos Rosa refere que a instauração do processo foi comunicado às autoridades europeias.

Só que, o processo não produziu nada que pudesse ser considerada como infração. A AdC refere que procedeu á análise dos 178 documentos apreendidos, mas refere que estes "evidenciam apenas contactos unilaterais de uma empresa visada dirigida às demais visadas tendentes á criação de uma empresa comum", desconhecendo-se como seria a estrutura acionista desta sociedade. O nome da empresa que terá feito as diligências não é referido. Diz, também, que dos documentos não resulta "evidência de uma resposta ou acordo de vontades das visadas no sentido da criação dessa empresa comum ou de desenho, discussão ou implementação de uma estratégia de cooperação que produzisse efeito semelhante". Acrescenta que o interrogatório também "não logrou confirmar os indícios de um alegado acordo e/ou de uma alegada prática concertada".

Assim, o conselho decidiu, já a 12 de dezembro de 2016, arquivar o processo e abster-se de intervir. ● *RSF*

OPINIÃO

A Google e o desígnio da qualificação

JOÃO VIEIRA LOPES
Presidente da Confederação do Comércio e Serviços

Portugal é hoje uma referência na área dos serviços partilhados, operados por várias multinacionais e que empregam dezenas de milhares de pessoas. Embora ainda sem contornos bem definidos, a chegada anunciada das gigantes Google e Amazon é mais um sinal do posicionamento atrativo do país.

Esta atratividade resulta de vários fatores, como a existência de boas condições estruturais, clima, segurança, paz social, capacidades em línguas, infraestruturas rodoviárias e de comunicação e quadros qualificados. Contudo, estas multinacionais vão deparar-se com as dificuldades sentidas pelas que já cá estão, nomeadamente no recrutamento de pessoas qualificadas, em particular nas áreas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

As causas para este défice de formação tecnológica são várias. Desde logo, o ensino superior que, apesar da sua qualidade, não forma quadros suficientes para a procura em áreas estratégicas. Por outro lado, o quadro comunitário "Portugal 2020" não foi planeado para dar resposta a estas necessidades. Pelo contrário, deslocou verbas destinadas à formação profissional para suportar despesas correntes das instituições do Estado, secundarizando a formação e a reconversão de ativos.

É por isso prioritário reprogramar a área de formação dos fundos europeus e integrar ainda estes desígnios no futuro quadro "Portugal 2030". É preciso atribuir uma maior prioridade à formação que permita à sociedade e às empresas explorarem em profundidade as oportunidades da digitalização. Incluindo nessa maior prioridade uma componente chave de reciclagem de jovens escolarizados, que atualmente nem estudam nem têm um emprego estável, para essas áreas de competência.

É também fundamental o investimento na qualificação da gestão das PME e microempresas, em particular com programas do tipo "formação-ação", que permitam diagnosticar e melhorar a sua produtividade e competitividade.

Para isso, há que dar meios ao movimento associativo empresarial, que tem experiência na atividade de formação e está próximo das empresas, através de contratos programa com prioridades bem definidas e devidamente controlados.

Finalmente, não podemos perder a oportunidade da presença de multinacionais tecnológicas e das startups portuguesas para incentivar a ligação e a atividade conjunta ou integrada entre as empresas e o sistema de ensino não só superior, mas também profissional.

Que estas chegadas sejam um incentivo para olharmos a formação e qualificação como um verdadeiro desígnio nacional. ●

É preciso atribuir uma maior prioridade à formação para a sociedade e as empresas explorarem em profundidade as oportunidades da digitalização

EMPRESAS

Cristina Bernardo

BANCA

Acionistas do BCP preparam lista com menos administradores

O BCP vai ter um conselho de administração mais pequeno e com mais independentes. O BCE recomenda no máximo 15 administradores. O BCP poderá mudar os estatutos para acatar recomendação.

MARIA TEIXEIRA ALVES
mtalves@jornaleconomico.pt

O grupo de maiores acionistas do BCP, liderado pela Fosun (25,16%), está em conversas com o Banco Central Europeu (BCE) para elaborar a lista dos órgãos sociais para o próximo mandato. Em causa estão as recomendações do supervisor bancário europeu para os órgãos sociais do Millennium BCP.

Tal como aconteceu com a CGD, o BCE recomenda um máximo de 15 administradores, face aos atuais 19. O que a cumprir-se obriga à mudança de estatutos do BCP. Isto porque os estatutos do BCP prevêem que o conselho de administração seja composto por um mínimo de 17 membros e um máximo de 25.

O BCE quer menos administradores, mais independentes no grupo de não-executivos (e por isso menos ligados aos grandes accionistas) e mais mulheres (20% do total do *board*). O supervisor quer também que sejam cumpridas no conselho de administração as regras de experiência. Aos administradores não-executivos, cuja função deve ser principalmente fiscalizadora, o BCE pede três anos de experiência em gestão e conhecimentos teóricos no setor bancário. Já ao presidente-executivo (CEO) são pedidos dez anos de experiência prática recente em áreas relacionadas com serviços bancários e financeiros, sendo que grande parte dela em cargos de topo.

Num conselho de administração mais pequeno a comissão executiva será também reduzida. A maioria dos administradores executivos vai continuar, incluindo Nuno Amado como CEO, mas é possível que dos atuais oito passe a sete ou mesmo a seis. João Iglésias Soares é um dos que poderá não ser reconduzido num novo mandato, soube o Jornal Económico.

O BCE é chamado a aprovar a estrutura de governação do BCP e a atestar a "adequação e a idoneidade", dos membros que compõem os órgãos sociais. Em causa estará ainda a equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais, no conjunto dos administradores.

Fosun, Sonangol e EDP preparam lista única

Segundo fonte familiarizada com o assunto, o BCP tem a intenção de seguir a recomendação das autoridades. "O BCE prefere conselhos de administração ajustados às dimensões das instituições, tendo também em conta a diversificação da sua estrutura acionista, e prefere conselhos mais pequenos", disse.

Neste momento, a Fosun está com a Sonangol e a EDP a decidir a lista única que será levada à assembleia geral do BCP, em maio. Os acionistas querem um presidente do conselho de administração que seja uma pessoa com experiência bancária e de preferência com currículo internacional, uma vez que o BCP poderá dar início a uma nova fase de internacionalização.

Os administradores independentes não poderão ser considerados como tal se excederem os três mandatos, portanto a nova lista de administradores deverá excluir a maioria dos actuais administradores não executivos e mais independentes. Por exemplo é expectável que António Monteiro (atual *chairman*), Carlos Silva, Álvaro Barreto, André Luiz Gomes e António Pinho Cardão não continuem na administração do BCP.

Mas há mais alterações. Provavelmente a Fosun não terá mais do que dois administradores não-executivos, o atual Lingjiang Xu e outro que poderá ser português. A Sonangol terá também um representante no *board* na proporção da sua posição acionista e é até possível que a EDP deixe de ter um representante nos órgãos sociais (António Mexia deverá sair da administração do banco). A regra é escolherem administradores com as valências e conhecimentos adequados, em vez de representantes dos acionistas.

A dificuldade encontrar pessoas com o perfil de *chairman* é enorme, desde logo porque o BCE não aceita administradores que excedam o limite de cargos em órgãos sociais de outras sociedades.

Os acionistas defendem ainda a continuação do órgão consultivo, hoje liderado por Carlos Santos Ferreira – O conselho estratégico internacional, cujo mandato coincide com o do conselho de administração. Há acionistas que defendem mesmo que seja alargado para incluir pessoas de áreas complementares à banca, como por exemplo da economia digital. ●

NUNO AMADO
Presidente-executivo (CEO) do Millennium BCP

Nuno Amado deverá ser reconduzido para um novo mandato como CEO do banco, à frente de uma comissão executiva que deverá ser mais pequena, passando de oito para sete elementos.

LINGJIANG XU
Administrador do Millennium BCP

O gestor chinês representa o grupo Fosun no conselho de administração do banco, como administrador não-executivo. Deverá ser reconduzido para novo mandato, juntamente com outro representante da Fosun.

SEGUROS

China Tianying interessada na Generali

Grupo chinês que comprou a Groupama Seguros está agora a olhar para a Generali. Allianz, Apollo, Caravela e Liberty também estão na corrida.

MARIA TEIXEIRA ALVES
mtalves@jornaleconomico.pt

O processo de venda da Generali em Portugal tem sofrido alterações ao nível das condições e requisitos exigidos aos candidatos. Recentemente surgiu mais um candidato, o grupo chinês de tratamento de resíduos que comprou a Groupama Seguros de Vida e a Groupama Seguros.

A subsidiária portuguesa da China Tianying (Benefits and Increases) – que concluiu a compra da totalidade da companhia francesa em Portugal, depois de ter chegado, no fim do ano, a luz verde da Autoridade da Concorrência (AdC) avançou com uma proposta para a compra da Generali em Portugal.

A companhia italiana está à venda desde o ano passado e na lista de interessados está também a Apollo, que é dona da Tranquilidade e da Açoreana (Seguradoras Unidas), a Caravela, a Liberty e a Allianz. Os alemães chegaram a ser dados como favoritos, mas as atenções da companhia italiana viram-se agora para os chineses.

O facto de o CaixaBank ter clarificado que mantém a aliança comercial com a Allianz no BPI (onde a seguradora é acionista com 8,4%) ajudou a que os alemães deixassem de ter tanto empenho nas aquisições em Portugal.

O Grupo Generali contratou o Barclays Bank como assessor financeiro na venda da unidade em Portugal.

A companhia de seguros liderada por José Araújo Alves (*chairman*) e por Santi Cianci (CEO) faz parte da lista de desinvestimentos da italiana Generali. Fontes familiarizadas com o assunto revelam que se não conseguirem uma proposta satisfatória, os italianos integram a Generali Portugal na Generali Espanha.

O Grupo Generali Portugal está em Portugal desde 1942, mas só em 2015 se dá a mudança de registo de sucursal da Assicurazioni Generali para uma sociedade anónima, passando a operar em Portugal como empresa de direito nacional. No ramo de segurador, em Portugal, conta com uma quota de mercado de 3,45%.

SANTI CIANCI
CEO Generali

Esta é mais uma operação de venda a chineses, depois de a seguradora Lusitânia ter sido vendida à Clean Energy Finance Corporation (CEFC) China, um grupo do sector da energia. A operação, cujo valor não foi revelado, vem no seguimento de uma parceria assinada entre os chineses e a Associação Mutualista, dona do Montepio, num acordo que envolve várias participações em empresas financeiras.

A transação está ainda sujeita à aprovação dos acionistas e do regulador português. O Montepio Seguros inclui a Lusitânia Seguros, Lusitânia Vida e N Seguros.

As companhias de seguros em Portugal estão a ser compradas por estrangeiros e nesta altura só as companhias do Grupo Caixa de Crédito Agrícola são portuguesas.

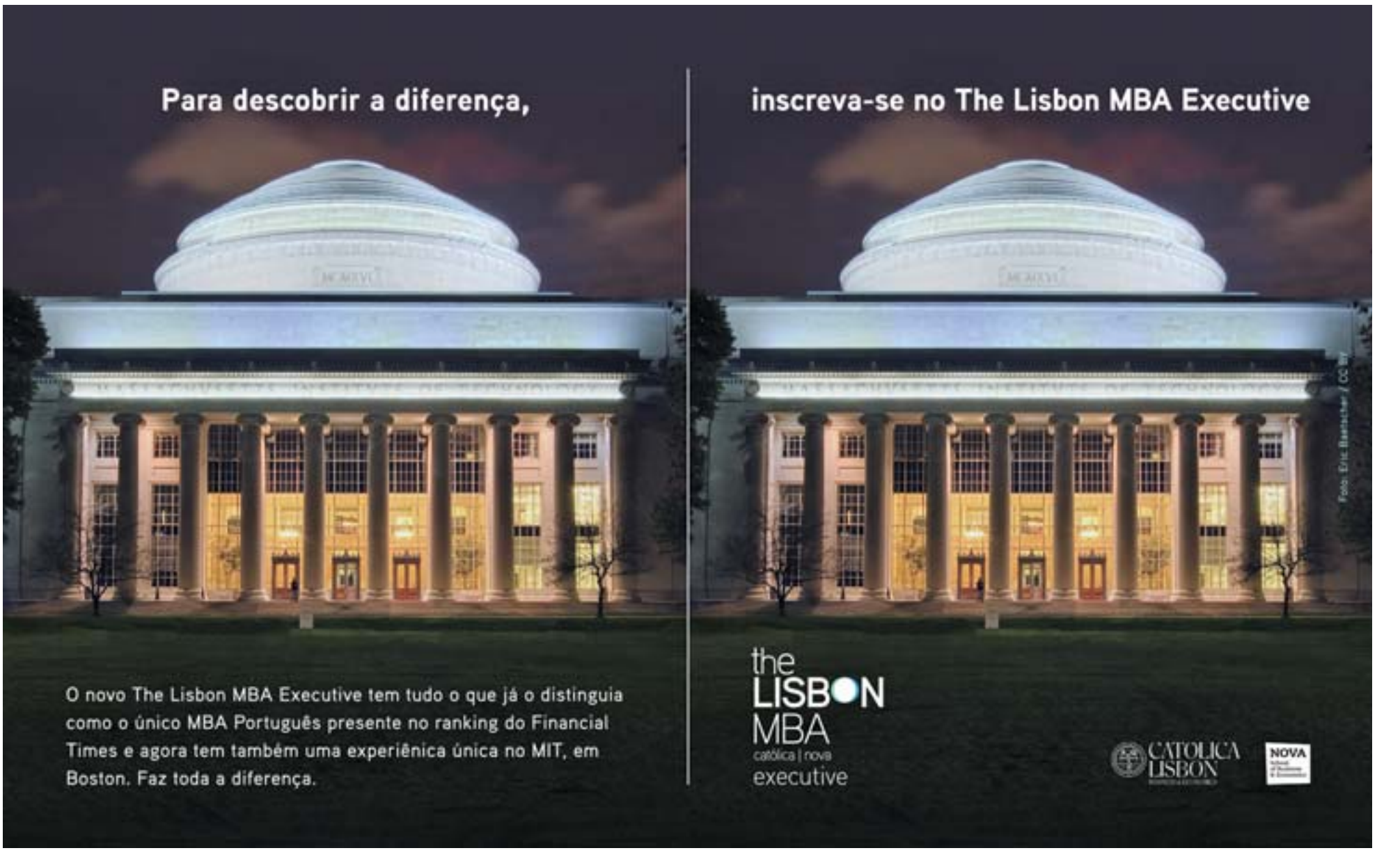
O grupo chinês Fosun, que tem 25,16% do BCP, comprou a Fidelidade por 1,1 mil milhões, e pouco depois a seguradora investiu na Fosun Internacional um valor que é quase equivalente ao preço que a Fosun pagou (mil milhões), entre outros investimentos em ativos imobiliários do grupo chinês. A seguradora comprou depois a Luz Saúde. No ano seguinte, a Fosun teve de reforçar o capital da Fidelidade em 500 milhões.

Para além da Fidelidade, a Tranquilidade e a Açoreana foram compradas pelo fundo norte-americano Apollo.

À venda está também a GNB Vida (do Novo Banco), que é o primeiro ativo do banco que está debaixo do mecanismo de capitalização contingente do Fundo de Resolução a ser vendido.

Na corrida à GNB Vida (ex-BES Vida) está a Apollo (dona da Tranquilidade), um grupo espanhol e ainda um grupo holandês, o Nationale-Nederlanden. ●

PUB



EMPRESAS

IMOBILIÁRIO

Especulação existe mas "é muito pontual"

Mariana Campos, da Structure Value, defende que o mercado português está numa fase muito positiva e diz que a temida bolha só existe em algumas zonas.

FERNANDA PEDRO
fpedro@diarioimobiliario.pt

2,5 mil milhões euros foi o valor de ativos imobiliários avaliados em 2017 pela Structure Value, uma empresa especializada em serviços de avaliação do património, nomeadamente de imóveis urbanos/rústicos, máquinas/equipamentos, marcas/insígnias e negócios. Um ano em que o volume de negócios cresceu cerca de 25% face a 2016, aproximando-se assim dos 400 mil euros.

Para Mariana Campos, *Head of Real Estate Valuations Funds* da Structure Value, o mercado está numa fase muito positiva. Neste momento, a empresa tem em mãos diversos projetos, não só ao nível da banca (tanto fundos imobiliários como crédito habitação) como de particulares (heranças) e empresas (avaliação para fins contabilísticos).

Sobre a possível bolha imobiliária que tanto se fala, a responsável assegura que só apenas em algumas zonas os ativos estão mais valorizados, sobretudo no mercado residencial nas cidades de Lisboa e do Porto. Assegura que não se pode dizer que os preços estão acima do valor de avaliação, mas admite que "também é certo que em certas zonas pode existir especulação".

"No entanto, acreditamos que é muito pontual, pois todos os agentes que intervêm do mercado querem estar dentro do mercado e não fora", salientou.

Mariana Campos defende ainda que o mercado está cada vez mais dinâmico, essencialmente nos centros das grandes cidades, onde a construção está a "mexer", nomeadamente na reabilitação de edifícios emblemáticos. Por exemplo, "em plena Avenida dos Aliados, centro do Porto, a antiga sede da AXA está a ser transformada num hotel de 5 estrelas e ao lado a Douro Azul está também a transformar a antiga sede do «Comércio do Porto» num hotel de 5 estrelas".

A responsável da Structure Value adianta também que existe ainda muito potencial de crescimento no mercado imobiliário, designadamente no comércio de rua, sobretudo nas grandes cidades; na habitação de construção nova em cidades médias e pequenas, ou zonas periféricas; nos armazéns para novos ativos mais sofisticados e com as caraterísticas ou condições exigidas pelos operadores; nos escritórios (onde há escassez) e no imobiliário hoteleiro. ●

MARIANA CAMPOS
Head of Real Estate Valuations Funds, da Structure Value

2017 foi líder em vendas e com previsões de subida, sendo necessário recuar a 2007-2008 (antes da crise) para igualarmos tais valores. No entanto, não representa a regra, mas sim a exceção, destinando-se à habitação e a algum comércio de rua em zonas *prime*. Nos restantes mercados ainda se mantêm mais ou menos estagnados.

LISBON ART CENTER & STUDIOS

Filipe de Botton e João Lopes Raimundo juntam-se ao LACS

O Lisbon Art Center & Studios abre em março e será o maior *cluster* criativo da capital. Filipe de Botton e João Lopes Raimundo são dois dos promotores.

MARIA TEIXEIRA ALVES
mtalves@jornaleconomico.pt

Vai abrir o maior *cluster* criativo e ponto de encontro cultural de Lisboa. O Lisbon Art Center & Studios abre em março com mais de 500 lugares e será um *cluster* criativo ligado à arte, cultura e inovação, disse ao Jornal Económico Filipe de Botton.

O administrador da Logoplaste é um dos promotores do LACS que vai nascer em Lisboa em frente à Doca do Espanhol (Cais da Rocha Conde de Óbidos).

Os outros promotores do projecto são João Lopes Raimundo, atual administrador da Caixa Económica Montepio Geral, Gustavo Brito e Miguel Rodrigues. Sendo que Miguel Rodrigues e Gustavo Rodrigues são os autores da ideia, tendo depois convidado Filipe de Botton e João Lopes Raimundo para se juntarem ao projecto e o dinamizarem.

"Isto vai viver da presença no LACS, de *startups* ligadas à inovação, às artes, às ciências e à cultura", afirmou Filipe de Botton.

"A ideia base é ter as diferentes organizações/empresas nestas áreas a interagirem entre si dentro do espaço LACS, permitindo potenciar a criatividade de todos", explicou .

O LACS, como é conhecido, é descrito no seu site como um "*Creative Cluster* para empresas, profissionais, empresários e público em geral, que promove o consumo cultural e permite que as empresas alcancem níveis mais altos de inovação e competitividade".

"Oferecemos um ambiente informal e confortável dentro de um icónico edifício de cinco mil metros quadrados sobre o Rio Tejo, experiências, espaços, serviços, instalações, flexibilidade e oportunidades de *networking*, dedicados a criadores e inovadores", lê-se no site do LACS.

O Lisbon Art Center & Studios contempla espaços de *coworking*, salas de reuniões, *studios* privados, ateliês, uma galeria de arte, um bar *lounge*, uma livraria, uma área de eventos e "um *rooftop* com uma inspiradora vista de 360º de Lisboa", refere a organização.

"Haverá um *rooftop* onde vai ficar

Still

localizada a maior empresa promotora de música a nível mundial, que irá dinamizar não só vários centros gastronómicos, como realizar várias apresentações ao longo do ano de artistas portugueses e internacionais, divulgando as suas músicas", diz Filipe de Botton.

"Por outro lado haverá também exposições, em vários espaços do LACS, de coleções privadas e de acervos comerciais e públicos, nacionais e internacionais. O que vai transformar o LACS num ponto de referência de divulgação cultural", conclui Filipe de Botton. ●

FILIPE DE BOTTON
Chairman da Logoplaste

"O LACS terá startups ligadas à inovação, às artes, às ciências e à cultura. A ideia base é ter 40 organizações nestas áreas a interagir entre si dentro do espaço LACS, permitindo potenciar a criatividade de todos. Haverá ainda um *rooftop* onde vai ficar localizada a maior empresa promotora de música a nível mundial, que não só irá dinamizar vários centros gastronómicos, como também realizar várias apresentações de artistas ao longo do ano".

EMPREENDEDORISMO

PeekMed ajuda médicos a prever efeitos de cirurgias

Startup bracarense promete mudar a forma como as cirurgias ortopédicas são realizadas, com simulações a três dimensões.

EDUARDO VARANDA
Correspondente no Minho
evaranda@jornaleconomico.pt

De uma tese de mestrado nasceu um programa e uma empresa que pretende revolucionar as cirurgias ortopédicas. A PeekMed mudou a forma como se realizam estas cirurgias, não diretamente na sala de operações, mas na sua preparação, permitindo aos cirurgiões terem acesso a "um sistema de preparação pré-cirúrgico, que permite criar um modelo a três dimensões do objeto da cirurgia, através dos exames realizados pelo doente, como o raio-x, TAC ou ressonâncias magnéticas", disse João Pedro Ribeiro, o CEO e cofundador desta startup bracarense.

"Este sistema permite aos médicos cirurgiões terem acesso, antes da operação, a um modelo que lhes permite simular tudo o que é preciso antes da operação. Ou seja, quando vai para a cirurgia, o médico já sabe tudo o que vai precisar de fazer", referiu João Ribeiro.

A PeekMed nasceu em 2014, quando João Ribeiro uniu esforços com Sara Silva e Jaime Campos e, apoiados pela Startup Braga, avançaram para a oficialização do negócio. Foi uma das primeiras empresas a participar nos programas de aceleração da incubadora.

A base tecnológica da PeekMed nasceu da dissertação de mestrado de João Pedro Ribeiro quando surgiu a ideia de elaborar um software que permitisse transformar TAC, radiografias e ressonâncias magnéticas em modelos 3D, capazes de assistir profissionais de saúde no planeamento de intervenções cirúrgicas, simulando os resultados antes da cirurgia, de modo a ser mais precisa e prevenir eventuais efeitos inesperados.

Com esta tecnologia os cirurgiões "conseguem perceber qual o problema do paciente com elevado detalhe, que tipo de abordagem devem adotar e qual o material necessário e mais indicado, para além de ajudar a diminuir tempos de planeamento, tempos cirúrgicos, custos de esterilização de material e a potenciar o resultado final da intervenção", acrescentou. O programa possui também uma base de dados alargada de próteses e acessórios operatórios, permitindo que os profissionais de saúde possam escolher a melhor combinação de ferramentas para cada caso.

Sem revelar valores de vendas e de investimento, João Pedro Ribeiro diz que apesar do "crescimento exponencial" que a empresa tem tido a nível nacional, o "mercado internacional terá sempre que ser a aposta principal da PeekMed". Se, no início, o foco foi a aposta direta nos médicos, tendo o sistema disponibilizado pela PeekMed chegado a cerca de 900 cirurgiões em 30 países do mundo, neste momento a startup bracarense virou a sua atenção para os hospitais e empresas que trabalham na área, tentando abranger o máximo do mercado que têm disponível.

João Pedro Ribeiro acredita que o ano de 2018 vai ser de expansão. A PeekMed tem como principais objetivos o aumento das vendas, mas também da sua base de clientes quer a nível de médicos, quer de hospitais, "procurando também chegar às empresas que comercializam material ortopédico". ●

"O mercado internacional terá sempre que ser a aposta principal da PeekMed", disse o CEO e cofundador da empresa, João Pedro Ribeiro (à direita na foto).

PARCERIA JE/AJEPC

A Feira em Macau que promove as Energias Renováveis e a Tecnologia

A Macao International Environmental Co-operation Forum 2018 (MIECF 2018) é um evento que pretende congregar num só espaço soluções para os desafios ambientais atualmente enfrentados pela sociedade. A eliminação de resíduos de forma ambientalmente sustentável é crucial para a sociedade global e também para Macau. Este será igualmente um espaço que pretende promover networking especializado e oportunidades de negócios. A responsabilidade social e a preservação ambiental são imperativos das sociedades modernas. E é com esse sentido de responsabilidade inadiável que a MIECF pretende assumir-se como um espaço de partilha de soluções para os desafios ambientais que as sociedades enfrentam.

O evento realizar-se-á entre os dias 12 e 14 de Abril 2018 e esta edição terá como tema central "Shaping of Eco-Cities for Inclusive Green Economy". As discussões que serão geradas à volta deste tema visam melhorar o desenvolvimento de uma construção sustentável nas cidades. A partilha de casos e acontecimentos, a análise de políticas e a exibição de tecnologia serão apresentados com o objetivo de aprimorar o padrão de vida das pessoas e o desenvolvimento do bem-estar social.

Nesta edição, Christiana Figueres assume a posição de keynote speaker enquanto autoridade mundial sobre as mudanças climáticas globais, tendo já assumido o cargo de Secretária Executiva da UNFCCC desde 2010 e até 2016. Christiana Figueres é atualmente Vice-Presidente da Global Covenant of Mayors for Climate and Energy, Membro do Conselho da ClimateWorks, e Coordenadora Sénior para a Conservação Internacional.
Durante o seu mandato na UNFCCC, Christiana Figueres reuniu governos, empresas e ativistas, instituições financeiras, grupos de reflexão, provedores de tecnologia, ONGs e parlamentares, para entregar conjuntamente o histórico Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, no qual 195 nações soberanas concordaram em estabelecer um caminho colaborativo com o objetivo máximo de limitar o futuro aquecimento global. O acordo entrou em vigor em menos de um ano e com essa conquista, Christiana Figueres foi creditada com a criação de uma nova marca de diplomacia colaborativa.

Este fórum, que beneficia do apoio do Governo da RAEM e de instituições governamentais do Governo Central da República Popular da China, representa uma porta de excelência para a apresentação de soluções green através de produtos, tecnologia, serviços ou consultoria, tendo a edição passada terminado com um total de vinte e oito contratos de negócios assinados. Não perca a oportunidade de estar presente e reserve já o seu lugar.

As inscrições estão abertas através do email ajepc@ajepc.com

EMPRESAS

Mário Cruz/Lusa

TRANSPORTES

Carris gasta 150 milhões em novos autocarros e elétricos até 2021

Até 2021, a empresa agora gerida pela Câmara Municipal de Lisboa prevê comprar 430 novos autocarros e 30 novos elétricos, para renovar a frota.

NUNO MIGUEL SILVA
nmsilva@jornaleconomico.pt

A Carris vai investir cerca de 150 milhões de euros na compra de autocarros e de elétricos até 2021. Segundo informações recolhidas pelo Jornal Económico junto da administração da transportadora de passageiros da capital. Ontem, foram assinados dois contratos, para a compra de 165 autocarros novos.

O primeiro contrato, no valor de 14 milhões de euros, respeita à aquisição de 40 autocarros articulados a gás natural comprimido (GNC), foi celebrado entre a Carris e a Evobus (Grupo Salvador Caetano)/Mercedes-Daimler. O segundo contrato é relativo à compra de 125 autocarros *standard,* igualmente movidos a GNC, e foi celebrado com a construtora MAN por um valor global de 28 milhões de euros.

"Os autocarros do primeiro contrato serão entregues nos meses de novembro e dezembro de 2018. A previsão de entrega dos autocarros do segundo contrato é de 45 autocarros no terceiro e quarto trimestres de 2018 e dos restantes 80 no primeiro e segundo trimestres de 2019", revela a referida fonte oficial da Carris.

Estes dois contratos representam, assim, um investimento global de 42 milhões de euros. "As fontes de financiamento serão os fundos comunitários, através do PO SEUR [Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos] com o restante a ser assegurado por fundos próprios da empresa. O investimento será financiado em 31% por fundos comunitários e o restante pela Carris", esclarece a mesma fonte da transportadora de passageiros, sem especificar em que medida o montante a assegurar pela Carris – cerca de 29 milhões de euros – será conseguida através do recurso a empréstimos à banca privada.

Mas o programa de renovação da frota da Carris não se fica por aqui. Ainda em 2018, está prevista a compra de mais 42 autocarros, enquanto para o próximo ano estão previstos mais 123. Para 2020 e 2021, a carris projecta adquirir mais 100 autocarros, provavelmente elétricos. O investimento previsto nestas diversas tranches é de 48 milhões de euros, não sendo publicamente conhecida a respetiva forma de financiamento. Está também prevista pela Carris a compra de 30 elétricos, 10 em 2020 e mais 20 em 2021. O investimento previsto nos novos elétricos é de 58 milhões de euros, perfazendo um esforço global de 148 milhões de euros para um total de 430 autocarros e 30 elétricos.

O contrato ontem assinado pela Carris com a Evobus/MAN, referente à aquisição de 125 autocarros *standard*, têm "uma fortíssima presença da indústria nacional", conforme sublinhou ontem na cerimónia de assinatura dos referidos contratos, Fernando Medina, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que desde há um ano assumiu a gestão da Carris.

"Este foi um ano especial. Foi um ano de passagem da empresa para a esfera municipal. Foi um ano marcante para a Carris e para os seus colaboradores e para os utilizadores dos seus serviços", defendeu ontem Tiago Farias nesta cerimónia. O presidente da Carris sublinhou a importância de "devolver à cidade o que deve ser gerido pelos habitantes e residentes da cidade" e assumiu que esta decisão "foi o início da inversão do declínio da oferta, do declínio da procura, do aumento tarifário".

Hoje, vivemos a reversão de todos esses números. Estamos numa fase de retoma", garantiu Tiago Farias.

Este gestor relembrou que, "nos últimos seis anos, a Carris perdeu mais de 110 autocarros". ●

MOBILIDADE

Empresas municipais têm novo incentivo para frotas elétricas

Será hoje publicado um decreto-lei para fomentar a substituição das frotas de empresas municipais de passageiros e de resíduos por veículos elétricos.

NUNO MIGUEL SILVA
nmsilva@jornaleconomico.pt

As empresas municipais, multimunicipais e intermunicipais vão passar a dispor de mais um incentivo para substituir as suas frotas de transporte de passageiros e de recolha de resíduos actualmente alimentadas a combustíveis fósseis por veículos que recorram a energias sustentáveis, em particular ao modo elétrico. O Jornal Económico sabe que será hoje publicado em Diário da República um diploma (decreto-lei) preparado pelo Secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, que "pretende incentivar a renovação da frota afeta ao serviço público, municipal ou intermunicipal, de transporte público de passageiros e ou de gestão de resíduos urbanos, substituindo veículos consumidores de combustíveis fósseis por veículos elétricos sem emissões e, simultaneamente, incentivar a instalação de centros eletroprodutores de fonte renovável de veículos elétricos àqueles afetos".

Em declarações exclusivas ao Jornal Económico, Jorge Seguro Sanches troca isto por miúdos: "Na prática, isto permite que no município A, B ou C, que tenha produção de eletricidade renovável que seja produzida num determinado ponto, possa ser consumida noutro determinado ponto sem que seja cobrado o custo pela utilização da rede". Segundo o secretário de Estado da Energia, este incentivo abrange, na prática, todo o território nacional, porque, na generalidade, todas as autarquias já dispõem de pontos de produção de energia renovável.

A este novo incentivo poderão candidatar-se empresas como a Carris, em Lisboa, a STCP, na Área Metropolitana do Porto, ou os TMB – Transportes Municipais do Barreiro, por exemplo, só para falar no segmento do transporte de passageiros.

O diploma, a que o Jornal Económico teve acesso, irá vigorar até ao final de 2025, porque o tempo atual é de evoluções muito rápidas e poderá exigir acertos e afinamentos. Sobre um possível alargamento deste tipo de incentivo a outro tipo de frotas das autarquias ou até a frotas automóveis de outras entidades da Administração Pública Central ou Local, Jorge Seguro Sanches admite, mas é precavido: "podemos alargar um regime deste género, mas primeiro vamos testá-lo nesta vertente, que é uma área de atuação muito grande, e ver como é que o podemos melhorar".

"Estamos a começar a transição energética, a mudar da mobilidade a carbono para frotas automóveis alimentadas por energias renováveis e este diploma é mais um sinal de que vale a pena isso, em particular nos transportes coletivos de passageiros ou nos transportes municipais de resíduos", sublinha Jorge Seguro Sanches.

A elaboração deste diploma resultou de uma colaboração estreita entre a Secretaria de Estado da Energia e a Câmara Municipal de Lisboa, em particular com o vereador José Sá Fernandes, tendo sido também previamente consultadas as Regiões Autónomas, a ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. ●

JORGE SEGURO SANCHES
Secretário de Estado da Energia

D.R.

PME

Leiria promove Target High Value para 30 empresas

Projeto da Nerlei aceita candidaturas de empresas aos fundos estruturais no âmbito do Portugal 2020. O objetivo é aumentar eficiência das PME.

JOAQUIM LOPES
Correspondente na Região Centro,
jlopes@jornaleconomico.pt

A Associação Empresarial do Distrito de Leiria (Nerlei) assume a gestão conjunta do projeto Target High Value junto de cada uma das empresas aderentes, desde que tenham certificação PME, contabilidade organizada, situação líquida positiva e regularizada perante as Finanças e a Segurança Social.

Tudo em função do incremento da eficiência do setor PME que constitui o seu público-alvo para uma intervenção cofinanciada a 50 por cento dos custos elegíveis e que está a decorrer desde Setembro de 2017. Neste momento, há ainda a possibilidade de integrar novas empresas interessadas.

O Target High Value funciona no âmbito do Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder) e visa apoiar 30 empresas do distrito de Leiria na promoção da excelência, antecipação de riscos operacionais, financeiros, estratégicos e de negócio e melhoria da sua comunicação nas relações externas com os parceiros estratégicos (*stakeholders*).

Uma das vertentes de apoio é a introdução do modelo de excelência European Foundation for Quality Management (EFQM), uma ferramenta de gestão abrangente, já utilizada por mais de 30 mil organizações na Europa, que permite avaliar o desempenho da organização e identificar pontos fortes e áreas de melhoria, integrar e alinhar processos, procedimentos e ferramentas existentes, eliminando as duplicações, introduzir uma cultura de melhoria contínua, identificar ações que têm impacto positivo nos resultados e áreas a necessitar de maior atenção.

Com o Target High Value, as empresas de Leiria podem também optar pelo desenvolvimento e implantação de um modelo de gestão do risco ajustado à sua realidade, que permite identificar, analisar e avaliar os problemas a que estão sujeitas e definir planos de ação no sentido de mitigar, aceitar, transferir ou eliminar situações inesperadas.

Como complemento do modelo de excelência EFQM ou do modelo de gestão do risco, as empresas participantes poderão ainda usufruir de apoio no âmbito do *inbound marketing*, uma forma de publicidade on-line através da qual as empresas podem divulgar produtos e serviços em blogues, *podcasts*, vídeo, ebooks, newsletters, *whitepapers* e outras formas de marketing de conteúdo e atração.

PUB

PUB

EMPRESAS

Foto cedida

LOGÍSTICA

GEFCO Portugal cresceu 15% em 2017

Este foi um dos ritmos mais elevados de crescimento do grupo a nível internacional. Em termos consolidados, no exercício de 2017, a faturação deste operador de logística subiu apenas 1,9%.

NUNO MIGUEL SILVA
nmsilva@jornaleconomico.pt

A atividade do operador logístico internacional GEFCO em Portugal cresceu 15% no ano passado, um dos ritmos mais elevados registados pelo grupo a nível internacional. Em termos consolidados, a GEFCO viu a sua faturação crescer apenas 1,9% no ano passado. Apesar de não poder revelar dados absolutos sobre a faturação da empresa no nosso mercado, Jorge Possollo, diretor-geral da GEFCO Portugal destaca, em entrevista ao Jornal Económico, que, "em 2017, tivemos uma *performance* acima da média para o que é normal na nossa empresa".

Segundo este responsável, "o primeiro vetor para este desempenho veio do crescimento sustentado, da nossa aproximação ao cliente", que Jorge Possollo considera ter vindo a ser "um motor de inovações".

"Somos um operador logístico e, como tal, temos de ter áreas e valências úteis para os nossos clientes. Somos uma empresa madura, mas numa altura em que se fala tanto de *startups*, temos um problema bicudo para resolver: como é que vamos inovar em indústrias maduras?", questiona-se o diretor-geral da GEFCO Portugal. E responde: "a GEFCO conseguiu desenvolver um *approach* diferente do que é tradicional – organizamos de forma regular diversos eventos com clientes e possíveis clientes para discutir desafios comuns a todos nós, encontrar pistas e novas avenidas para desenvolver o nosso negócio".

De acordo com o diretor-geral da GEFCO Portugal, "este é mais um aspeto da proximidade". "Queremos muito mais do que a simples interação, é um processo muito mais profundo. Nas vendas, posicionamo-nos muito mais como um consultor de serviços, com ligação de saber e muito mais emocional com as pessoas que trabalham connosco e muito menos como um tradicional operador de logística", assume este responsável.

JORGE POSSOLLO
Diretor-geral da GEFCO Portugal

Este responsável revela que o orçamento da empresa para 2018 prevê um crescimento de 4%. "Temos para 2018 um *budget* outra vez agressivo, mas penso que vamos conseguir alcançar esse objetivo e até ultrapassar", acredita o diretor-geral da GEFCO Portugal.

Para Jorge Possollo, "o segundo vetor para o nosso crescimento em Portugal foi concomitante com a grande reestruturação do nosso departamento de vendas, que foi totalmente remodelado, tem um novo responsável; ainda estamos num processo de construção da equipa que ainda não está completamente fechado".

O diretor-geral da GEFCO Portugal adianta que este processo se iniciou em 2017, para potenciar sinergias intra-grupo, uma vez que a GEFCO já está presente em 45 países. "Neste processo de reestruturação, foram selecionados os países que têm mais trocas comerciais e económicas com Portugal, para irmos ao local, discutirmos com as equipas locais a possibilidade de obter benefícios mútuos", explica Jorge Possollo. Neste caso, estamos a falar dos mercados de Espanha, França, 'Benelux' (Bélgica, Holanda, Luxemburgo) e Alemanha. "O que se verificou, literalmente e em todos os grupos de trabalho, é que houve resultados positivos, com ganhos evidentes para todas as filiais em causa. Segundo dados já de 2017, a faturação de filiais da GEFCO Portugal com outras filiais do grupo cresceu 17%", revela o diretor-geral da empresa, considerando que "esta é uma questão muito importante porque, às vezes, não há comunicação dentro dos grupos nesta atividade de transitários".

Jorge Possollo avança que um dos objetivos da GEFCO Portugal para o ano em curso é estender este processo a outras filiais do grupo em mercados como a Itália ou a Polónia e, numa segunda fase, a outros países da Europa de Leste, como a República Checa e a Eslováquia, por exemplo.

Com o crescimento da faturação originado por estas duas vias, a GEFCO está de forma constante a tentar encontrar novas soluções para ir ao encontro das necessidades dos seus clientes. Como diz Jorge Possollo, "queremos que este crescimento de faturação continue a seguir, com o estreitamento de mais colaborações profissionais dentro da empresa". E este responsável destaca que do crescimento surgiu um novo serviço, o 'GEFCO Special', "que foi um projeto, uma aposta claramente ganha pela empresa, um serviço que cobre todas as encomendas que não se enquadram nos padrões *standard*, um 'fato à medida' para o transporte de encomendas *out of format*".

A GEFCO surgiu em 1992, sendo na altura uma empresa do grupo PSA, construtora automóvel da Peugeot. Mais tarde, a empresa autonomizou-se, embora mantenha a colaboração com este grupo. Em Portugal tem 312 colaboradores, tendo-se registado um aumento de pessoal de 33% de 2016 para 2017, para responder ao referido crescimento da atividade da empresa no mercado nacional. Outra área de expansão dos negócios destacada por Jorge Possollo para os próximos exercícios é no ramo da logística do veículo automóvel acabado, ou seja, no segmento FVL - Finished Vehicle Logistics. "Temos dois parques para movimentação de automóveis, em Setúbal, um próprio e outro alugado, com capacidade para estacionarem cerca de nove mil automóveis. É aqui que se procede à preparação final da viatura, à verificação de todos os parâmetros exigidos, aos testes de estradas, lavagem, preparação estética, inserção de tapetes", refere o diretor-geral da GEFCO Portugal. Depois disto tudo, surge a ordem da marca para levar os automóveis para o concessionário para venda. Este sistema de logística da GEFCO também procede à recolha no concessionário de veículos em segunda mão para proceder ao respetivo recondicionamento e lavagem, para depois entrar no mercado de automóveis usados. ●

FAMÍLIA & COMPANHIA

O acaso não é solução

LUÍS PARREIRÃO
Gestor

Ao longo de muitos anos o sucesso, ou insucesso, das empresas familiares ficou na dependência do génio, da vontade, da inspiração ou da capacidade do líder do momento.

Era assim na criação da empresa e na sua afirmação e crescimento, e era assim nos sucessivos momentos de transmissão geracional do testemunho. E foi esta dependência do acaso que construiu uma realidade frequentemente motivadora de alguns provérbios, de que o mais conhecido será porventura este: "pai rico, filho nobre, neto pobre".

Ora, a verdadeira questão que, a este propósito, se coloca hoje é se terá que continuar a ser assim. A nosso ver não tem.

A sociedade mudou muito, as empresas e as famílias também e a relação das famílias empresárias com as empresas também.

A profissionalização da gestão empresarial, as novas regras de *Corporate Governance* e as obrigações de diversidade de composição dos órgãos sociais, os novos conceitos de família, os novos instrumentos financeiros que permitem separar as funções accionistas e de gestão. Todo um conjunto de novas realidades que "não se dão bem" com o acaso ou com a inspiração.

Há, no entanto, ainda um caminho para fazer, sobretudo no domínio da conceptualização e formação.

Para além dos conhecimentos base de cada um e da formação essencial para gerir uma empresa, existe depois um conjunto de saberes pluridisciplinares essenciais para o bom sucesso das empresas familiares e das famílias empresárias.

Perseguir permanentemente a excelência ou ter capacidade de iniciativa, orientar-se para o trabalho como chave do sucesso ou ser austero, são algumas das atitudes essenciais para o êxito das empresas familiares e não podem ser deixadas ao acaso, antes são fruto da educação e da formação.

Este é um campo em que há muito a fazer, em Portugal especialmente. E pode ser um muito interessante desafio para as nossas universidades. Ponto é que estas recuperem a sua raiz latina de universalidade, a par da ligação profunda à realidade que se pretende tratar. Fica a ideia. ●

A sociedade mudou muito, as empresas e as famílias também e a relação das famílias empresárias com as empresas também

PUB

PUB

PUB

MERCADOS & FINANÇAS

DIRETIVA EUROPEIA DOS MERCADOS FINANCEIROS

Bancos portugueses em contra-relógio para cumprir DMIF II

Bancos de investimento em Portugal estão a adaptar-se, mas começaram tarde e as regras apertadas poderão criar dificuldades ao setor.

LEONOR MATEUS FERREIRA
lmferreira@jornaleconomico.pt

As normas mais apertadas da nova regulamentação europeia dos mercados financeiros, que entrou em vigor no início do ano, está a levar os bancos de investimento que operam em Portugal a trabalhar de forma acelerada para estarem prontos quando a transposição para o país for terminada.

Com o objetivo de aumentar a transparência no setor, a revisão da Diretiva dos Mercados Financeiros (DMIF II) está a obrigar os bancos a reconfigurarem operações. O foco está nas equipas de *research*, área que será mais afetada.

"Havendo objetivos nobres na enunciação dos princípios gerais da transparência e conhecimento aprofundado dos mercados, há que ter em atenção alguns fatores concretos que podem ser contraproducentes", explicou Manuel Puerta da Costa, economista, analista financeiro e presidente Associação Portuguesa de Analistas Financeiros (APAF). "No domínio do *research,* vão-se a criar dificuldades para os países com mercados mais pequenos, elevando os custos de acesso ao mercado de capitais por parte de algumas empresas".

Com a entrada em vigor da regulamentação, todo o *research* passa a ser remunerado separadamente por gestores de ativos, deixando o acesso de poder ser gratuito ou incluído num pacote de serviços, como até ao ano passado. "Na prática, irá limitar a quantidade de *research* disponível (para todos e não só para alguns), na medida em que os custos/benefícios associados à sua produção podem não ser suficientes para a continuidade no caso de empresas com nivéis de liquidez e de capitalização bolsista mais baixa, como é o caso de muitas empresas portuguesas", afirmou Puerta da Costa.

Nuno Carvalho, responsável pelo departamento de *compliance* do Haitong, aponta para o *research* como o maior desafio para o banco de investimento, que implementou mais de 150 atividades para se adaptar ao regulamento europeu. "*Transition reporting* foi o setor que implicou maior consumo de recursos", disse, lembrando que o Haitong distribui *research* para milhões de destinatórios em Portugal, Espanha e Polónia. "Tivemos de fazer uma seleção e passar a enviar apenas para clientes que assinaram um contrato", afirmou Nuno Carvalho.

O Haitong começou a adaptação em junho, "o que é tarde em comparação com bancos estrangeiros, que começaram há dois anos". O responsável pelo *compliance* acrescentou que todo o setor está "ainda num período transitório, que só vai acabar quando a legislação for totalmente transposta" e que ainda é cedo para avaliar o impacto financeiro das mudanças. No entanto, "para o modelo de negócio, a distribuição foi o campo em que houve maior diferenças", disse. "Vamos ver se o modelo é sustentável, mas a expetativa é que o número de clientes se mantenha".

"No domínio do *research,* vão-se a criar dificuldades para os países com mercados mais pequenos, elevando os custo de acesso ao mercado de capitais por parte de algumas empresas"

A preocupação em antecipar a transposição da diretiva para a lei nacional é generalizada, com os bancos de investimento a ganharem obrigações, a começar por todos os colaboradores terem de ter, até final de 2019, qualificações específicas. Cada interveniente passa a ter um novo código alfanumérico (código LEI) que lhes dá uma única entidade para realizarem qualquer transação financeira. Há também mudanças nas terminologias, para clarificar processos e passa a ser obrigatório avaliar a adequação de produtos financeiros complexos ao investidor, através de uma avaliação mais rigorosa.

No BiG - Banco de Investimento Global, "existe um conjunto de requisitos que já entraram em vigor, nomeadamente os decorrentes dos regulamentos de aplicação direta, e outros que ainda carecem de esclarecimento ou clarificação por parte dos reguladores", segundo fonte oficial do banco.

Explica que todos os serviços de investimento e serviços auxiliares tiveram de adequar-se ao novo enquadramento, com "destaque para as alterações em matéria de *product governance*, transversais a todos os produtos e serviços, mas também para os requisitos de formação introduzidas para a prestação de determinados serviços".

Quanto ao impacto das mudanças, preferem focar-se na parte positiva e apontam para uma expetativa de "maior transparência, uniformização de práticas e requisitos e existência de um *level playing field* ao nível europeu".

Da mesma forma, o BPI não espera "impactos significativos" para o negócio, frisando como maior diferença a "formalização e clareza das regras de relacionamento com os clientes", bem como a generalização em condições idênticas a todo o setor, não apenas em Portugal, mas na Europa.

"O Banco BPI já se adaptou às novas regras, nomeadamente no que respeita à formação dos seus colaboradores e ao cumprimento das principais obrigações impostas pela regulamentação que está em vigor", referiu. O Caixa Banco de Investimento (BI) está também a apostar na formação, tendo já formado 4.807 colaboradores, que estão certificados, sendo que 50% tiveram a nota máxima.

Já o Bankinter Portugal acredita que as mudanças vão ter "um impacto positivo na qualidade do serviço prestado aos clientes e na clareza da informação de suporte às decisões de investimento, em todo o mercado". O banco de origem espanhola, que apostou recentemente na banca de investimento em Portugal, refere que já observava "uma parte muito significativa" do novo quadro, mas aproveitou para "introduzir algumas alterações no modelo de prestação de serviços de investimento, convergindo com a prática do Bankinter em Espanha". O alinhamento permitiu "alcançar um grau acrescido de proteção ao investidor, tornando os processos-chave ainda mais simples e robus-

Ralph Orlowski/Reuters

tos", segundo fonte oficial do banco espanhol.

Se, por um lado, os bancos de investimento portugueses estão a acelerar para se adaptarem às novas regras e terão de adaptar os modelos de negócios aos novos desafios, por outro, poderão beneficiar de regras harmonizadas entre concorrentes europeus.

"A DMIF II tem como objetivo principal contribuir para um melhor e mais transparente funcionamento dos mercados financeiros num contexto europeu, em que investidores, gestores e distribuidores tenham claras responsabilidades e necessidades de prestação de informação para uma mais correta e mais informada tomada de decisão por parte de quem investe e de quem vende produtos financeiros", lembrou Puerta da Costa, da APAF. "É essencial que todas as informações que sejam prestadas sejam calculadas e verificadas sob formatos semelhantes de país para país de maneira a criar um saudável aumento da concorrência Europeia". ●

COMISSÃO EUROPEIA

Avanço do Governo não afasta ameaça de sanção

O Conselho de Ministros aprovou a proposta de lei que transpõe a diretiva europeia, mas o documento ainda nem chegou ao Parlamento.

LEONOR MATEUS FERREIRA
lmferreira@jornaleconomico.pt

Portugal corre ainda o risco de ser multado pela Comissão Europeia pelo atraso na transposição da revisão da Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF II). Apesar de a proposta de lei ter sido aprovada na semana passada pelo Conselho de Ministros, ainda tem de ser discutida no Parlamento e promulgada pelo Presidente da República, o que vai atrasar ainda a transposição da DMIF II para o direito nacional, uma situação que está a provocar críticas por parte da oposição.

Segundo o advogado especialista em mercados de capitais, Jorge Brito Pereira, os esforços do Governo para fazer a transposição deverão ser suficientes para evitar uma punição de Bruxelas.

"A Comissão Europeia lançou um processo de infração por atraso na transposição. Não só a Portugal, mas a vários países", explicou Brito Pereira, da Uría Menéndez.

"Provavelmente a Comissão Europeia vai revolver a questão com uma advertência porque só avança com medidas sancionatórias se perceber que os governos não estão a fazer nada e não é o caso", continuou. Apesar disso, Brito Pereira considera que a transposição não deverá estar terminada antes do final de fevereiro ou início de março, já que a aprovação foi apenas um passo e ainda há vários outros a dar. "A questão agora é quanto tempo é que o processo vai demorar até ser promulgado pelo Presidente da República e da pressão feita pela Comissão", explicou o advogado, em relação aos fatores que vão pesar na decisão de Bruxelas sobre "fechar ou não os olhos" ao atraso.

Portugal não está sozinho nesta situação, pois é acompanhado na lista de países em incumprimento pela Bulgária, Croácia, Grécia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Polónia, Roménia, Eslovénia, Espanha e Suécia.

Sendo uma proposta de lei (e não um decreto-lei), o diploma tem de ser ainda discutido na Assembleia da República, passo que se segue. No entanto, o diploma ainda não chegou ao Parlamento. Jorge Brito Pereira acredita que a proposta deverá ser aprovada em plenário já que os regulamentos europeus já entraram em vigor e as linhas da diretiva já eram conhecidos, mas se necessário terá de ser discutido na especialidade.

O deputado do PSD António Leitão Amaro, que integra a Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, discorda. O social-democrata explicou que já houve comentários à diretiva europeia, mas o partido só poderá avaliar a proposta quando esta for apresentada na Assembleia. No entanto, a complexidade do tema leva-o a antever que tenha de ser discutida na especialidade.

"Isto não é cumprir a transposição. O Governo português continua em falta. A culpa é única e exclusivamente do Governo e o PSD chamou várias vezes à atenção do Governo e do ministro para isso. A consequência é que Portugal entou e continua em incumprimento com Bruxelas", afirmou.

Sílvia Meireles, do CDS-PP, que também não comenta a diretiva até esta chegar ao Parlamento, acrescentou que a discussão "já vai com atraso e, infelizmente, não é a única diretiva europeia cuja transposição está atrasada". ●

Rapidez do processo pode ser crucial para evitar uma punição, mas a oposição culpa o Executivo pelo incumprimento

OPINIÃO

Carta ao Senhor Dólar

BERNARDO SILVA CÂNCIO
BiG – Banco de Investimento Global

Senhor Dólar, é verdade que teve em 2017 um ano particularmente mau - principalmente se emparelhado com o euro – e que por enquanto não temos sinais de que essa tendência se possa inverter. A generalidade do mercado - sendo algo enviesado pelo seu desempenho recente - também parece estar a desenvolver uma visão negativa, mais ou menos consensual, relativamente às suas perspetivas para o resto do ano.

Dentro dos pessimistas, uns apontam para os défices comerciais, outros para as estimativas de derrapagens orçamentais com esta Administração e outros falam ainda da possibilidade de uma recessão chegar mais cedo aos EUA do que a outras regiões. São realmente fatores passíveis de justificar um posicionamento contra si, mas por momentos parece que os pessimistas se esquecem de outros tantos fatores que fazem de si um Senhor.

Você continua a ser de longe, dentro do leque das entidades sem risco de crédito, o que oferece taxas de juro mais altas, tanto no segmento soberano como corporativo. Continua a ter a economia que mais capital atrai, não só devido às taxas de juro decentes mas principalmente devido à vantagem competitiva que exibe no empreendedorismo e na inovação tecnológica. Continua a ter o sistema financeiro mais robusto e dinâmico, independentemente de ter cozinhado a crise financeira de 2008. E por estranho que pareça, debaixo da actual Administração, continua a ter um tecido político relativamente bem alinhado em prol dos interesses económicos do país.

Por outro lado, 2017 foi um ano particularmente bom para os seus principais comparáveis.

Na Europa, tivemos um ano recheado de surpresas positivas. Os vários focos de risco político (eleições na Holanda, em França e na Alemanha) acabaram por ter desfechos benignos. A economia finalmente acelerou - para alívio da região - e o sistema financeiro de alguma maneira afastou os seus problemas.

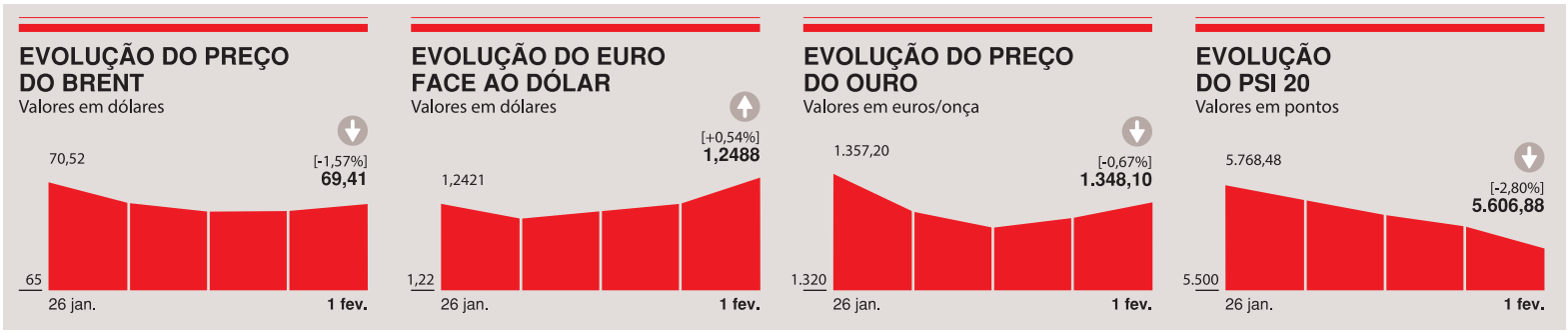
Nos mercados emergentes, o preço das matérias-primas ajudou bastante e, na China, a eficiência do Governo em implementar controlos de capitais também surpreendeu. Não quer dizer que 2017 tenha sido um ano fundamentalmente mau para si, Senhor Dólar, o que aconteceu foi que foi um ano bastante bom para os seus principais colegas, com quem faz parelha cambial.

Por mau que tenha sido o seu 2017, e a entrada em 2018, venho lembrar-lhe que existe quem não se esquece das suas virtudes. Os meus melhores cumprimentos. ●

A generalidade do mercado parece estar a desenvolver uma visão negativa relativamente às perspetivas para o resto do ano

MERCADOS & FINANÇAS

Com o apoio de xtb online trading



Fonte: Investing, Euronext

FECHO DA SEMANA

Janeiro foi de euforia e correção nas bolsas

Jonathan Ernst/Reuters

O dólar também esteve em destaque com fortes valorizações face ao euro. Os olhares estão na troca de Janet Yellen por Jerome Powell na Fed.

HENRIQUE ROMÃO DIAS
Gestor da corretora XTB

Esta semana marcou o fim do primeiro mês de 2018, caraterizado por um excelente desempenho dos mercados norte-americanos.

O Nasdaq Composit, o S&P500 e o Dow Jones fecharam o mês com valorizações superiores a 5%, mesmo depois das fortes correções verificadas esta semana. A tomada de mais-valias por parte dos investidores antes da divulgação dos resultados das grandes empresas, a somar à restruturação das carteiras de investimento, provocou um *sell-off* nos índices que contagiou os mercados europeus. Os receios de correções ao *bull market* acentuaram a volatilidade da força vendedora, facto que fez acalmar ligeiramente a euforia que se tem verificado e que já está a levar alguns economistas a apontarem para a existência de uma bolha especulativa.

O índice VIX que mede a volatilidade implícita das opções do S&P500 valorizou mais de 10% na semana, tendo alcançado o valor máximo de 14,99. A contribuir para o cenário corretivo está a subida da *yield* da T-Note que segue a cotar os 2,746%.

A expetativa de continuação da tendência da inflação, devido por um lado às recentes medidas de expansão orçamental e fiscal e por outro ao bom desempenho dos principais indicadores económicos como o PMI, confiança dos investidores e expetativa de crescimento, abre margem para novas subidas da taxa de juro diretora. Este facto está a pressionar o mercado obrigacionista, levando a uma apreciação das *yields* nas diversas maturidades.

Já a indicação do republicano Jerome Powell para o lugar de Janet Yallen, está a tomar a atenção dos investidores dada a sua visão *dovish* da política monetária, num cenário em que o desemprego se situa nos 4,1%. A manutenção da taxa de juro diretora por parte da Reserva Federal norte-americana (Fed) contribuiu para a depreciação do dólar norte-americano, que já segue em queda desde janeiro de 2017. Face ao euro segue a cotar os 0,8014.

O mercado europeu foi contagiado pelo pessimismo norte-americano, tendo sido alvo de quedas significativas. A liderar o vermelho estiveram o DAX 30 e o PSI 20, que seguem a corrigir os ganhos anuais de 1% e 2,5%, respetivamente.

Já as *yields* das obrigações a 10 anos seguem tendências díspares. Enquanto a *yield* da Bund a 10 anos segue numa tendência ascendente a cotar atualmente em torno dos 0,724%, as obrigações do Tesouro português a 10 anos seguem uma trajetória descendente de longo prazo, tendo sido verificado um ligeiro *retracement* altista de curto prazo levando a *yield* aos 1,960%. ●

CAPITAIS
NASDAQ COMPOSIT
Em plena apresentação de resultados empresariais, assistimos a correções nos índices americanos intensificadas pelo *sell-off*, mesmo com empresas como o Facebook a apresentarem faturações recorde de 40 mil milhões de dólares. É esperado que o movimento pessimista que assola o mercado acionista abrande, levando os investidores a voltar às compras. Tecnicamente, o índice continua com uma forte tendência ascendente de longo prazo, com a cotação bem acima da média móvel de 200 períodos nos *time frames* maiores.

CAMBIAL
DÓLAR
A cotação do dólar americano segue a depreciar desde o início de 2017, depois de a moeda ter tido, em novembro, um primeiro movimento corretivo. A grande queda verificada recentemente, em parte consequência do desajustamento entre a trajetória inflacionista e a taxa de juro diretora, aguarda novo movimento corretivo. Yellen deixou em aberto a possibilidade de um novo aumento de taxa de juro para breve, facto que, a confirmar-se, poderá impulsionar em alta o dólar. A incrementar a probabilidade de correção altista está o otimismo com indicadores recentes.

COMMODITIES
CAFÉ
As cotações dos futuros de *coffee C* da ICE (Intercontinental Exchange) seguem a cotar em baixa nas diferentes maturidades, em valores excessivamente baixos. É verificado um suporte ascendente de longo prazo nas maturidades do *front*, onde a cotação atual se situa, uma resistência descendente formada por três testes de grande volatilidade caraterizados por heterocedasticidade. Assim, é esperado que a cotação responda em alta rumo à resistência descendente, isto enquanto se mantiverem os pressupostos de mínimos mais elevados sucessivamente.

EM AGENDA

5 DE FEVEREIRO
NOVA LIDERANÇA NA FED
Jerome Powell entra em funções oficialmente como presidente da Reserva Federal norte-americana

RETALHO EUROPEU
Dados preliminares do comércio de retalho na União Europeia e zona euro em Dezembro apresentados pelo Eurostat

ECONOMIA NORTE-AMERICANA
Indicadores PMI de atividade económica publicados nos Estados Unidos

6 DE FEVEREIRO
IMPORTAÇÕES INDUSTRIAIS
Preços das importações industriais na União Europeia e zona euro em Dezembro publicados pelo Eurostat

MERCADOS FINANCEIROS
Banco de Portugal publica estatísticas sobre os mercados financeiros relativas a janeiro

7 DE FEVEREIRO
EMPREGO NACIONAL
Estatísticas do Emprego no quarto trimestre de 2017 publicados pelo INE

CASAS NOVAS
Índice de Custos de Construção de Habitação Nova e Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação em dezembro de 2017 divulgados pelo INE

BANCO CENTRAL EUROPEU
Reunião de política não monetária do Conselho de Governadores do BCE em Frankfurt

8 DE FEVEREIRO
EMPRESAS NACIONAIS
INE apresenta estatísticas sobre as Empresas em Portugal relativas a 2016

COMÉRCIO CHINÊS
Publicação de dados da balança comercial da China em janeiro

POLÍTICA MONETÁRIA BRITÂNICA
Reunião de política monetária do Banco de Inglaterra

9 DE FEVEREIRO
COMÉRCIO INTERNACIONAL
Estatísticas do Comércio Internacional em dezembro publicadas pelo INE

TRABALHO EM PORTUGAL
Índice de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria em dezembro divulgado pelo INE

BARÓMETRO

EY Building a better working world Com o apoio de

International Compliance Assurance. O que é o ICA?

PAULO MENDONÇA
EY Tax Partner

A OECD anunciou recentemente, mais precisamente em 23 de Janeiro de 2018, o lançamento do Programa ICA ("International Compliance Assurance").

Este programa assenta num modelo de participação voluntária que permitirá aos grupos multinacionais e às administrações fiscais levarem a cabo discussões abertas e transparentes sobre potenciais riscos fiscais existentes. Se, no âmbito destas discussões, se chegar à conclusão que o risco fiscal existente é baixo, as autoridades poderão mesmo a emitir certificados formais que atestam esta situação. Ao mesmo tempo, poderá também ser assegurado ao grupo multinacional que não será sujeito a intervenções adicionais por parte das administrações fiscais envolvidas nas matérias em causa, por um período máximo de 3 anos (o ano em causa e dois anos mais), no pressuposto que não ocorrerão alterações materiais neste período.

Um aspeto interessante é a utilização da informação financeira e fiscal de grupos multinacionais (vulgo "Country-by-Country reports") como base de partida para estas discussões, complementada com outros elementos existentes que sejam relevantes.

Os casos que não possam ser resolvidos com recurso ao ICA poderão implicar a celebração de acordos prévios sobre preços de transferência ou, mesmo, a realização de auditorias por parte da administração fiscal.

Refira-se que numa primeira fase o programa ICA está direcionado para contribuintes classificados de baixo risco. No entanto, o objetivo será alargar a aplicação do programa a outros contribuintes.

Participam na fase inicial do projeto 8 países, a saber: Austrália, Canada, Itália, Japão, Holanda, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

Neste momento desconhece-se ainda o número de empresas multinacionais que participarão neste projeto. A iniciativa do convite às sedes dos grupos de empresas multinacionais coube às administrações fiscais de cada um dos países envolvidos. No futuro, pretende-se que sejam definidos critérios de aplicação do programa e que seja definido um processo a ser seguido quando uma determinada empresa pretende fazer parte do mesmo.

No primeiro semestre de 2018 haverá lugar a uma análise dos riscos específicos no plano da tributação internacional suscitados por cada uma das empresas multinacionais envolvidas no programa inicial. A totalidade dos riscos detetados deverá estar inventariada no prazo de 18 meses. Importa finalmente referir que não configurando um certificado de ausência de riscos fiscais, o ICA permitirá às empresas participantes saberem que são consideradas, pelas autoridades fiscais competentes, como tendo um perfil fiscal de baixo risco. ●

Ognen Teofilovski/Reuters

Quem é o seu beneficiário efetivo?

BRUNA MELO
International Tax Services Manager, EY Portugal

Se gere uma empresa, saiba que novas obrigações terá de cumprir. Acima de tudo, tente descobrir quem é o seu beneficiário efetivo. Aviso: poderá não ser tarefa fácil.

Desde novembro de 2017, as sociedades portuguesas (entre outros tipos de entidades) estão sujeitas ao novo quadro jurídico europeu de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, transposto para a lei portuguesa.

Por um lado, estas entidades estão obrigadas a registar internamente a identidade dos detentores diretos do seu capital, dos indivíduos que, em última instancia, detêm o seu capital, e de quem detenha, por qualquer forma, o respetivo controlo efetivo. Por outro, deverão apresentar uma declaração que identifique o respetivo beneficiário efetivo (DBE), ou seja, em termos práticos, o indivíduo que, numa estrutura corporativa, seja o beneficiário último dos resultados económicos por esta gerados.

É natural que neste momento se esteja a perguntar quem é o beneficiário efetivo da sua empresa. Se a pergunta é de fácil resposta para entidades detidas diretamente por indivíduos, a mesma adquire contornos sinuosos quanto estruturas acionista que incluem sociedades cotadas em bolsas estrangeiras, fundos de investimento ou uma significativa dispersão de capital. A má notícia é que as novas normas não definem cabalmente os conceitos de beneficiário ou controlo efetivo e os critérios que permitirão concretizar estes conceitos serão apenas definidos em regulamentação que deveria ter sido publicada até ao final do mês de novembro de 2017, a qual definirá o procedimento e prazos para apresentação da DBE.

Desde novembro, há novas regas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

Até lá, as empresas poderão apenas assegurar o seu registo interno de informação, também este não isento de dúvidas.

Entretanto, tome nota de algumas consequências do não cumprimento do novo regime: se os lucros que distribui ao seu acionista estrangeiro têm sido isentos de imposto em Portugal, apenas poderá continuar a fazê-lo caso apresente a DBE e desde que da mesma não constem, como beneficiários efetivos, entidades sedeadas em paraísos fiscais. Poderá ainda ser vedado de celebrar contratos com o Estado, beneficiar de fundos europeus ou transacionar bens imóveis.

Não menos importante, a informação incluída nas DBE será centralizada numa base de dados à qual a Autoridade Tributária (AT) terá acesso. Esta será indiscutivelmente uma poderosa ferramenta ao alcance da AT na fiscalização de estruturas multinacionais com presença ou investimento em Portugal. Com esta informação, a aplicação de benefícios fiscais ou de acordos de dupla tributação poderá ser negada ou limitada em caso de suspeita de práticas de planeamento fiscal abusivo.

Siga este conselho: esteja seguro quanto à sua estrutura acionista e à estratégia de planeamento dos seus projetos. Acima de tudo, descubra e identifique claramente o seu beneficiário efetivo. ●

ADVISORY ADVOGADOS, CONSULTORES E BANCOS DE INVESTIMENTO

Cristina Bernardo

ENTREVISTA JOÃO MEDEIROS Sócio da PLMJ

"Não percebo se há uma real vontade de combater o branqueamento"

João Medeiros considera que a nova lei do branqueamento de capitais, que entrou em vigor no ano passado, é demasiado complexa e detalhada. "Não temos uma lei. Temos um verdadeiro código", diz.

FILIPE ALVES
falves@jornaleconomico.pt

O legislador foi mais papista que o papa na transposição para o direito português da diretiva do branqueamento de capitais, defende o advogado João Medeiros, sócio da PLMJ. O penalista considera que a nova legislação, que entrou em vigor em agosto, é demasiado complexa e pormenorizada, a ponto de a sua eficácia ficar comprometida.

O que pensa sobre esta lei?
No essencial, a nova lei visa reforçar e detalhar as medidas de combate e de prevenção ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo previstas na lei de 2008. É, do meu ponto de vista, uma lei com uma formulação técnica muito deficiente, que dá lugar a muitíssimas dúvidas e possibilidades de interpretação. Acho que, como é usual, Portugal quis ter uma boa classificação juntos das instâncias europeias e portanto aceitou acriticamente e em toda a extensão a transposição da diretiva de branqueamento, indo muito mais além do que países tradicionalmente mais cumpridores. Temos hoje, portanto, não uma Lei de Prevenção de Branqueamento, mas uma verdadeiro Código do Branqueamento.

Como deveria ter sido feita, então, em sua opinião?
Pessoalmente gostaria que o caminho tivesse sido outro: a formulação de uma lei onde se definiam os princípios gerais e depois o detalhe seria feito junto na regulamentação do sector específico. Acho que seria mais eficaz e mais simples de apreender pelos operadores e teria em conta a sua sofisticação. No regime que agora temos, um pequeno operador é obrigado a tentar interpretar e compreender uma legislação complexa e remissiva e saber que obrigações se lhe aplicam. Com toda a franqueza, ainda não compreendi, se por detrás desta lei há uma real e efetiva vontade de combater o branqueamento de capitais ou se esta complexidade e excessivo detalhe visa provocar o colapso, por excesso de informação.

> "É, do meu ponto de vista, uma lei com uma formulação técnica muito deficiente, que dá lugar a muitíssimas dúvidas e possibilidades de interpretação

Há uma questão que tem gerado polémica e que tem que ver com o segredo profissional dos advogados, que fica em causa com a nova lei. O que pensa sobre isso?
Como advogado que sou, um aspeto que me preocupa particularmente na nova lei são os deveres impostos aos advogados e a sua compatibilização com a preservação do segredo profissional. A nova lei impõe aos advogados deveres cujo cumprimento passa pela prestação de informações transmitidas ao advogado e que, na minha óptica, se revelam totalmente incompatíveis com a obrigação de guardar segredo profissional.
A comunicação às autoridades de factos que possam constituir indícios de operações de branqueamento de capitais põe em causa a relação de confiança entre o cliente e o advogado, assim como fragiliza o compromisso na administração da justiça assumido perante a sociedade pelos advogados.
É suposto que os advogados assumam o papel de confidente necessário (e não de delator), e que o cliente se sinta confortável para revelar informação que não confiaria a mais ninguém. Se temer que o que diz possa vir a ser revelado, o cliente deixará de acreditar que a defesa dos seus direitos e interesses está garantida, como lhe é constitucionalmente assegurado.
Os advogados não se insurgem por preferirem ocultar os atos dos seus clientes. Insurgem-se porque, em face da incerteza inerente a uma mera suspeita, cuja análise poderá ser bastante subjetiva, colocar-se-á em causa aquele que tem sido considerado, durante decénios, como o "timbre da advocacia", com guarida constitucional: o segredo profissional.
Os advogados não podem, em circunstância alguma, ser transformados em cúmplices dos órgãos de polícia criminal contra os seus clientes, traindo a confiança que lhes foi depositada.

O que sugere para melhorar esta legislação?
Na minha óptica, o verdadeiro caminho não só para a prevenção do branqueamento de capitais, mas essencialmente para a prevenção dos próprios crimes que lhe são subjacentes, como é o caso da corrupção, passa pelo incentivo do Estado à adopção pelas empresas de estruturas de conformidade legal, ou de 'compliance', se preferir o es-

trangeirismo. A lógicas das empresas e dos empresários quererem ser cumpridores da lei é uma questão essencialmente cultural. Mas, como é evidente, a legislação é uma óptima forma de ajudar a conformar mentalidades. E a verdade é que em certos países, como na vizinha Espanha ou no Brasil, a própria legislação penal incentiva a adopção pelas pessoas colectivas de estruturas e mecanismos de conformidade legal, prevendo, designadamente, a diminuição das penas ou até mesmo a não penalização, no caso de a empresa provar ter em vigor mecanismos efetivos de prevenção de práticas ilícitas. Por outro lado, mesmo do ponto de vista repressivo, as autoridades judiciárias deveriam poder lançar mão de mecanismos positivos e formativos relativamente às pessoas colectivas. Seria por exemplo a possibilidade de utilização do mecanismo da suspensão provisória do processo, condicionada, como injunção comportamental, à adopção pela pessoa colectiva de mecanismos efectivos de conformidade legal, ou a possibilidade de consagração da suspensão da pena aplicada à pessoa Colectiva, subordinada ao regime do prova nos termos do artigo 53 do Código Penal, em que, em lugar de um plano de reinserção social, fosse exigido a adoção de um plano concreto de conformidade legal. Por último e para não me alongar, seria também interessante consagrar-se a possibilidade de adopção de acordos com entidades reguladoras, orientados não apenas e só a mecanismos de clemência de arrependidos, mas à diminuição da medida da coima em função da adopção de mecanismos efetivos de conformidade legal.

Experiência pessoal sobre o tema: o branqueamento é um problema grave e actual em Portugal?

O branqueamento de capitais não surge normalmente isolado. É sempre decorrência da prática de um crime que lógica e cronologicamente lhe antecede. Existindo, como existe, corrupção, fenómenos de tráfico e exploração sexual em Portugal, necessariamente que o produto destas atividades é alvo de tentativa de branqueamento de capitais. A questão que acho que vale a pena realmente pensar-se, é saber, se nos dias de hoje, não caminhamos a passos largos para uma vulgarização do crime de branqueamento de capitais, colocando-se todo o mecanismo da prevenção ao serviço da tentativa de evitar a evasão fiscal e deixando-se de atacar as situações efetivamente mais gravosas que foram aquelas para as quais historicamente o branqueamento de capitais foi criado: terrorismo, tráfico de estupefaciente, tráfico de seres humanos, etc., etc. E a meu ver sim. Claramente. ●

NOVA LEI

"O branqueamento de capitais não surge isolado"

João Medeiros considera que as autoridades estão cada vez mais focadas no branqueamento em vez de combater as situações que lhe dão origem.

Dizia há pouco que as autoridades portuguesas quiseram ser mais papistas que o papa, neste domínio. Mas concorda que o branqueamento é um tema atual e grave em Portugal?

O branqueamento de capitais não surge normalmente isolado. É sempre decorrência da prática de um crime que lógica e cronologicamente lhe antecede. Existindo, como existe, corrupção, fenómenos de tráfico e exploração sexual em Portugal, necessariamente que o produto destas atividades é alvo de tentativa de branqueamento de capitais. A questão que acho que vale a pena realmente pensar-se, é saber, se nos dias de hoje, não caminhamos a passos largos para uma vulgarização do crime de branqueamento de capitais, colocando-se todo o mecanismo da prevenção ao serviço da tentativa de evitar a evasão fiscal e deixando-se de atacar as situações efetivamente mais gravosas que foram aquelas para as quais historicamente o branqueamento de capitais foi criado: terrorismo, tráfico de estupefaciente, tráfico de seres humanos, etc., etc. E a meu ver sim. Claramente.

Quais são as principais diferenças face à lei anterior, de 2008?

A nova lei alargou o leque de entidades obrigadas ao cumprimento dos deveres de combate e prevenção, passando a incluir os concessionários de exploração de salas de jogo do bingo, os operadores que exerçam atividade leiloeira, de importação ou exportação de diamantes em bruto ou de distribuição de fundos e de valores e os contabilistas certificados.

O dever de controlo foi amplamente concretizado. Os órgãos de administração das empresas vêm-se agora obrigados a implementar procedimentos internos bastante exaustivos que envolvem a análise do risco da atividade; a criação, implementação e fiscalização de códigos de compliance; a realização de testes de eficácia; a comunicação de operações suspeitas; o arquivo e a gestão dessa informação; a criação de um canal específico, independente e anónimo, para comunicação de eventuais violações e de situações de risco; bem como à designação de um responsável (interno ou externo) pelo controlo do cumprimento do quadro normativo aplicável.

Com a nova lei, o dever de diligência e de identificação terá de ser observado, não só nas "transações ocasionais" com montante igual ou superior a 15 mil euros, mas também nos casos de transferência de fundos de montante superior a mil euros ou em quaisquer outras operações suspeitas independentemente do seu valor. Os prestadores de serviços de jogo devem cumprir este dever nas transações de montante igual ou superior a dois mil euros.

O conceito de Pessoa Politicamente Exposta (PEP) foi alargado e o dever de identificação do beneficiário efetivo foi reforçado com as obrigações de consulta periódica das informações constantes do registo central do beneficiário efetivo e de comunicação de quaisquer desconformidades ao Instituto de Registos e Notariado, I. P..

O regime sancionatório foi substancialmente agravado. Além da criação de três tipos de crime, o número de contraordenações aumentou consideravelmente, a par das coimas aplicáveis, que agora podem ir até aos cinco milhões de euros [no caso de uma pessoa coletiva] e um milhão de euros [pessoas singulares]. A nova lei vem também reforçar e ampliar os poderes de acesso a informações confidenciais por parte das autoridades públicas. ● *FA*

> A questão que vale a pensa realmente pensar-se é saber se, nos dias de hoje, não caminhamos a passos largos para uma vulgarização do crime de branqueamento

DO LADO DA LEI

O segredo de justiça e a bola de cristal

ANTÓNIO JAIME MARTINS
Presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados

Como é sabido, no sistema processual penal português a investigação é protegida pelo segredo de justiça interno, o qual impede que os visados pela investigação possam aceder ao processo e de alguma forma obviar à recolha eficaz dos meios de prova. O que não se compreende é que o processo seja secreto para os suspeitos e arguidos e não o seja para os meios de comunicação social.

Com efeito, é perfeitamente frustrante que um advogado mandatado num processo crime para acompanhar uma busca a domicílio do seu constituinte possa saber mais pormenores do processo se ligar uma televisão do que lendo os despachos ou promoções que lhe são apresentados. E quantas vezes o advogado chega ao local em que a busca vai ser realizada ou os próprios advogados indicados pela Ordem dos Advogados para acompanharem as diligências de busca a escritórios de advogados e se deparam à chegada com as câmaras de televisão. E aqui das duas uma: ou os senhores jornalistas enveredaram com sucesso nas artes ocultas da cartomancia, ou, alguém com acesso a elementos da investigação lhes indicou o local da busca. E, neste caso, quem poderá ser o responsável pela incontinência?

Repare-se que o advogado do suspeito não terá sido, pois o buscado só sabe da busca quando ela se inicia e não consigo vislumbrar qual seria a vantagem do infeliz visado em dar publicidade ao ato. Por seu lado, os advogados nomeados pela Ordem dos Advogados para acompanhar as diligências de busca a escritórios de colegas só sabem qual é o local quando lá chegam transportados em viatura da polícia judiciária ou do magistrado que preside à diligência. Mas, entre a bola de cristal e a libertação ilícita de informação do processo para os órgãos de comunicação social, eu voto, sem hesitar, na bola de cristal. E isto por uma razão muito simples. É que divulgar elementos do processo como os locais em que se realizam as buscas ou a identidade dos suspeitos visados por essas buscas, usual quando se tratam de figuras públicas, constitui o herói ou heroína da proeza na autoria do crime de violação de segredo de justiça que antecede na sistemática do código penal português os crimes de recebimento indevido de vantagem e os de corrupção ativa e passiva.

E pergunte-se: qual o "valor de mercado" da libertação daquelas informações para determinados meios de comunicação em detrimento de outros ou até para todos ao mesmo tempo? É capaz de valer umas valentes centenas de euros... E para esta conduta, ou seja, para alguém que tenha acesso a determinados elementos de um processo crime em segredo de justiça que os a liberta a troco de vantagem patrimonial ou até não patrimonial, haverá algum ilícito típico penal que se lhe aplique? Tenho ideia que sim. O que nos vale a todos é que, com toda a certeza, isto nunca se passará. No meio de tudo isto, uma coisa é certa: o tipo penal de violação do segredo de justiça é letra morta. E é muito triste que assim seja. ●

> Não se compreende que o processo seja secreto para os suspeitos e arguidos e não o seja para os meios de comunicação social

UNIVERSIDADES & EMPREGO

Foto cedida

THE LISBON MBA

MBA português é o primeiro do mundo em experiência internacional

Único programa nacional a integrar o top 100 dos melhores do mundo, o The Lisbon MBA arrasou este ano no critério da internacionalização, segundo o prestigiado Financial Times.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Há um critério onde o The Lisbon MBA foi este ano e, pela primeira vez, literalmente o melhor do mundo: programa que oferece a melhor experiência de internacionalização.

Além deste, critérios como progresso na carreira dos antigos alunos e rentabilidade do investimento foram fundamentais para guindar o The Lisbon MBA ao 80.º lugar entre a elite mundial dos Master of Business Administration (MBA), segundo o mais prestigiado *ranking* do setor elaborado pelo britânico Financial Times.

A melhor experiência internacional mede o número de dias que os alunos estão fora da sua geografia de origem. "O que é verdadeiramente diferenciador é que toda a classe tem a oportunidade de fazer um mês no MIT, não são alguns alunos, são todos", explica Anabela Possidónio, diretora executiva do The Lisbon MBA ao Jornal Económico.

Também no indicador que mede o progresso na carreira, o The Lisbon MBA, que é unicamente ministrado em língua inglesa, atingiu em 2018 o seu melhor resultado de sempre, sendo considerado o 15.º melhor do mundo.

Ter o The Lisbon MBA no currículo pode significar um salto de 75% na folha de ordenado três anos após a conclusão do programa. Mas "não é só o valor absoluto", diz Anabela Possidónio, introduzindo a variável retorno do investimento. Aí, o português é o 23.º no mundo, salienta a gestora, que, no global do *ranking* de 2018 destaca o reforço da aposta na internacionalização do programa.

O The Lisbon MBA é uma parceria entre a Católica-Lisbon e a Nova SBE. Há cerca de uma semana, Anabela Possidónio revelou ter renovado a parceria com a Sloan School of Management, a escola de negócios do MIT. O alargamento da parceria vai permitir aos alunos do programa The Lisbon MBA Executive beneficiar de um período de imersão nos Estados Unidos, à semelhança do que já acontece com os alunos do outro programa da instituição, o MBA International Full-Time.

"O nosso objetivo é ajudar os nossos estudantes a desenvolver competências de pesquisa de produtos e serviços que contribuam para melhorar o mundo, e ter impacto económico e social ao nível local, nacional e global", sublinha Anabela Possidónio.

Ter o The Lisbon MBA no currículo pode significar um salto de 75% na folha de ordenado três anos após a conclusão do programa

O *ranking* global 2018 do Financial Times é liderado pela Stanford Graduate School of Business, que seis anos depois, regressa ao topo, relegando para segundo lugar a francesa INSEAD, que ocupou o primeiro lugar nos dois últimos anos da iniciativa.

A também norte-americana Wharton School, da Universidade da Pensilvânia, é terceira no *ranking* mundial e a London Business School quarta, sendo a primeira britânica a figurar na lista deste ano. Outra icónica escola de negócios, a Harvard Business School, cai para quinta posição, no que é o seu pior lugar desde 2008.

Num *ranking* que é feito de sobe-desce, desce-sobe, a maior queda deste ano foi para uma escola britânica: a Lancaster University Management School caiu 28 lugares, ocupando a 70.ª posição da geral. Há dois anos era 35ª. ●

MUDANÇAS

Microsoft Portugal tem novo diretor de tecnologia

André de Aragão Azevedo terá à sua responsabilidade a coordenação do plano de capacitação tecnológica do ecossistema de *startups* e de centros de investigação com base em serviços *cloud*. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, desempenhou funções em Macau e na Assembleia da República, onde foi assessor parlamentar. Está na Microsoft desde 2012. ●

ANDRÉ AZEVEDO
Diretor Executivo Tecnologia

MAN Truck & Bus Portugal começa ano com novo líder

David Carlos, de 40 anos, assume a liderança em Portugal da marca alemã da Volkswagen Truck & Bus. Licenciado em Engenharia Industrial pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, possui informação complementar na área do marketing e das vendas. Desenvolve atividade profissional no ramo dos transportes desde 2006. ●

DAVID CARLOS
Country Manager

SAP Portugal contrata diretor-geral

Carlos Jerónimo junta-se à SAP depois ter sido *country manager* da Qlik. Anteriormente, trabalhou na Reditus, como diretor-geral da unidade de negócio de infraestrutura e *managed services*. Desempenhou ainda funções de direção comercial na Glintt, Pararede,WhatEverNet Computing e Década Informática. ●

CARLOS JERÓNIMO
Diretor-geral

Pierre Albouy/Reuters

LIGA DAS NAÇÕES

Portugueses criam troféu para Ronaldo levantar

Equipa 100% portuguesa criou a identidade visual da Liga das Nações. "Só espero que Ronaldo seja o primeiro capitão de equipa a erguer este troféu!", é o desejo de Pedro Gonzalez, Managing Director da Y&R Branding.

JOSÉ CARLOS LOURINHO
jlourinho@jornaleconomico.pt

"A UEFA fez-nos um desafio para o qual não estávamos à espera mas que aceitámos: criar um troféu diferente de todos os outros", começou por explicar Pedro Gonzalez, Managing Director da Y&R Branding, em entrevista ao Jornal Económico. A empresa do grupo Y&R foi designada para desenvolver toda a identidade visual associada à marca "Liga das Nações" (a nova competição de seleções da UEFA que vai arrancar em setembro) mas acabou por ser desafiada para conceber o troféu que a seleção campeã vai erguer na final da prova a realizar em maio/junho de 2019. O Managing Director da Y&R Branding esclareceu que a ideia inicial passava por colocar uma bandeira como troféu e que após várias reuniões, foi concebida uma taça que simboliza uma bandeira enrolada à volta do mastro. "O padrão do logo da competição foi impresso no interior do troféu e acabou por haver uma ligação muito forte entre a identidade visual da marca e o troféu", esclareceu Pedro Gonzalez.

No imaginário dos portugueses ainda está presente a festa da conquista do Europeu de futebol em 2016. Será que essas imagens inesquecíveis estiveram presentes no ato de criação do troféu? "Confesso que usámos muitas imagens da conquista do Europeu de 2016 por parte de Portugal em todo este processo como base para maquetizar as peças que desenvolvemos e para apresentar a proposta", explicou Pedro Gonzalez. Sobre o processo de concretização, este responsável da Y&R Branding sublinhou ao Jornal Económico que o troféu foi uma obra de engenharia e de manufactura pela complexidade que envolveu. "A taça é de fácil manuseamento e houve a preocupação para que esta peça não se tornasse num objeto perigoso para quem o manuseasse, algo que também foi acautelado pela UEFA", explicou o responsável.

A equipa que montou a versão final do troféu afirmou que a taça da Liga das Nações foi o mais difícil que alguma vez concretizaram. Para Pedro Gonzalez, esse é um elogio a todo o trabalho desenvolvido mas quem monta também adora que lhes sejam colocados problemas complexos para resolver. Imprimir o interior do troféu, por exemplo, foi algo muito complexo de executar. O troféu final está muito próximo do nosso projeto e ficámos muito satisfeitos de ter encontrado alguém que o conseguisse materializar como nós o concebemos".

Sem revelar os valores envolvidos na contratualização do desenvolvimento da identidade visual da marca "Liga das Nações" com a UEFA, Pedro Gonzalez adiantou apenas que o valor foi o suficiente para garantir que uma equipa de dez pessoas (100% portuguesa) pudesse envolver-se neste projeto em exclusivo durante um ano e meio. "É um trabalho exaustivo, longo, com múltiplas fases, não apenas a conceção do troféu mas de toda a identidade da marca. É um trabalho técnico que tem de permitir que a marca funcione em múltiplos ambientes, desde a aplicação em estádios até ao seu uso em peças mais convencionais". Para a final, só um desejo: "Só espero que Ronaldo seja o primeiro capitão de equipa a erguer este troféu!", espera o Managing Director da Y&R Branding.

OPINIÃO

Onde estão as pessoas com quem queremos comunicar?

JOÃO NEVES
Diretor de Desenvolvimento Digital, Nova Expressão

As marcas revelam uma preocupação cada vez maior em garantir que as mensagens e ideias criativas das campanhas publicitárias sejam mostradas nos meios/suportes adequados e assim cheguem de forma efetiva aos seus clientes.

Nos últimos anos temos verificado que uma das principais tendências para comunicar de forma efetiva no Digital é utilizar diversos tipos de segmentação, permitido pela maior parte das plataformas onde são implementadas e otimizadas as campanhas. Estes modelos de comunicação e previsibilidade exigem uma necessidade de investigação contínua sobre os consumidores para chegar a um alvo concreto e respetivos perfis de comportamento relevante para a marca.

A esta nova estratégia de interpretação e boa utilização da multiplicidade de dados existentes, provenientes dos comportamentos de utilizadores, chamamos *Marketing Preditivo*.

Ao implementarmos campanhas digitais com esta base estratégica, conseguiremos antecipar muitas necessidades dos clientes, uma vez que já absorvemos todo o seu comportamento no que respeita ao tipo de consumo que fazem, os sites onde navegam, as horas do dia e dispositivos onde consultam informação ou fazem compras, etc.

Recolher informação e trabalhá-la de forma a que esta se traduza em dados relevantes para decisões futuras continua a ser um dos maiores desafios que muitas marcas enfrentam. A *Big Data*, como habitualmente é conhecida, só se irá tornar útil a partir do momento em que existir uma integração total das plataformas CRM, analíticas e de compra programática. Ou seja, quando passar de *big data* a *smart data*. É, pois, natural que a implementação de campanhas digitais passe cada vez mais pela utilização de segmentos, perfis ou audiências em vez de fazer exclusivamente publicidade em sites específicos.

Através das plataformas de compra programática é perfeitamente possível impactar um determinado *target* de forma personalizada, independentemente dos sites ou dispositivos em que se navega. No entanto devemos ter em consideração que, para alcançar objetivos de *awereness* ou performance a abordagem criativa também tem um papel relevante em todo o processo.

Ao longo deste processo – designado por Costumer Journey – também pode ser recolhida informação significativa para identificar momentos decisivos e impactar o utilizador com a mensagem adequada.

A avaliação holística dos dados capturados e gerados pelos comportamentos dos utilizadores garantem sem dúvida uma perspectiva ainda mais otimista no que respeita à eficácia do meio digital, embora exista sempre necessidade de poder usufruir e integrar a componente técnológica existente nas empresas.

Os hábitos de consumo mudam de dia para dia, assim como as decisões que são tomadas com maior rapidez e assertividade, sendo precisamente estes os momentos em que as marcas podem agir de forma oportuna para captar e envolver os seus atuais e potenciais clientes.

DESPORTO

MERCADO DE TRANSFERÊNCIAS

Choveram milhões neste mercado de inverno

Encerrada a janela de transferências nas principais ligas de futebol europeias, na última quarta-feira, o Jornal Económico olha para os números das denominadas "Big Five", e faz uma primeira análise ao defeso de janeiro.

JOSÉ VARELA RODRIGUES
jrodrigues@jornaleconomico.pt

Quando nada fazia prever novos recordes, depois da transferência de Neymar Jr para o Paris Saint-Germain por 222 milhões de euros, no último mercado de transferências de verão, tornar o brasileiro no jogador mais caro de sempre, eis que neste último defeso de inverno a "roda dos milhões" continuou.

O ano de 2018 começou com o brasileiro Philippe Coutinho a tornar-se no jogador mais caro de sempre, no mercado de inverno. O avançado de 25 anos foi contratado ao Liverpool FC, da Premier League, por 120 milhões de euros desembolsados pelo FC Barcelona – uma quantia que poderá aumentar 40 milhões de euros, mediante objetivos. O preço que os culés pagaram pelo jogador superou o recorde anterior, estabelecido no início de 2017 pela ida de Óscar para os chineses do Shanghai SIPG, a troco de 60 milhões pagos ao Chelsea FC.

E se o emblema catalão fez do brasileiro Coutinho o protagonista deste inverno, o Liverpool surpreendeu, dias antes, ao pagar quase 79 milhões de euros, ao Southampton FC, pelo Virgil van Dijk. O holandês tornou-se no defesa mais caro de sempre.

Mas a "loucura" e a "febre dos milhões" deste mercado não se ficaram por Coutinho e van Dijk. O Manchester City, que já tinha investido, no verão, quase 140 milhões de euros em três defesas (Danilo, Kyle Walker e Benjamin Mendy) – aos quais se somam ainda os 40 milhões gastos em Ederson (ex-Benfica) –, o técnico do emblema inglês, Pep Guardiola, não hesitou em investir mais 65 milhões no entusiasmante defesa central francês Aymeric Laporte, pagando a cláusula de rescisão ao clube basco, Athletic Bilbao.

Ainda no principal escalão do futebol britânico, destaca-se a troca de jogadores entre o londrino Arsenal FC e o Manchester United. Apesar da rivalidade entre os dois emblemas dentro e fora das quatro linhas ser notória – veja-se o duelo José Mourinho e Arsène Wenger – os red devils compraram Alexis Sánchez aos gunners por cerca de 16 milhões, abatendo o valor do chileno com a cedência do médio Henrikh Mkhitarian. E com a saída de Sánchez do Arsenal, é compreensível a rápida movimentação dos londrinos ao comprar o avançado gabonês, por 65 milhões de euros, ao Borussia de Dortmund no último dia do mercado de inverno.

E o que dizer do AS Mónaco ter comprado Pietro Pellegri, de 16 anos apenas, aos italianos do Génova? O primeiro jogador nascido no novo milénio a jogar no principal escalão do futebol italiano – Serie A – foi a surpresa do mercado em França.

Nada imprevisível foi o regresso do avançado Diego Costa ao Atlético de Madrid. O emblema treinado pelo argentino Diego Simeone já tinha a contratação acordada, desde o verão de 2017, com o clube de Roman Abramovich, mas só agora é que o internacional espanhol foi libertado, por 66 milhões de euros.

A animar o mercado e a fazer correr tinta pela imprensa mundial, esteve o que se poderá chamar de "o rumor da época". Um alegado descontentamento de Cristiano Ronaldo com a direção do Real Madrid, devido ao "reduzido" salário, e comparação com os vencimentos de Lionel Messi e Neymar, levou a imprensa espanhola a pôr o internacional português na porta de saída do clube merengue. Para o seu lugar estaria a postos o brasileiro Neymar. Segundo os media espanhóis, CR7 via com bons olhos um regresso a Manchester, no final desta época, sendo que o negócio com o PSG e Neymar estaria acordado, ainda antes do brasileiro ter saído de Barcelona – o clube parisiense seria apenas uma "ponte" entre a Catalunha e Madrid. Tudo para evitar repetir o cenário pelo qual Luís Figo passou em 2000.

Sem movimentações de vulto entre os ditos três grandes, o grande destaque deste defeso de inverno, em Portugal, vai para a tentativa frustrada do SL Benfica em vender Úmaro Embaló, de 16 anos, aos alemães do RB Leipzig

E Portugal?

O principal escalão do futebol profissonal português, passaria incólume não fosse a corrida entre FC Porto e Sporting CP pela contratação do brasileiro Wendel, de 20 anos. O brasileiro acabou por rumar a Alvalade, com o clube liderado por Bruno de Carvalho a pagar sete milhões de euros ao Fluminense FC. Sem movimentações de vulto entre os três grandes, o grande destaque deste defeso em terra lusa vai para a tentativa frustrada do SL Benfica em vender Úmaro Embaló, de 16 anos, aos alemães do RB Leipzig.

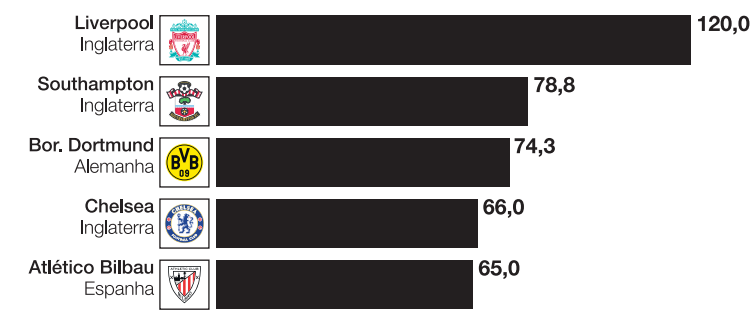
Em novembro último, o júnior guineense foi falado em Inglaterra, por alegado interesse do Manchester United, chegando a ser apelidado de "novo Di Maria", embora notícias da sua possível saída só tenham surgido quando Luís Filipe Vieira foi "apanhado" a aterrar em Leipzig. O Benfica queria 20 milhões (cinco seriam por objetivos), mas uma alegada exigência do representante do jogador, Cátio Baldé, em receber uma comissão de 2,5 milhões de euros e um salário que não satisfazia Embaló, levaram o clube alemão a cancelar o negócio. ●

FUTEBOL

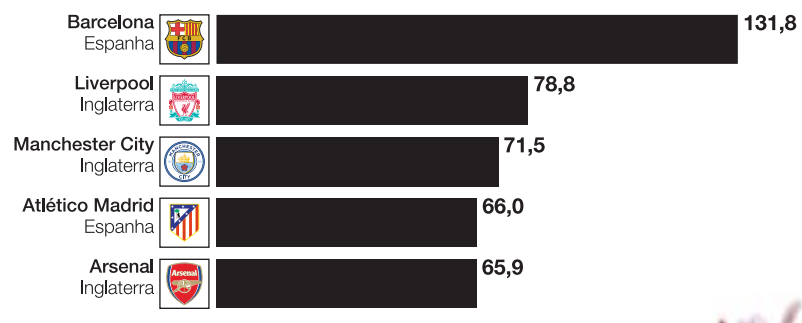
O MERCADO DE INVERNO MAIS QUENTE DE SEMPRE

Janeiro abriu com Philippe Coutinho a trocar Liverpool por Barcelona, por 120 milhões de euros. Um valor que permitiu aos 'reds' contratar Virgil van Dijk, ao Southampton. Os 79 milhões desembolsados, tornaram o holandês no defesa central mais caro da história. A "novela" CR7-Real Madrid-Neymar, a inesperada contratação de um prodígio italiano de 16 pelo Mónaco e a troca de cromos "Alexis Sánchez/Mkhitharyan" entre Arsenal e Man Utd, animaram o mercado. Em Portugal, a "hiperatividade" do Sporting e a tentativa de o Benfica vender o júnior Embaló ao Leipzig, por 20 milhões, fizeram correr tinta.

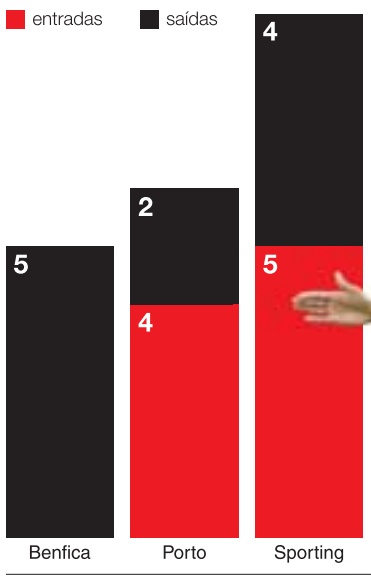
CLUBES QUE MAIS VENDERAM
Valores em milhões de euros



CLUBES QUE MAIS COMPRARAM
Valores em milhões de euros



BALANÇO DE ENTRADAS E SAÍDAS DOS TRÊS DITOS GRANDES
Valores em unidades

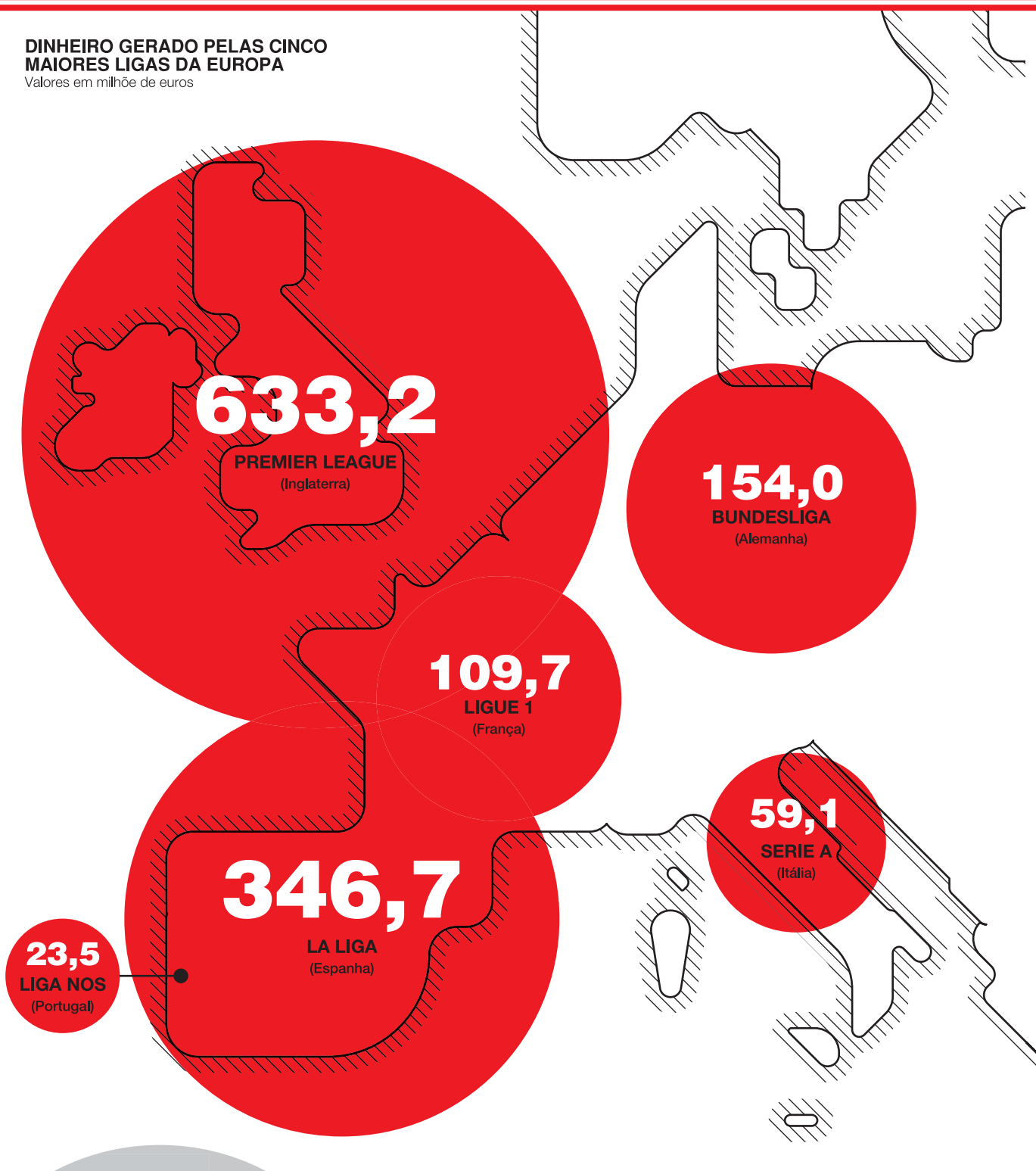


O CASO DA ÉPOCA EM PORTUGAL

Fonte: The Guardian, Transfermarkt

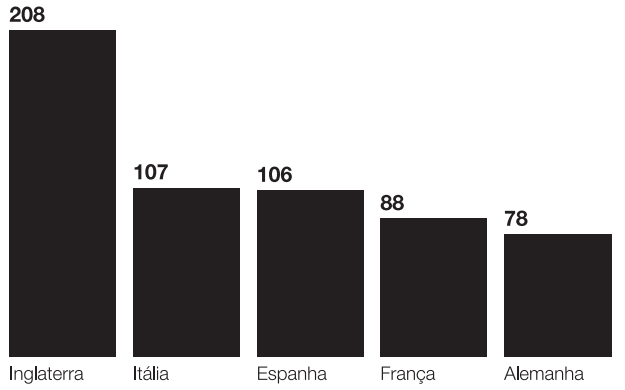
DINHEIRO GERADO PELAS CINCO MAIORES LIGAS DA EUROPA

Valores em milhõe de euros



NÚMERO DE TRANFERÊNCIAS NAS "BIG FIVE"

Valores em unidades



MERCADO DE INVERNO NAS "BIG FIVE"

No Inverno mais louca de sempre, só as cinco melhores ligas europeias geraram mais de mil milhões de euros.

NÚMERO DE TRANFERÊNCIAS
587

VALOR GERADO
1.302
(milhões de euros)

A TRANSFERÊNCIA MAIS CARA

120
milhões de euros

Philippe Coutinho
25 anos
de: Liverpool
para: Barcelona

AS SURPRESAS DO MERCADO

79
milhões de euros

Virgil van Dijk
26 anos
de: Southampton
para: Liverpool

21
milhões de euros

Pietro Pellegri
16 anos
de: Génova
para: Mónaco

PREMIER LEAGUE, UM MUNDO À PARTE

16*
milhões de euros

*o acordo prevê a cedência de Mkhitaryan ao Arsenal

Alexis Sánchez
29 anos
de: Arsenal
para: Man. Utd

O RUMOR DA ÉPOCA

Alegado descontentamento levou a imprensa espanhola a colocar CR7 na porta de saída do Real Madrid. Neymar Jr. estaria pronto a entrar.

Cristiano Ronaldo

Neymar Jr.

Infografia: Mário Malhão | mmalhao@jornaleconomico.pt

RES PUBLICA

OPINIÃO

Quem é contra uma mesa negocial única?

PAULO GONÇALVES MARCOS
Presidente da direcção do SNQTB
e do Conselho Directivo do SAMS Quadros

No mês passado, em nome do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB), o maior sindicato de trabalhadores bancários no activo, propus ao SBSI, ao SBC e ao SBN que, no âmbito da renegociação do Acordo Colectivo de Trabalho para 2018, se reunissem todas as forças sindicais numa única mesa negocial.

A minha proposta teve como objectivo reforçar a posição dos sindicatos e dos seus desígnios junto das Instituições de Crédito, mas até ao momento a resposta dos restantes sindicatos do sector foi um estranho e incompreensível silêncio formal.

Há décadas que a Federação de Sindicatos Independentes da Banca (FESIBA), da qual faz parte o SNQTB, e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), em que SBSI, SBC e SBN estão integrados, partem para as negociações com as Instituições de Crédito de forma separada. O resultado desta incapacidade estratégica, desta ausência de um diálogo produtivo entre sindicatos do mesmo sector, que permita uma posição negocial única, tem vindo a gerar, ciclo negocial após ciclo negocial, apenas um resultado: ganham os bancos e perdem os bancários. A minha recente proposta pretende, precisamente, alterar a relação de forças negocial entre bancos e bancários. Afinal, como lembra a sabedoria popular, a união faz a força.

Que fique bem claro: o SNQTB não pretende com esta proposta de mesa negocial única preparar uma antecâmara rumo a uma fusão de estruturas sindicais. Se é essa a preocupação de alguns, pois que fiquem tranquilos. O SNQTB é totalmente contra tudo o que seja monopólio: partido único, sindicato único, fornecedores únicos de telecomunicações ou de energia, para dar apenas alguns exemplos.

Porém, o SNQTB é absoluta e totalmente a favor de uma plataforma negocial conjunta, em que os diferentes sindicatos democráticos cooperem estrategicamente com vista a salvaguardarem os interesses dos bancários.

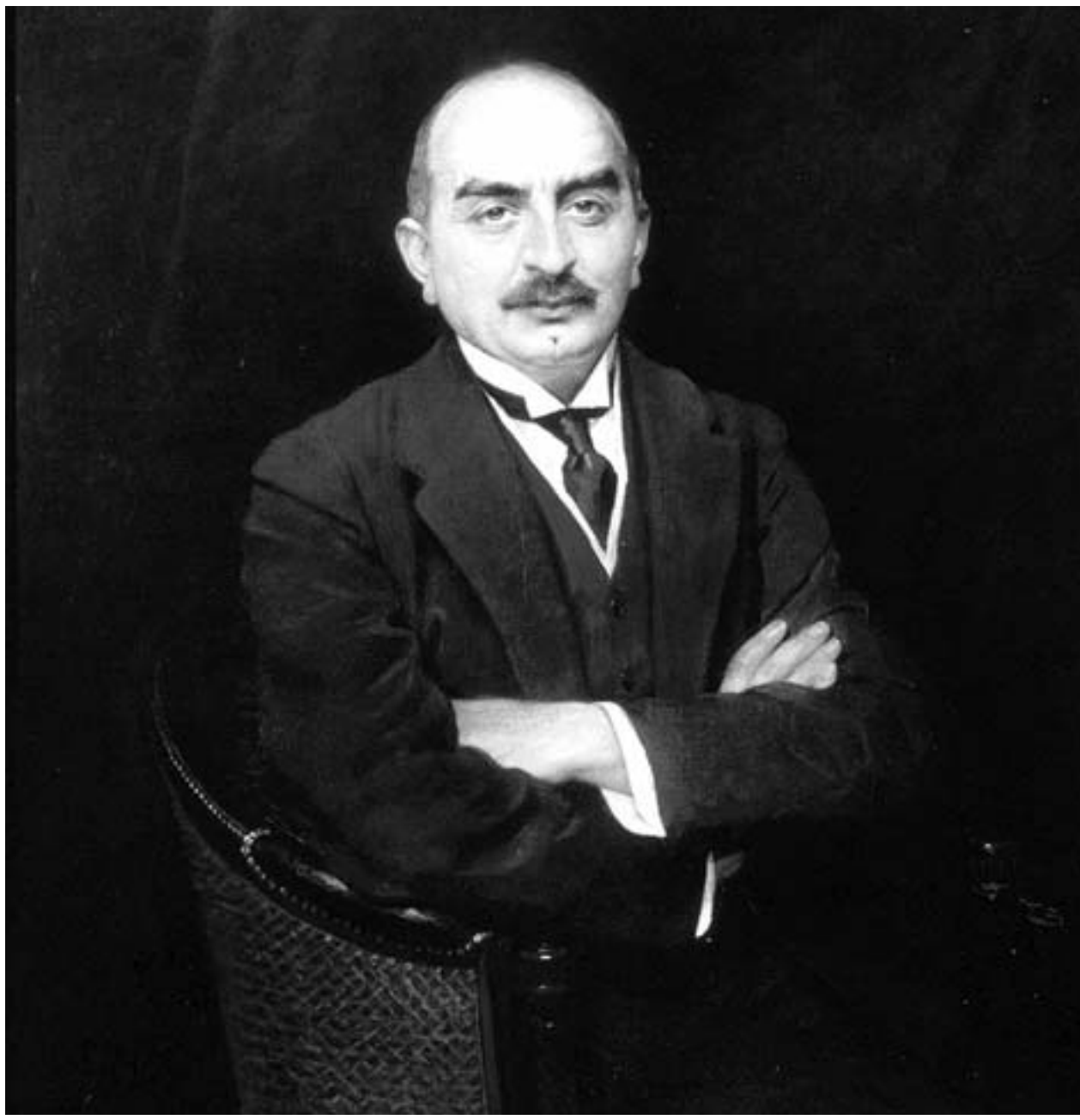
Regresso ao início: a minha recente proposta aos restantes sindicatos no sector, visou tomar a iniciativa no sentido de uma conjugação de esforços que possibilite uma posição única na renegociação do ACT, e que permita reforçar a posição dos sindicatos e os seus propósitos junto das Instituições de Crédito.

O SNQTB não pode obrigar terceiros a adoptar uma posição negocial conjunta que favoreça a relação de poder a favor dos sindicatos. No entanto, importa que fique claro que quem inviabilizar uma posição negocial conjunta terá de explicar aos seus associados, e aos bancários em geral, por que motivo preferiu manter um status quo negocial do qual apenas beneficiam as Instituições de Crédito.

Termine como terminar este processo, o SNQTB sairá de consciência tranquila, sabendo que tudo fez para salvaguardar os interesses dos bancários e dos seus associados em particular, eles que são, afinal, a grande razão de ser da sua existência. ●

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

Os diferentes sindicatos devem cooperar estrategicamente, numa plataforma negocial conjunta, para salvaguardar os interesses dos bancários



OPINIÃO

Valerá mais o défice do que a

RICARDO FERRAZ
Economista

De acordo com os meus cálculos, o ajustamento orçamental que se iniciou com a chegada da troika já vale, até ao momento, mais de 17 mil milhões de euros (período 2011-2017). O Estado tem-se empenhado em reduzir o prejuízo das suas contas, no entanto tal tarefa não o deveria estar a impedir de cumprir as suas funções essenciais (leia-se sociais).

A troca de governo em 2015 não originou o prometido "virar de página" da austeridade. Os "tostões" que têm sido dados a mais, têm, por outro lado, sido cobrados com aumentos de impostos indirectos, com o sacrifício do investimento público, bem como, com a degradação de um conjunto de serviços do Estado (asfixiados por cativações).

O resultado desta gestão das finanças apresenta sinal positivo nos cofres do Estado, mas o mesmo já não se pode dizer no bem-estar do cidadão comum que paga mais por aquilo que adquire e se depara com serviços públicos de pior qualidade.

É no sector da saúde que os efeitos são mais visíveis. Só quem ainda não esteve numa urgência do SNS, e se limita a olhar para o Ex-

FICHA TÉCNICA

Publicado semanalmente à sexta-feira. **Propriedade –** Megafin Sociedade Editora SA. Registo na ERCS nº 223731. NIPC 507657551 º **Estatuto Editorial** disponível em www.jornaleconomico.pt N.º de Depósito Legal: 245365/06- **Sede –** Avenida Casal Ribeiro, n.º 15, 3.º, 1000-090 Lisboa. **Morada da redacção –** Rua Vieira da Silva, 45, 1350-342, Lisboa. Tel. 217 655 300. **Diretor –** Filipe Alves. **Diretor Adjunto –** Shrikesh Laxmidas. **Subdiretor –** Ricardo Santos Ferreira. **Diretor de Arte –** Mário Malhão. **Redatora Principal –** Lígia Simões **Grandes Repórteres –** Nuno Miguel Silva e Maria Teixeira Alves **Redação –** Almerinda Romeira, Ana Pina (coordenadora de Opinião), Andreia Martins Costa, Ânia Ataíde, António Freitas de Sousa (delegação do Porto), António Sarmento, Fernanda Pedro (Imobiliário) Joana Almeida, João Gil, José Carlos Lourinho (coordenador do Online), Leonor Mateus Ferreira, Mariana Bandeira, Rita Paz (coordenadora do Online) e Sónia Bexiga **Correspondentes Regionais –** Eduardo Varanda (Minho), Joaquim Lopes (Centro), Patrícia Gaspar e Ruben Pires (Económico Madeira) **Paginação e Produção –** Rute Marcelino (coordenadora e designer) e Fábio Gomes (tratamento de imagem). **Fotografia –** Cristina Bernardo. **Multimedia –** Tânia Madeira (editora) e Ludgero Zorro. **Diretor Geral –** Vítor Norinha **Inovação e Marketing –** Joel Saraiva **Informática –** Pedro Gonçalves. **Área Comercial –** Cláudia Sousa (diretora), Elsa Soares, Isabel Silva e Maria João Pratas (conferências) **Recepção e portaria –** Luís Oliveira.
Área Financeira – Florbela Rodrigues, Pedro Madeira e Sérgio Araújo (operações). **Administração –** Luís Figueiredo Trindade – **Impressão –** Empresa Gráfica Funchalense SA, R. Capela Nossa Senhora da Conceição, 2715-511 Morelena. **Distribuição –** Vasp – Distribuidora de Publicações, SA – Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Agualva, Cacém. **Assinaturas:** assinaturas@jornaleconomico.pt **Tiragem –** 15 mil exemplares. Nenhuma parte desta publicação, incluindo textos, fotografias e ilustrações, pode ser reproduzida por quaisquer meios sem prévia autorização do editor.

Foto cedida Calouste Gulbenkian

GULBENKIAN PODERÁ CORTAR AS ÚLTIMAS LIGAÇÕES AO MUNDO DO PETRÓLEO

A Fundação Calouste Gulbenkian recebeu uma oferta de compra para a petrolífera Partex, estando "neste momento em processo de negociações com o grupo interessado", garantindo que manterá as atividades filantrópicas da instituição, noticiou ontem a Lusa. A concretizar-se, a venda da Partex representará o derradeiro corte com o império petrolífero do fundador Calouste Gulbenkian.
A Partex foi fundada em 1938, pelo arménio Calouste Gulbenkian, que nos últimos anos do Império Otomano conseguiu uma concessão do petróleo no território que viria a tornar-se o Iraque. Depois do colapso do império, Gulbenkian chegou a acordo com as grandes petrolíferas ocidentais para criar a Iraq Petroleum Company, empresa que passou a explorar os recursos petrolíferos do país e reuniu os interesses das empresas que hoje se chamam BP, Shell, Total, Exxon Mobil. Gulbenkian ficou com apenas 5%, por considerar que "é preferível ter 5% de um grande bolo do que ter 100% de um bolo pequeno". Gulbenkian criou depois a Partex, para a exploração de petróleo no Abu Dhabi, detendo atualmente 2% da petrolífera ADNOC, daquele emirado.

saúde?

cel, ou a realizar visitas aos hospitais para a "fotografia", é que pode afirmar que está tudo em ordem. E se num dia chegam alertas da Ordem dos Médicos, no outro chegam os da Ordem dos Enfermeiros (já para não falar nas notícias que relatam situações que parecem respeitar a hospitais de campanha em plena guerra).

Para 2018, o Governo assumiu o compromisso de realizar "poupanças" no sector da saúde na ordem dos 166 milhões de euros. Mas será que, quando está em causa algo que é fulcral para a vida dos portugueses, e que não tem estado a funcionar bem, a preocupação maior deverá mesmo ser a de poupar? Ao invés, não deveria ser a de investir? Valerá mais o défice do que a saúde? ●

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

OPINIÃO

'Corporate Governance': a hora da autorregulação

JOSÉ COSTA PINTO
Advogado

O ano de 2018 fica marcado pela chegada da "autorregulação" em matéria de *corporate governance*, pelo menos, para as sociedades abertas portuguesas.

Como resultado do protocolo assinado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), o "código do governo das sociedades" desta última entidade ("Código do IPCG") passou a ser o único "código de governo" em vigor em Portugal a partir de janeiro de 2018, aceitando-se a regulação gerada pelo mercado (através do IPCG) como a única relevante para as sociedades abertas (autorregulação).

Trata-se, pois, de um acordo histórico e, também, de um marco relevante no desenvolvimento político, económico e social no contexto nacional, considerando a relevância do setor a que se aplica.

Numa perspetiva substancial, o Código do IPCG vai ao encontro dos temas mais relevantes em matéria de *corporate governance*, acolhendo desse modo todas as grandes questões de *corporate governance* moderna já tratadas em sede do código da CMVM. Sem prejuízo, regista-se um maior detalhe no tratamento de matérias como a independência dos administradores, remunerações, auditoria, gestão de risco e conflitos de interesse.

No que respeita à estrutura e instrumentos seguidos pelo Código do IPCG, assinale-se a evidente proeminência dos princípios do "*one size does not fit all*" e "*comply or explain*".

Quanto ao primeiro, sublinhe-se a flexibilidade e discricionariedade que se pretende conferir às empresas destinatárias do Código do IPCG resultante, desde logo e entre outros, da estrutura adotada pelo mesmo (princípios e recomendações).

Quanto ao segundo, ao adotar a referida estrutura, o Código do IPCG procura permitir às sociedades uma maior parametrização das situações de "*explain*", procurando aproximar a interpretação e aplicação (ou não) das recomendações às ideias base que estão na origem das mesmas.

Pretende-se que a qualidade, o critério e a liberdade dos donos e gestores das sociedades na adoção das suas próprias regras de governo sejam explicitadas e se sobreponham à mera declaração de cumprimento ou incumprimento das recomendações vazia de valor qualitativo.

Independentemente da relevância que se possa atribuir a estes temas e ao novo paradigma agora instituído, a verdade é que o Código do IPCG é hoje o único código de governo das sociedades em vigor em Portugal.

É, por isso, tempo das sociedades abertas se prepararem e adaptarem para o cumprir ("*comply*") ou explicar porque não o fazem ("*explain*"), na certeza que a possibilidade que agora lhes é conferida de definirem as suas próprias regras (autorregulação), através de uma entidade privada que os representa (IPCG), significa uma mudança de jogo que não podem desperdiçar. ●

Trata-se de um acordo histórico e, também, de um marco relevante no desenvolvimento político, económico e social no contexto nacional, considerando a relevância do setor a que se aplica

IRONIA E MAIÊUTICA

No reino do pecado todos são corruptos

VÍTOR NORINHA
Diretor Geral da Megafin

Os cidadãos foram surpreendidos por uma semana de notícias de processos judiciais, de suspeitas e de constituição de arguidos envolvendo figuras públicas.

Para o cidadão comum, sentado no sofá à noite, enquanto vê ou revê os telejornais, ou ainda para o cidadão urbano que no escritório vai estando atento às notícias que chegam ao seu smartphone, a conclusão imediata é fácil e lapidar: isto é um país de corruptos. Depois ouve nomes de instituições que desconhece, ou então desconhece as relações entre elas: PGR, MP, DCIAP, Sindicato dos Juízes ou Ministério da Justiça.

Para quem está fora do sistema judicial, qualquer destas figuras tem o mesmo objetivo e persegue o mesmo intuito. Para o cidadão comum, que vê uma instituição, um líder dessa instituição ou uma figura com quem simpatiza, envolvido(s) neste "reino do pecado", o normal é "conjeturar" uma motivação lateral. Uns ficam contentes com a história do ministro Centeno que pediu dois bilhetes para ir ao Benfica e com os secretários de Estado de Sócrates, que compraram livros e revistas e que não as deixaram nos Ministérios. Outros ficam contentes quando o Benfica é atacado porque se envolve o seu presidente num processo ou um juiz que já foi candidato aos órgãos sociais do clube. Outros ainda manifestam o seu gáudio perante o facto de um governante de outro país ser julgado em Portugal, porque o sistema judicial não confia nos congéneres desse outro país. Ninguém se importa com as motivações, umas verdadeiras, outras ridículas.

Mas o que está por detrás destes "tiros nos porta-aviões? São temas de fundo, que ligam o modelo judicial atual do Ministério Público e que, essencialmente, pretende acusar e prepara o caminho de uma forma bem estruturada, colocando os social media do seu lado. Mas sem triagem, os suspeitos ficam com o título de corruptos, são reputacionalmente destruídos, vão a tribunal e correm o risco de encontrar operadores judiciais potencialmente contaminados pelo efeito comunicacional.

Claro que neste ambiente judicialista o mensageiro aproveita e faz o seu trabalho, que é noticiar aquilo que é do interesse público, e as audiências confirmam que são estes casos que dão notoriedade. Mas este é também um ambiente politicamente comprometido, onde o poder judicial é aproveitado para abater um oponente. A delação premiada, alguma sem suficiente qualidade, envenena ainda mais o ambiente. E, claro, nesta escola não é entendível o princípio da razão do Estado. Os tiros nos vários "porta-aviões" até podem ser motivo de celebração, mas nem sempre o país ganha.

Falta ainda responder a outra questão: o que explica este avolumar de notícias judiciais que "nasceram" como cogumelos? Diz-se no *inner circle* dos assuntos político-judiciais que personalidades importantes deixaram de "segurar" as pontas porque eles próprios estão a ser alvo de suspeitas e se encontram sob investigação. ●

Há ainda outra questão por responder: o que explica este avolumar de notícias judiciais que "nasceram" como cogumelos?

ÚLTIMA

01922
5 607727 151753

Kai Pfaffenbach/Reuters

MERCADO AUTOMÓVEL

Vendas de carros diminuem com atrasos nas matrículas

Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP) diz que descida de 2,1% nas vendas de carros se deve a problema informático da Autoridade Tributária.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
afsousa@jornaleconomico.pt

O mercado automóvel nacional registou uma variação negativa de 2,1% no mês de janeiro, "mas este resultado não reflete a atividade dos operadores no período em causa, que se viram impedidos de matricular todos os veículos que pretendiam", referiu ontem a Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP) em comunicado.

"Com efeito, um problema com origem no sistema informático da Autoridade Tributária tem impedido a normal emissão de matrículas, existindo casos em que os operadores representantes legais de marcas de automóveis liquidaram o Imposto Sobre Veículos não tendo, no entanto, sido atribuídas as matrículas". O mesmo comunicado adianta que "esta situação tem impacto nos operadores económicos do sector, uma vez que existem objetivos que não foram cumpridos e verificaram-se menos entradas na tesouraria, tendo atingindo em particular os concessionários, para além dos danos reputacionais que resultam da insatisfação dos clientes".

Neste quadro, a associação afirma que "em relação ao mercado que foi possível apurar", verifica-se que, no mês de janeiro deste ano, foram matriculados em Portugal 18.050 veículos automóveis, "tendo sido observado um decréscimo homólogo de 2,1%", que acaba por ser não representativo da real evolução do setor: "Esta queda resulta do facto de a estatística do mercado de Janeiro de 2018 se encontrar incompleta".

Por categorias e tipos de veículos observou-se a seguinte evolução no número de matrículas atribuídas: no que tem a ver com veículos ligeiros de passageiros, e para o período de tempo em causa, foram matriculados 14.894 automóveis ligeiros de passageiros, ou seja, menos 2,1% do que no mês homólogo do ano anterior. Para os veículos ligeiros de mercadorias, foram colocados em circulação em Portugal 2.454 novos veículos, o que representou um decréscimo de 1%. No que se refere aos veículos pesados, que engloba os tipos de passageiros e de mercadorias, verificou-se também uma queda de 4,9% em relação ao mês homólogo do ano anterior, tendo sido matriculados 702 veículos. ●

JE lança site "Objetivo", com João Marcelino

O Jornal Económico passa a partir de hoje a contar com um novo espaço de comentário diário assegurado pelo jornalista João Marcelino. Hoje, 2 de fevereiro, é lançado o site Objetivo, em www.objetivo.jornaleconomico.pt, onde João Marcelino vai comentar os grandes temas da atualidade, na política, na economia e no desporto. Além deste espaço na edição online do Jornal Económico, João Marcelino terá uma coluna semanal na edição impressa, também a partir desta sexta-feira (ver página 7).

João Marcelino é jornalista desde 1979, tendo sido diretor dos jornais "Record", "Correio da Manhã" e "Diário de Notícias". Foi também fundador e diretor editorial da revista "Sábado" e é comentador frequente na rádio e na televisão.

A criação de novos espaços temáticos é um dos pilares da estratégia digital do Jornal Económico, cuja edição online conta com cerca de quatro milhões de visitas por mês. O Objetivo junta-se assim aos sites Económico Madeira, Start Up e JE China. ●

PR justifica "sacrifícios" para recuperar CGD

O Presidente da República considerou ontem, questionado sobre o novo aumento de comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), que a recuperação do banco público "exige sacrifícios" que "se justificam, em geral". O Chefe do Estado referiu que "faz agora um ano, precisamente, que iniciou funções a nova administração da CGD, presidida por Paulo Macedo, "numa situação muito difícil". O Presidente da República argumentou que "a alternativa era ou deixar morrer a Caixa, o que era péssimo para a economia e para o país, ou fazer um esforço coletivo, partilhado por muitos" para que o banco público tivesse futuro. ●

ALTICE JUNTA ALTOS QUADROS PARA ALINHAR ESTRATÉGIA ATÉ 2020

O presidente executivo da Altice Portugal, Alexandre Fonseca, juntou os 50 gestores de topo da empresa numa reunião na Meo Arena, para definir a estratégia para os próximos três anos e sublinhar que a herdeira da Portugal Telecom é uma operadora de telecomunicações, media, conteúdos e advertising. Alexandre Fonseca diz que "a liderança é um exercício coletivo e de proximidade" que "começa nos gestores de topo". Depois do encontro de quadros com o comité executivo a envolvência procurada continuou noutro registo, com o concerto dos Metallica.